

PUBLICIDADE LEGAL

Moinhos Galópolis S.A. - CNPJ/MF 88.614.557/0001-63 - NIRE (JucisRS) 43 3 0001265 4. **Ata de Assembleia Geral Extraordinária.** Aos vinte e dois (22) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025), às quatorze (14) horas, reuniram-se em **Assembleia Geral Extraordinária**, os acionistas de **Moinhos Galópolis S.A.**, sociedade por ações, sita na Rodovia BR 116, nº 878, Bairro Galópolis, CEP 95090-050, Caxias do Sul (RS), representando mais de dois terços (2/3) do capital social. Elegeram para presidir a mesa, **Cláudio Luiz Furlan** e para secretária-lo **Diniz Furlan**. Dando início aos trabalhos o Presidente da mesa informou que os editais de **Convocação** foram publicados no *Jornal do Comércio* - 2º Caderno - nos dias 12 e 15 de dezembro de 2025 às folhas 15 e 15, respectivamente, e no dia 16 de dezembro de 2025 na mídia digital do *Jornal do Comércio*, às folhas 1, conforme **link**: <https://jornalcomercio.redeimagem.com.br/viewer/pagestream?token=e50ZW4GAZQfBCGq2yI2e5pBvxEIKGTWMSG2s4IKxEPsjo7F%2FdZgkV%2FIKMrigz91>. Lida, então, a *ordem do dia*, por unanimidade, assim deliberaram os acionistas: **I - Distribuição de Lucros** - Aprovar que seja distribuído aos senhores acionistas os lucros registrados na conta Reserva de Retenção de Lucros, até o ano de 2024, no montante de **R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais)**, por força da **Lei 15.270/2025**. Os valores individuais serão creditados aos acionistas e pagos até 31.12.2028. **II - Distribuição de Lucros Exercício 2025** - Aprovar que do lucro que será auferido no encerramento do exercício corrente que se encerrará em 31.12.2025, seja distribuído aos acionistas o montante de **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**, por força da **Lei 15.270/2025**. Os valores individuais serão creditados aos acionistas e pagos até 31.12.2028. **III - Disposições Finais** - Encerrar a Assembleia, visto que ninguém fez uso da palavra. Foi, então, lavrada esta ata que após lida, discutida e aprovada, vai assinada por todos os presentes, a saber: Caxias do Sul (RS), 22 de dezembro de 2025. Digeclan Participações Ltda. - **Diniz Furlan** - Diretor. Cláudio Luiz Furlan. Bozpart Participações Ltda. - **Sadi Boz** - Diretor. Caroline Muraro Furlan; Denis Evandro Furlan; Sadi Boz. JUCISRS. Certifico registro sob o nº 11596988 em 09/02/2026 da Empresa MOINHOS GALOPOLIS S/A, CNPJ 88614557000163 e protocolo 254975666 - 07/01/2026. Autenticação: 653A6BC588274FE8E71F7E2184CBAED54738D1F. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

Jornal do Comércio

PUBLICIDADE LEGAL

TEM DATA E LOCAL CERTO
PARA SER PUBLICADA

Escaneie o
QRCode
abaixo e entre
em contato:

O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais.

Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.

WHATSAPP: (51) 3213-1342 | EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR

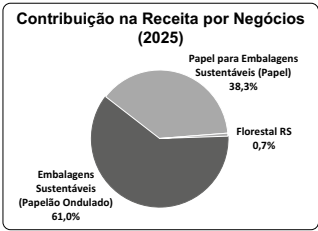


Irani Papel e Embalagem S.A.

CNPJ Nº 92.791.243/0001-03
NIRE Nº 43300002799
COMPANHIA ABERTA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
A Administração da **Irani Papel e Embalagem S.A.** submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhados do respectivo relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.
Mensagem aos Acionistas
A Irani Papel e Embalagem S.A. é uma empresa integrada de embalagens sustentáveis de papel, com robusta base florestal própria destinada à produção de celulose, utilizada na fabricação de papel. A essência de seus negócios é a produção e a comercialização de embalagens sustentáveis de papelão ondulado e de papel para embalagens sustentáveis. As principais matérias-primas são florestas plantadas de Pinus (fibra longa) de propriedade da Companhia e aparas de papel para reciclagem, inseridas no conceito de economia circular.
Sobre os negócios
Os negócios da Irani Papel e Embalagem S.A. são compostos por três segmentos independentes em suas operações e integrados de forma harmônica, buscando otimizar o uso das florestas plantadas de Pinus, a reciclagem de papel no contexto da economia circular e a verticalização de suas operações.
Segmento de Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado) produz caixas e chapas de papelão ondulado, leves e pesadas, e possui duas unidades industriais: Embalagem SC - Vargem Bonita (Vila Campina da Alegria) - SC e Embalagem SP - Indaiatuba - SP.
Segmento de Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel) tem por finalidade a produção de papéis Kraft de baixa e alta gramaturas e de papéis reciclados destinados ao mercado externo e interno e a maior parte transferida para conversão nas unidades do segmento de Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado). Conta com uma fábrica com quatro máquinas de papel, localizada na unidade Papel SC - Vargem Bonita (Vila Campina da Alegria) - SC, e uma fábrica com uma máquina de papel na unidade Papel MG - Santa Luzia - MG.
Segmento Florestal RS base florestal de 7,8 mil hectares no Rio Grande do Sul, destinada à comercialização de madeira e ao arrendamento para extração de resinas.



Observação
Em decorrência do **encerramento das atividades do Negócio Resinas**, ocorrido em 2025, os dados apresentados neste relatório priorizam as **Operações Continuadas (OC)**. Casos específicos em que os indicadores consolidam os resultados das **Operações Continuadas e Descontinuadas** serão identificados pela sigla **OC+OD**. As informações de períodos anteriores foram ajustadas para refletir a exclusão da operação descontinuada, para fins de comparabilidade.
As referências a **NE** ao longo deste Relatório da Administração correspondem às **Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras da Companhia**, apresentadas na sequência deste documento, onde constam os respectivos detalhamentos e informações complementares.
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado.

Controladas (NE 4)

A Irani Papel e Embalagem S.A. possui as seguintes controladas integrais:

- Habitaisul Florestal S.A., com base fundiária de 7,8 mil hectares, localizada no Estado do Rio Grande do Sul, com atuação na comercialização de madeira e no arrendamento para extração de resinas;
- Iraflor Comércio de Madeiras Ltda., responsável pela administração e comercialização de madeiras e florestas para a controladora Irani Papel e Embalagem S.A.;
- Irani Ventures Ltda., que atua com o objetivo de investir em *startups* selecionadas, por meio de soluções inovadoras, com produtos e serviços de alta tecnologia voltados aos negócios da Companhia, com alto potencial de crescimento.

DESTAQUES FINANCEIROS DO 4º TRIMESTRE DE 2025 E DO ANO DE 2025

- Receita líquida somou R\$ 415.996 mil no 4T25 (+2,0% vs. 4T24) e R\$ 1.686.311 mil em 2025 (+8,4% vs. 2024).
- Lucro bruto atingiu R\$ 153.001 mil no 4T25 (-2,8% vs. 4T24) e R\$ 700.242 mil em 2025 (+11,9% vs. 2024).
- EBITDA Ajustado totalizou R\$ 129.024 mil no 4T25 (+8,7% vs. 4T24), com margem de 31,0% (+1,9 p.p. vs. 4T24), e R\$ 539.031 mil em 2025 (+11,4% vs. 2024), com margem de 32,0% (+0,9 p.p. vs. 2024).
- Despesas gerais e administrativas recuaram 1,4% no 4T25 (vs. 4T24), com redução de representatividade para 7,9% da receita líquida (vs. 8,2% no 4T24). No ano, houve queda de 1,5% em 2025 (vs. 2024), com representatividade de 7,0% (vs. 7,7% em 2024).
- Lucro líquido (OC+OD) foi de R\$ 37.997 mil no 4T25 (-79,6% vs. 4T24), refletindo principalmente a ausência do efeito não recorrente registrado no 4T24 (crédito tributário líquido de R\$ 168.248 mil). Em 2025, somou R\$ 242.050 mil (-20,5% vs. 2024), ante R\$ 304.519 mil em 2024. No conceito recorrente e sem ativos biológicos, o lucro líquido passou de R\$ 76.732 mil em 2024 para R\$ 126.516 mil em 2025, alta de 64,9%.
- Alavancagem (Dívida Líquida/EBITDA Ajustado (OC+OD)) encerrou 2025 em 1,99x (vs. 2,26x em 2024).
- ROIC (OC+OD) de 13,3% (+ 2,5 p.p. vs. 2024) com spread de 4,4 p.p. sobre o custo médio da dívida pós IR/CSLL.
- Rentabilidade do Fluxo de Caixa Livre (*Free Cash Flow Yield*) (OC+OD) de 21,5% em 2025 (+ 9,8 p.p. vs. 2024).
- O total de dividendos pagos em 2025 foi de R\$ 0,73357 por ação, representando um *dividend yield* anual de 10,8%, considerando a cotação da ação em 30 de dezembro de 2024.
- Em 28 de outubro de 2025 foi concluída a 6ª Emissão de Debêntures Verdes, no montante de R\$ 120.000 mil com prazo total de 15 anos. Os recursos serão destinados para o **Projeto Gaia V - Repotenciação São Luiz**. As debêntures serão remuneradas pela taxa de IPCA + 6,6522% a.a., sendo que a Companhia contratou swap trocando a referida taxa de juros para CDI - 1,13% a.a.

OUTROS DESTAQUES DO ANO DE 2025

- A Companhia é a única empresa do segmento de Embalagens (B3) presente simultaneamente no ISE B3 e no ICO2 B3. Considerando também o segmento correlato de Papel e Celulose (Materiais Básicos) como universo comparável, permaneceu como a única companhia em ambos os índices.
- Pelo 5º ano consecutivo, a Companhia recebeu o Troféu Transparência da ANEFAC, conhecido como o "Oscar da Contabilidade", sendo eleita Companhia destaque dentre todas as premiadas na categoria. Também foi finalista do Prêmio ANEFAC Boas Práticas ESG, que reconhece práticas ESG inovadoras e a excelência em sustentabilidade das organizações.
- Em linha com os compromissos de sustentabilidade assumidos em 2021, a Companhia manteve em 2025 o atingimento antecipado da meta de aumentar em 20% o balanço positivo para o clima (ODS 13), prevista para 2030. O balanço positivo entre emissões (Escopos 1 e 2) e remoções dos Gases de Efeito Estufa (GEE) atingiu 23,8% em 2025, permanecendo acima do compromisso.

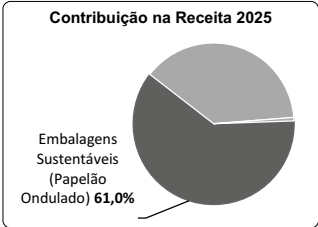
Principais indicadores econômico-financeiros

OPERAÇÃO CONTINUADA (OC)	4T25	3T25	4T24	Var. 4T25/ 3T25	Var. 4T25/ 4T24	2025	2024	2025/2024	Var.
Econômico e Financeiro (R\$ mil)									
Receita Líquida de Vendas	415.996	433.463	407.910	-4,0%	2,0%	1.686.311	1.555.346	8,4%	
Mercado Interno	381.503	401.444	383.113	-5,0%	-0,4%	1.532.569	1.422.422	7,7%	
Mercado Externo	34.493	32.019	24.797	7,7%	39,1%	153.742	132.924	15,7%	
Lucro Bruto (incluso*)	153.001	157.365	157.416	-2,8%	-2,8%	700.242	625.954	11,9%	
(*) Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos									
Margem Bruta	36,8%	36,3%	38,6%	+0,5p.p.	-1,8p.p.	41,5%	40,2%	+1,3p.p.	
Resultado Operacional antes de Tributos e Participações	47.604	61.385	38.813	-22,5%	22,6%	316.947	218.992	44,7%	
Margem Operacional	11,4%	14,2%	9,5%	-2,8p.p.	+1,9p.p.	18,8%	14,1%	+4,7p.p.	
Lucro Líquido	39.016	42.076	189.842	-7,3%	-79,4%	253.963	315.984	-19,6%	
Margem Líquida	9,4%	9,7%	46,5%	-0,3p.p.	-37,1p.p.	15,1%	20,3%	-5,2p.p.	
EBITDA ajustado operação continuada	129.024	146.218	118.693	-11,8%	8,7%	539.031	484.087	11,4%	
Margem EBITDA ajustada operação continuada	31,0%	33,7%	29,1%	-2,7p.p.	+1,9p.p.	32,0%	31,1%	+0,9p.p.	
Dados Operacionais (t)									
Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado)									
Produção/Vendas	41.998	42.743	44.667	-1,7%	-6,0%	170.044	174.468	-2,5%	
Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel)									
Produção	78.820	80.782	79.159	-2,4%	-0,4%	317.059	313.722	1,1%	
Vendas	30.479	33.165	29.298	-8,1%	4,0%	127.550	124.323	2,6%	
Mercado Interno	23.469	26.376	24.640	-11,0%	-4,8%	96.441	94.095	2,5%	
Mercado Externo	7.010	6.789	4.658	3,3%	50,5%	31.109	30.228	2,9%	
OPERAÇÃO CONTINUADA E DESCONTINUADA (OC+OD)	4T25	3T25	4T24	Var. 4T25/ 3T25	Var. 4T25/ 4T24	2025	2024	2025/2024	Var.
Lucro Líquido	37.997	41.111	186.183	-7,6%	-79,6%	242.050	304.519	-20,5%	
EBITDA Ajustado (conforme Resolução CVM 156/22)¹	127.998	145.236	115.398	-11,9%	10,9%	531.834	475.740	11,8%	
Margem EBITDA Ajustada	30,8%	33,5%	28,3%	-2,7p.p.	+2,5p.p.	31,5%	30,6%	+0,9p.p.	
Dívida Líquida UDM	1.057.881	1.071.516	1.076.633	-1,3%	1,7%	1.057.881	1.076.633	-1,7%	
Dívida Líquida/EBITDA ajustado (x)	1,99	2,06	2,26	-0,07	-0,27	1,99	2,26	-0,27	

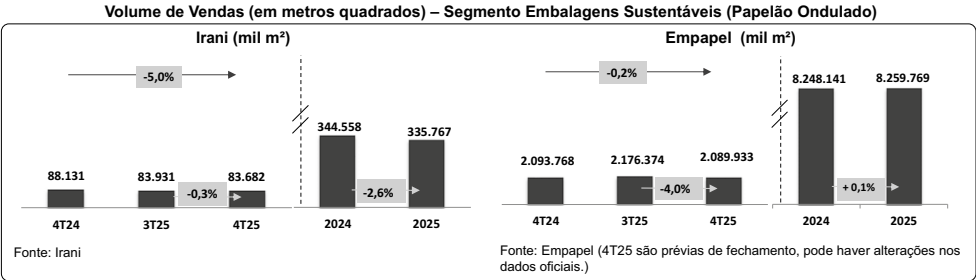
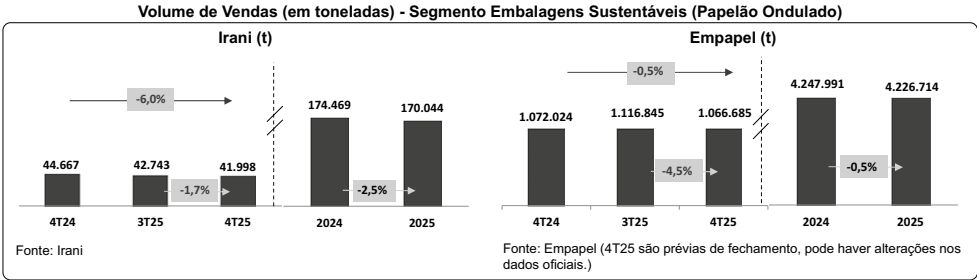
¹ EBITDA (lucro antes de juros, tributos, depreciação, amortização e exaustão) ver o capítulo 3 neste relatório.
Como complemento, a Companhia disponibiliza uma planilha com o histórico de indicadores e dados operacionais na **Central de Resultados** do site de RI.

1. DESEMPENHO OPERACIONAL

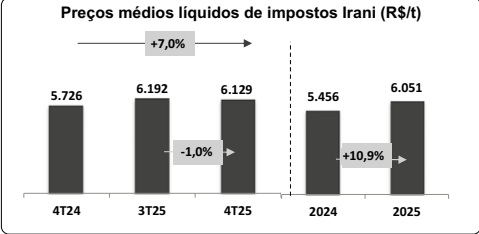
1.1 Segmento Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado)



No 4T25, os volumes de vendas do segmento de Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado) totalizaram 42,0 mil toneladas, representando retração de 1,7% em relação ao 3T25, reflexo da sazonalidade do período. Na comparação com o 4T24, houve redução de 6,0%, em função de uma base comparativa mais forte no ano anterior e da estratégia da Companhia de priorizar preços (*value over volume*).
No acumulado de 2025, os volumes somaram 170,0 mil toneladas, queda de 2,5% em relação a 2024, refletindo a priorização de rentabilidade ao longo do exercício.
A participação de mercado (*market share*) foi de 3,9% no 4T25 (ante 3,8% no 3T25 e 4,1% no 4T24) e de 4,0% em 2025 (ante 4,1% em 2024).
Segundo dados da Empapel, o mercado totalizou 1.066,7 mil toneladas no 4T25 (-0,5% vs. 4T24) e 4.226,7 mil toneladas em 2025 (-0,5% vs. 2024), refletindo a resiliência nas expedições em diferentes cenários econômicos no mercado local e internacional.



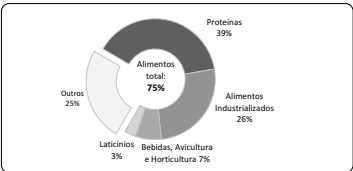
A estratégia de preços da Companhia manteve-se focada na otimização das margens. No 4T25, os preços médios (R\$/t) apresentaram queda de 1,0% em relação ao 3T25, refletindo ajustes comerciais pontuais e alta de 7,0% frente ao 4T24, em linha com a recomposição de preços ao longo do período. Na visão anual, o preço médio de 2025 registrou crescimento de 10,9% em relação a 2024, refletindo a captura dos reajustes implementados e a estratégia de priorização de rentabilidade.



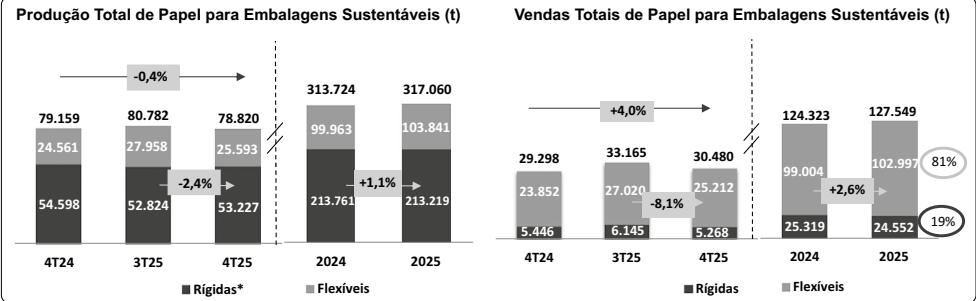
Os preços por m2 refletem a dinâmica de mercado sem considerar eventuais variações de gramatura nos papéis utilizados para fabricação das caixas e chapas.

A participação das vendas da Irani por subsetores em 2025 é apresentada no gráfico a seguir:

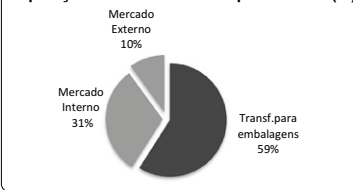
Participação das vendas de caixas da Irani por subsetores (t) em 2025



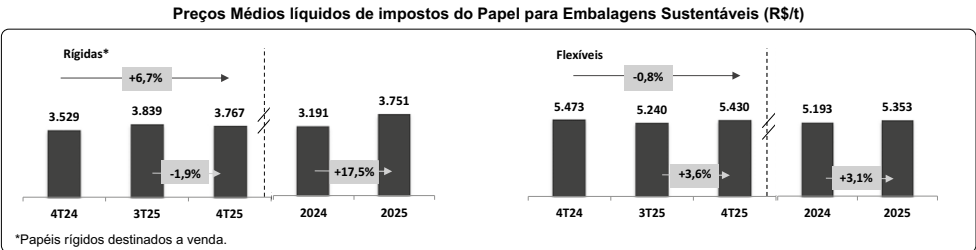
As vendas totais alcançaram 30,5 mil toneladas no 4T25, queda de 8,1% em relação ao 3T25, reflexo da sazonalidade do período, e alta de 4,0% frente ao 4T24. No acumulado de 2025, as vendas totalizaram 127,5 mil toneladas, aumento de 2,6% em relação a 2024, com 81% de participação de papéis flexíveis e 19% de rígidos no mix de vendas, refletindo os ajustes no mix e a dinâmica do mercado externo ao longo do ano.



Expedição/Faturamento de Papel em 2025 (%)



No 4T25, os preços dos papéis rígidos apresentaram redução de 1,9% em relação ao 3T25, após a recomposição observada nos trimestres anteriores, e registraram alta de 6,7% frente ao 4T24. Na visão anual, o preço médio de 2025 avançou 17,5% em relação a 2024, refletindo a recomposição gradual de preços ao longo do exercício, em linha com a dinâmica de custos, especialmente aparas, principal matéria-prima do segmento.
Os papéis flexíveis, por sua vez, registraram alta de 3,6% no 4T25 em relação ao 3T25 refletindo melhor mix de vendas. Na comparação com o 4T24, houve leve retração de 0,8%, influenciado pelo menor dólar médio. No acumulado de 2025, o preço médio avançou 3,1% em relação a 2024, refletindo ajustes no mix de vendas e a dinâmica do mercado externo ao longo do ano.

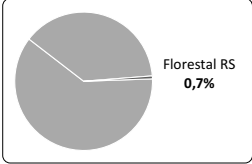


*Papéis rígidos destinados a venda.

Os papéis para embalagens flexíveis são utilizados na fabricação de sacos e sacolas para lojas, alimentos e tele-entrega (*delivery*), e têm apresentado uma dinâmica muito positiva nos últimos anos em função da maior utilização do papel, especialmente em substituição ao plástico. Os papéis para embalagens rígidas são utilizados para fabricação de embalagens sustentáveis de papelão ondulado.

1.3 Segmento Florestal RS

Contribuição na Receita 2025

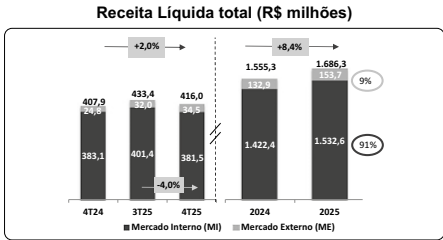


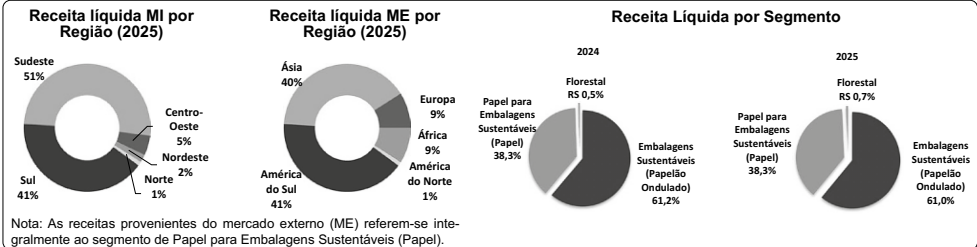
O segmento Florestal RS está relacionado ao cultivo de pinus para a comercialização de toras de madeira e ao arrendamento para extração de resinas no Estado do Rio Grande do Sul. Em 2025, a receita líquida totalizou R\$ 11.723 mil, representando 0,7% da receita total da Companhia no período.

2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

2.1 Receita Líquida de Vendas (NE 24)

A receita líquida no 4T25 totalizou R\$ 416,0 milhões, com retração de 4,0% em relação ao 3T25 e crescimento de 2,0% na comparação com o 4T24. A variação trimestral reflete menores volumes expedidos, em função da sazonalidade do período, enquanto o avanço anual decorre, principalmente, da recomposição de preços nos segmentos de Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado) e Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel). No acumulado de 2025, a receita líquida atingiu R\$ 1.686,3 milhões, aumento de 8,4% em relação a 2024, expicado sobretudo por melhores preços e mix de vendas.

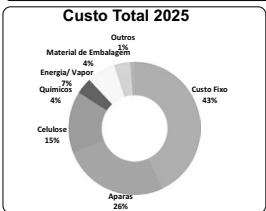
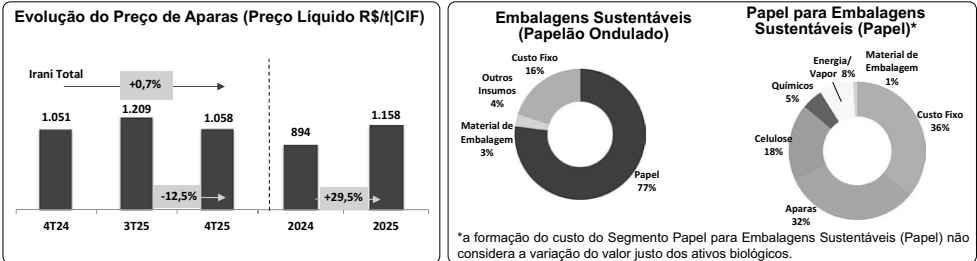
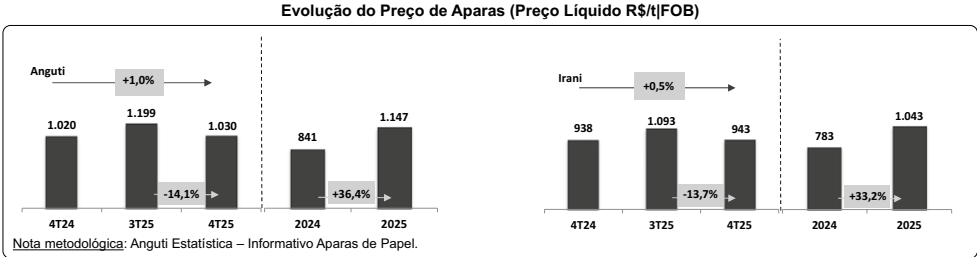




2.2 **Custo dos Produtos Vendidos (NE 25)**
O custo dos produtos vendidos (CPV) totalizou R\$ 272.392 mil no 4T25, redução de 3,2% em relação ao 3T25 e de 0,8% frente ao 4T24. A variação trimestral refletiu o recuo no preço das aparas no período compensada parcialmente por repasses inflacionários em acordos coletivos e ajustes de remuneração variável. No acumulado de 2025, o CPV totalizou R\$ 1.102.869 mil, alta de 8,9% frente a 2024 (R\$ 1.013.128 mil), refletindo principalmente o patamar médio ainda elevado das aparas, principal matéria-prima da Companhia, ao longo do ano.

2.2.1 **Aparas**
No 4T25, o preço médio (FOB) recuou 13,7% em relação ao 3T25, refletindo a dinâmica do mercado diante do equilíbrio gradual entre oferta e demanda.

Na comparação com o 4T24, a pequena variação (+0,5%) retrata o retorno dos preços aos mesmos patamares depois da elevação ocorrida no 1S25. Na visão anual, o preço médio de 2025 ficou 33,2% acima de 2024, sendo que as aparas representaram 26% do custo total em 2025. O mercado apresentou uma redução na velocidade das quedas ao final do 4T25, o que no curto prazo, pode indicar um pequeno espaço para novas baixas ou uma estabilização dos preços.



2.3 **Despesas (NE 25)**
As despesas com vendas totalizaram R\$ 31.056 mil no 4T25, aumento de 3,7% em relação ao 3T25 e redução de 3,8% frente ao 4T24. Em proporção à receita líquida, representaram 7,5% no trimestre, ante 6,9% no 3T25 e 7,9% no 4T24. A elevação no trimestre decorreu, principalmente, do aumento das despesas logísticas, influenciado pelo mix de produtos, maiores distâncias até os clientes no mercado interno e despesas pontuais relacionadas às exportações, incluindo frete marítimo impactado pelas maiores distâncias dos clientes externos. No acumulado de 2025, somaram R\$ 127.554 mil, redução de 3,7% em relação a 2024, e representaram 7,6% da receita líquida consolidada (ante 8,5% em 2024), influenciadas pela redução da operação de resinas no período.

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 32.974 mil no 4T25, aumento de 19,6% em relação ao 3T25 e redução de 1,4% frente ao 4T24. Em proporção à receita líquida, representaram

7,9% no trimestre, acima dos 6,4% no 3T25 e abaixo dos 8,2% no 4T24. A elevação trimestral refletiu, principalmente, repasses inflacionários nos acordos coletivos e ajustes de remuneração variável. No acumulado de 2025, totalizaram R\$ 117.545 mil, queda de 1,5% em relação a 2024, e representaram 7,0% da receita líquida consolidada, abaixo dos 7,7% registrados em 2024.

2.4 **Efeito da inflação no desempenho econômico-financeiro**
A inflação impacta tanto a dinâmica de formação de preços da Companhia quanto seus custos e despesas, podendo afetar positivamente ou negativamente sua lucratividade e rentabilidade.

O Brasil, embora não esteja caracterizado como economia hiperinflacionária, historicamente apresenta taxas de inflação superiores à média de economias desenvolvidas, o que exige disciplina financeira, gestão ativa de custos e estratégia comercial consistente.

A demanda pelos produtos da Companhia está relacionada ao nível de atividade econômica e ao desempenho dos setores atendidos, com destaque para alimentos. Embora a atuação seja majoritariamente no mercado brasileiro, a Companhia participa indiretamente de cadeias expostas ao mercado global por meio de clientes que abastecem tanto o consumo interno quanto o externo. Nesse contexto, tendências de longo prazo, como o crescimento populacional e a demanda mundial por alimentos, tendem a sustentar a necessidade de embalagens ao longo da cadeia, impactando volumes, preços e a dinâmica competitiva do setor.

Uma característica setorial dos segmentos em que a Companhia atua é a baixa presença de contratos de venda com cláusulas automáticas de reajustes de preços vinculados a inflação, de forma que a maior parte da recomposição de preços ocorre por meio de negociações, considerando condições de mercado, demanda e estrutura de custos. Ainda assim, segundo dados da Empapel (Associação Brasileira de Embalagens em Papel), nos últimos 21 anos, os preços do papelão ondulado praticados pelo mercado tiveram aumento real (acima da inflação medida pelo IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). Essa dinâmica reflete tendências estruturais de longo prazo, como a substituição de materiais não sustentáveis por embalagens sustentáveis de papel e papelão ondulado, crescimento do PIB e da renda per capita, expansão do e-commerce, aumento das exportações brasileiras e crescimento do consumo per capita de embalagens no país, ainda inferior ao de economias desenvolvidas. A Companhia opera de forma integrada, desde o cultivo florestal até a fabricação de embalagens sustentáveis, o que contribui para maior previsibilidade e eficiência na gestão de custos. Aproximadamente um terço das fibras utilizadas é proveniente de celulose de fibra longa (Pinus) produzida internamente, a partir de florestas próprias ou arrendadas, localizadas próximas às unidades industriais. Essa verticalização confere maior previsibilidade ao custo dessa matéria-prima, pois não depende de aquisição no mercado e não está diretamente exposta a ciclos de preços. Dois terços das fibras utilizadas são provenientes de aparas de papelão adquiridas no mercado, cujos preços estão sujeitos à dinâmica de oferta e demanda. Ainda que possam ocorrer oscilações em determinados ciclos, observa-se historicamente uma tendência de convergência dos preços para patamares compatíveis com suas médias de longo prazo, ajustadas pela inflação. Adicionalmente, parcela relevante da energia consumida pela Companhia é proveniente de autoprodução, reduzindo a exposição à volatilidade de preços no mercado de energia. Demais custos e despesas operacionais, substancialmente denominados em moeda local, como serviços, insumos auxiliares e salários tendem a acompanhar a inflação brasileira.

Parte dos contratos financeiros e de arrendamento da Companhia, cujos encargos são reconhecidos no resultado financeiro, também estão atrelados a índices de inflação.

3. 1. GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL (EBITDA - EBITDA AJUSTADO (OC+OD))									
Consolidado (R\$ mil)	4T25	3T25	4T24	Var. 4T25/3T25	Var. 4T25/4T24	2025	2024	2025/2024	Var.
Ajustes conforme Resolução CVM 156/22									
Operação continuada e descontinuada	37.997	41.111	186.183	-7,6%	-79,6%	242.050	304.519	-20,5%	
Lucro Líquido									
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	8.588	19.309	(151.029)	-55,5%	-105,7%	62.984	(96.992)	-164,9%	
Exaustão	11.467	12.762	13.710	-10,1%	-16,4%	50.066	48.528	3,2%	
Depreciação e Amortização	39.905	39.062	39.436	2,2%	1,2%	154.687	146.705	5,4%	
Resultado Financeiro	29.509	33.759	23.853	-12,6%	23,7%	133.791	110.408	21,2%	
EBITDA	127.466	146.003	112.153	-12,7%	13,7%	643.578	513.168	25,4%	
Margem EBITDA	30,8%	33,7%	28,3%	-3,1 p.p.	-1,3 p.p.	38,2%	33,0%	+5,2 p.p.	
Ajustes conf. Resol. CVM 156/22 - Art. 4º									
Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos ⁽¹⁾	(9.397)	(5.386)	(23.965)	74,5%	-60,8%	(116.800)	(83.736)	39,5%	
Participação dos Administradores ⁽²⁾	5.729	4.619	6.662	24,0%	-14,0%	19.586	19.523	0,3%	
Eventos Não Recorrentes ⁽³⁾	4.200	-	20.548	-	-	(14.530)	26.785	154,2%	
EBITDA Ajustado	127.998	145.236	115.398	-11,9%	10,9%	531.834	475.740	11,8%	
Margem EBITDA Ajustada	30,8%	33,5%	28,3%	-2,7 p.p.	+2,5 p.p.	31,5%	30,6%	+0,9 p.p.	

¹ Variação do valor justo dos ativos biológicos: ajuste por não representar efeito caixa.

² Participação dos administradores: ajuste por se tratar de provisão, sem efeito caixa.

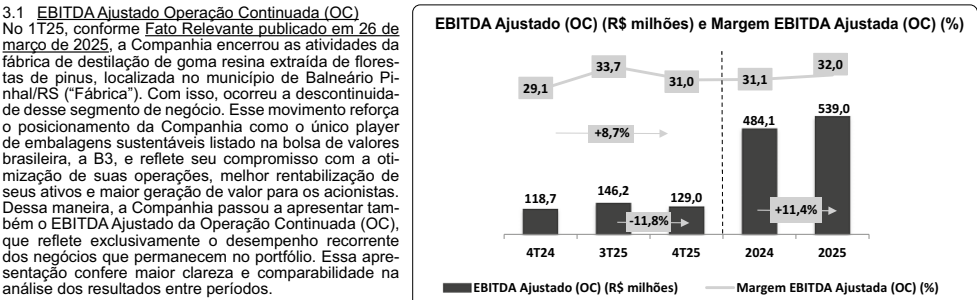
³ Eventos Não Recorrentes:

2025: O valor líquido de R\$ 14.530 mil refere-se crédito de IPI sobre fretes "CIF" das operações de vendas, seguro e demais despesas acessórias no valor de R\$ 19.871 mil, indenização de honorários de administrador no valor de R\$ 4.200 mil, custos de rescisão da operação descontinuada de R\$ 1.141 mil.

2024: O valor líquido de R\$ 26.785 mil refere-se à honorários sobre exclusão dos créditos presumidos de ICMS da base do IRPJ e da CSLL de R\$ 10.616 mil, rescisão de contrato de representação comercial de R\$ 6.972 mil e ao pagamento integral de Execução Fiscal de ICMS SC através do programa Recupera mais R\$ 6.237 mil, *Impairment* de imobilizado de R\$ 1.987 mil, *Impairment* de propriedade para investimento de R\$ 973 mil.

O EBITDA Ajustado atingiu R\$ 128,0 milhões no 4T25, com margem de 30,8%, retração de 11,9% em relação ao 3T25, refletindo a sazonalidade do período. Na comparação com o 4T24, houve crescimento de 10,9%, com expansão de 2,5 p.p. na margem, impulsionado pela recomposição de preços e captura contínua de ganhos de eficiência e produtividade.

No acumulado de 2025, o EBITDA Ajustado totalizou R\$ 531,8 milhões, avanço de 11,8% em relação a 2024, com margem de 31,5% (ante 30,6%). Mesmo com o nível ainda elevado das aparas ao longo do ano, a Companhia ampliou a margem EBITDA Ajustada, evidenciando a solidez do modelo de negócios e a consistência na geração de valor sustentável.



4. **RESULTADO FINANCEIRO (NE 26)**
O resultado financeiro está distribuído da seguinte forma:

	4T25	3T25	4T24	2025	2024
R\$ mil					
Receitas Financeiras	34.653	33.332	33.970	126.695	99.084
Despesas Financeiras	(64.188)	(67.108)	(58.137)	(257.564)	(209.823)
Resultado Financeiro	(29.516)	(33.776)	(24.167)	(130.869)	(109.939)
Variação cambial ativa	881	1.833	3.463	7.395	10.774
Variação cambial passiva	(1.305)	(1.550)	(5.541)	(7.834)	(11.766)
Variação cambial líquida	(424)	283	(2.078)	(439)	(992)
Receitas Financeiras sem variação cambial	33.772	31.499	30.507	119.300	89.210
Despesas Financeiras sem variação cambial	(62.864)	(65.558)	(52.596)	(249.720)	(198.157)
Resultado Financeiro sem variação cambial	(29.092)	(34.059)	(22.089)	(130.420)	(108.947)

Houve redução de 12,6% no resultado financeiro negativo no 4T25 em relação ao 3T25 e aumento de 22,1% frente ao 4T24. A redução frente ao 3T25 reflete a redução da dívida líquida e redução nos juros futuros, que impactaram a marcação a mercado dos swaps de troca de taxa de juros. O aumento frente ao 4T24 é decorrente de maiores juros sobre as dívidas indexadas à Selic, devido ao aumento da taxa. No ano de 2025, o resultado financeiro foi negativo em R\$ 130.869 mil contra R\$ 109.939 mil em 2024. O aumento de 19,0% no resultado financeiro negativo deve-se principalmente à maior Selic média, compensada parcialmente pela menor dívida líquida.

4.1 **Câmbio**
O câmbio se comportou conforme tabela a seguir.

R\$	4T25	3T25	4T24	Δ4T25/3T25	Δ4T25/4T24	2025	2024	Δ2025/2024
Dólar final	5,50	5,32	6,19	3,38%	-11,15%	5,50	6,19	-11,15%
Dólar médio	5,40	5,45	5,84	-0,92%	-7,53%	5,59	5,39	3,71%

Fonte: Bacen.

4.2 **Endividamento (OC+OD)**

Consolidado (R\$ mil)	2025	2024
Circulante	231.302	184.625
Não circulante	1.666.413	1.496.240
Dívida bruta¹	1.897.715	1.680.865
Circulante	12%	11%
Não circulante	88%	89%
Moeda Nacional	1.875.061	1.645.384
Moeda Estrangeira	22.654	35.481
Dívida bruta¹	1.897.715	1.680.865
Moeda Nacional	99%	98%
Moeda Estrangeira	1%	2%
Saldo de Caixa	839.834	604.232
Dívida líquida	1.057.881	1.076.633
EBITDA Ajustado	531.834	475.740
Dívida líquida/EBITDA Ajustado	1,99	2,26

¹ A Dívida bruta apresentada é calculada somando os empréstimos, financiamentos (NE 17), debêntures (NE 18) e instrumentos financeiros derivativos – swap (NE 10). Não considera o passivo de arrendamento resultado dos efeitos do CPC06 (R2) (IFRS16 – NE 16).

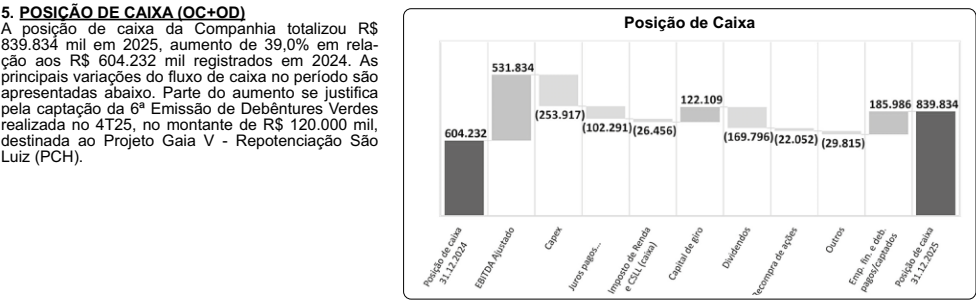
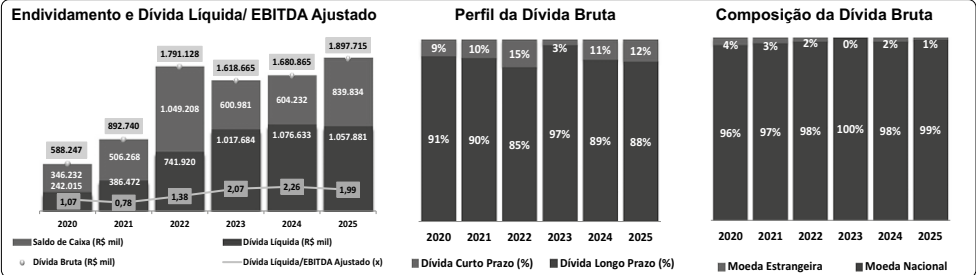
A dívida líquida apresentou redução de 1,7% em 2025, ou R\$ 18.752 mil, em relação a 2024, refletindo a geração de fluxo de caixa livre no período.

Na mesma base comparativa, a dívida bruta apresentou aumento de 12,9%, ou R\$ 216.850 mil, em relação a 2024, devido principalmente às captações realizadas no ano, com destaque para a 6ª Emissão de Debêntures Verdes, no montante de R\$ 120.000 mil.

Em 2025, o custo médio da dívida foi de 13,5% ao ano (equivalente a CDI - 0,7%), representando melhora no *spread* em relação ao CDI frente a 2024, quando foi de 11,2% ao ano (equivalente a CDI + 0,3%). Após os efeitos do imposto de renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, o custo médio da dívida foi de 8,9% ao ano em 2025, ante 7,4% ao ano em 2024. Em 31 de dezembro de 2025 o prazo médio ponderado de vencimento da dívida era de 41,6 meses (3,5 anos), sendo que 88% da dívida possui vencimento no longo prazo e 99% era dominada em moeda local.

A relação dívida líquida/EBITDA Ajustado foi de 1,99 vezes em 2025, contra 2,26 vezes em 2024. A melhora foi resultado da redução da dívida líquida e da expansão do EBITDA no período. O indicador encontra-se em níveis saudáveis e em linha com os parâmetros estabelecidos na Política de Gestão Financeira da Companhia, que estabelece uma meta de 2,5x.

Considerando o passivo de arrendamento resultado dos efeitos do CPC06 (R2) (IFRS16), a dívida líquida aumenta R\$ 52.206 mil, resultando em uma relação dívida líquida/EBITDA Ajustado de 2,09x.



	4T25	3T25	4T24	2025	2024
Fluxo de Caixa Livre⁽¹⁾					
EBITDA Ajustado	127.998	145.236	115.398	531.834	475.740
(-) Capex	(64.307)	(49.901)	(65.543)	(253.917)	(229.464)
(-) Juros pagos/recebidos	12.771	(51.977)	(328)	(102.291)	(86.133)
(-) Imposto de Renda e CSLL (caixa)	(14.720)	(7.304)	(11.162)	(26.456)	(33.841)
(+/-) Capital de giro	13.955	54.340	13.856	122.109	49.736
(-) Dividendos + JCP	(10.323)	(25.318)	(9.583)	(169.796)	(126.043)
(-) Recuperação de ações	-	(4.083)	(17.627)	(22.052)	(49.168)
(+/-) Outros	(475)	378	(1.219)	643	130
Fluxo de Caixa Livre	64.899	61.369	23.792	80.074	956
Dividendos + JCP	10.323	25.318	9.583	169.796	126.043
Recuperação de ações	-	4.083	17.627	22.052	49.169
Projeto Gaia	27.119	9.548	19.529	60.147	61.578
Plataforma Expansão / Especiais	-	-	-	55.000	-
Fluxo de Caixa Livre ajustado⁽²⁾	102.342	100.318	70.531	387.070	237.746
FCL ajustado Yield⁽³⁾				21,5%	11,7%

⁽¹⁾ Considera operação continuada e descontinuada.

⁽²⁾ Excluídos dividendos, JCP e Recuperação de ações, Plataforma Gaia e Projetos Expansão / Especiais.

⁽³⁾ Yield - FCL ajustado dividido pelo valor médio de mercado nos UDM.

O Fluxo de Caixa Livre Ajustado, que desconsidera os investimentos na Plataforma Gaia e Projetos de Expansão/ Especiais, as remunerações aos acionistas e a recompra de ações, foi positivo em R\$ 102.340 mil no 4T25, aumento de 45,1% em relação ao 4T24, devido principalmente (i) ao maior EBITDA Ajustado (ii) menor Capex de manutenção e, (iii) ao menor pagamento de juros.

Em relação ao 3T25, houve redução de 2,0%, impactado positivamente pelo menor pagamento de juros e negativamente pelo menor EBITDA Ajustado e maior Necessidade de Capital de Giro. Todos esses impactos são sazonais na base comparativa de trimestres 4T x 3T. Além disso, a linha de capital de giro também foi impactada negativamente pelo efeito no caixa de indenização associada à rescisão de contrato de executivo.

Em 2025, o Fluxo de Caixa Livre Ajustado foi de R\$ 387.068 mil, aumento de 62,8% em relação aos R\$ 237.746 mil registrados em 2024. Tiveram destaque positivo (i) o maior EBITDA Ajustado, (ii) o menor Capex de manutenção, (iii) o menor Capital de Giro, reflexo de maior aproveitamento de créditos tributários e do encerramento da operação do Negócio Resinas. Colaborou negativamente o maior pagamento de juros, devido às elevações da Selic.

A Rentabilidade do Fluxo de Caixa Livre (*Free Cash Flow Yield*) foi de 21,5% em 2025, aumento de 9,8 p.p. em relação ao apurado em 2024, devido ao aumento de 62,8% do Fluxo de Caixa Livre Ajustado e à redução de 11,1% do valor médio de mercado da Companhia nesse período.

7. **RETORNO SOBRE O CAPITAL INVESTIDO (RETURN ON INVESTED CAPITAL - ROIC) (OC+OD)**
O Retorno sobre o Capital Investido (ROIC) foi de 13,3% nos últimos 12 meses, um aumento de 2,5 p.p. em relação aos 12 meses finds em 31 de dezembro de 2024, devido principalmente ao maior Fluxo de Caixa Operacional.

O ROIC de 13,3% representa um *spread* de 4,4 p.p. sobre o custo médio da dívida pós IR/CSLL dos últimos 12 meses, que foi de 8,9%. O crescimento do ROIC marca a primeira evolução anual positiva após a conclusão dos principais projetos da Plataforma Gaia, demonstrando o compromisso com retornos consistentes acima do WACC e a captura gradual dos retornos dos projetos.

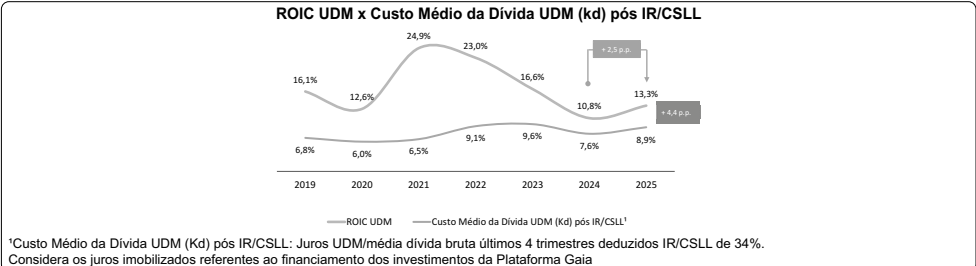
O modelo de negócio com *core business* fundamentado na tendência secular da economia circular e de baixo carbono (negócio de impacto) sustenta o ROIC em níveis diferenciados e patamares saudáveis.

ROIC (R\$ mil) - UDM ⁽¹⁾	2025	2024
Ativo Total	3.795.079	3.522.518
(-) Passivo Total (ex-divida)	(568.739)	(571.786)
(-) Obras em Andamento	(164.255)	(169.378)
Capital Investido	3.062.085	2.781.354
(-) Ajuste CPC 29 ⁽²⁾	(306.624)	(232.853)
Capital Investido Ajustado	2.755.461	2.548.501
EBITDA Ajustado	531.834	475.740
(-) Capex Manutenção	(138.770)	(167.886)
(-) Imposto de Renda e CSLL (caixa)	(26.456)	(33.841)
Fluxo de Caixa Operacional Ajustado	366.608	274.013
ROIC ⁽³⁾	13,3%	10,8%

⁽¹⁾ Média dos saldos patrimoniais dos 4 últimos trimestres (Últimos Doze Meses), considera operação continuada e descontinuada.

⁽²⁾ Diferencial do valor justo ativos biológicos menos Impostos Diferidos do Valor justo dos ativos biológicos.

⁽³⁾ ROIC (Últimos Doze Meses): Fluxo de Caixa Operacional Ajustado / Capital Investido Ajustado.



¹Custo Médio da Dívida UDM (Kd) pós IR/CSLL: Juros UDM/média dívida bruta últimos 4 trimestres deduzidos IR/CSLL de 34%. Considera os juros imobilizados referentes ao financiamento dos investimentos da Plataforma Gaia

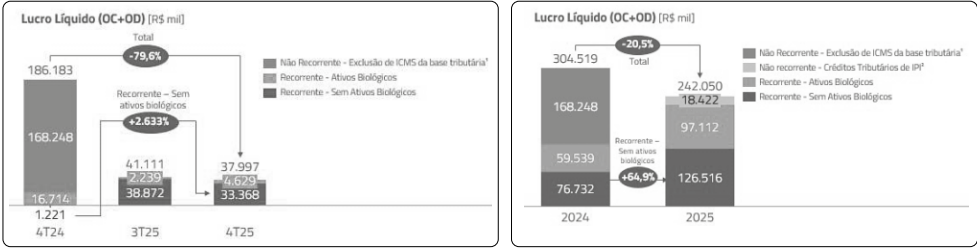
8. AVALIAÇÃO DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS BIOLÓGICOS (FLORESTAS) (NE 14)
A partir de 2010, a Companhia passou a mensurar o valor justo dos seus ativos biológicos (florestas) periodicamente, conforme determina o CPC 29/IAS 41, por meio de fluxo de caixa descontado. A variação do valor justo dos seus ativos biológicos produziu efeitos no resultado da Companhia em 2025, conforme demonstrado a seguir:

Efeitos das variações do valor justo dos ativos biológicos				
R\$ mil	4T25	4T24	2025	2024
Variação do valor justo dos ativos biológicos	9.397	23.965	116.800	83.736
Exaustão do valor justo dos ativos biológicos	(6.733)	(8.929)	(27.713)	(31.717)

A variação do valor justo dos ativos biológicos totalizou R\$ 9.397 mil no 4T25, frente a R\$ 23.965 mil no 4T24. A redução reflete a acomodação nos preços e custos no período, após efeitos de valorização reconhecidos ao longo do exercício. No acumulado de 2025, a variação do valor justo somou R\$ 116.800 mil, acima de R\$ 83.736 mil em 2024, refletindo, principalmente, o reconhecimento da valorização decorrente das aquisições de áreas florestais localizadas no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, conforme Fatos Relevantes divulgados em 26 de março e 3 de abril de 2025.

A variação do valor justo dos ativos biológicos, bem como sua exaustão, é reconhecida no Custo dos Produtos Vendidos - CPV. Esta determinação contábil permite avaliar de forma mais precisa o valor de mercado das florestas da Companhia, conferindo maior adequação às suas Demonstrações Financeiras.

9. LUCRO LÍQUIDO (OC+OD)
O lucro líquido totalizou R\$ 37.997 mil no 4T25, redução de 7,6% em relação ao 3T25 e de 79,6% frente ao 4T24. Na comparação com o 3T25, o recuo reflete a sazonalidade. Já na comparação com o 4T24, a variação decorre, principalmente, da ausência do efeito não recorrente registrado naquele trimestre, quando foi reconhecido um crédito tributário líquido de R\$ 168.248 mil, relacionado à exclusão dos créditos presumidos de ICMS da base do IRPJ e da CSLL. Desconsiderando os créditos tributários o Lucro líquido do 4T24 foi de R\$ 17.935. No acumulado de 2025, o lucro líquido somou R\$ 242.050 mil, redução de 20,5% em relação a 2024. O resultado reflete os efeitos não recorrentes nos períodos: em 2025, o crédito tributário de IPI de R\$ 18.422 mil, e, em 2024, a exclusão do ICMS da base tributária de R\$ 168.248 mil. Considerando apenas o resultado recorrente e sem efeito de ativos biológicos, o lucro líquido de 2025 apresentou avanço de 64,9% em relação a 2024, evidenciando a evolução da performance operacional no ano.



10. INVESTIMENTOS (NE 14 e 15)
A Companhia mantém sua estratégia de investir em modernização, expansão e sustentabilidade das suas operações. No 4T25, os investimentos totalizaram R\$ 78.304 mil, com destaque para equipamentos e instalações, que somaram R\$ 72.721 mil no trimestre. Os recursos foram direcionados principalmente a projetos de eficiência operacional e ao reforço da infraestrutura industrial. No acumulado de 2025, os investimentos somaram R\$ 278.626 mil, em linha com a estratégia de alocação em ativos industriais, com R\$ 178.102 mil em equipamentos e instalações, além de R\$ 88.713 mil em florestamento e reflorestamento, reforçando o fortalecimento da base florestal da Companhia.

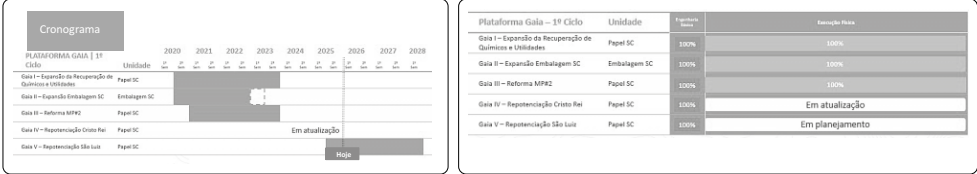
R\$ mil	4T25	2025
Terrenos	-	2.041
Prédios e construções	(118)	210
Equipamentos e instalações	72.721	178.102
Florestamento e reflorestamento	88.713	88.713
Intangível	2.278	9.560
Total	78.304	278.626

11. PLATAFORMA GAIA

1º Ciclo
Como destaques do 4T25, no **Projeto Gaia I** - Expansão da Recuperação de Químicos e Utilidades, continuamos capturando os retornos do investimento, especialmente *mix* de papéis, geração de energia e recuperação de produtos químicos, e coletando dados para consolidar a análise de retorno.

No **Projeto Gaia IV** - Repotenciação Cristo Rei continuamos em revisão do projeto, orçamento e cronograma, com base nas deliberações do órgão ambiental estadual para obter as licenças ambientais necessárias.

O **Projeto Gaia V** - Repotenciação São Luiz, já se encontra em preparação do canteiro de obras e vias de acesso. A Engenharia do Proprietário e os pacotes de turbinas e geradores já foram contratados e estamos em fase de negociação dos pacotes de hidromecânicos, construção civil e elétrica. O planejamento da execução está em fase de detalhamento.



2º Ciclo
No **Projeto Gaia VI** - Sistema de Gerenciamento de Informações de Processo, estamos atuando na sustentação do projeto e acompanhando a curva de performance, monitorando e coletando os dados para analisar o retorno do investimento.

Nos **Projetos Gaia VIII** - Nova Impressora Corte e Vinco e **Gaia IX** - Automação do Estoque Intermediário, ambos na unidade Embalagem SP - Indaiatuba, estamos capturando os retornos do investimento e coletando dados para consolidar a análise.

Já no **Projeto Gaia X** - Nova Impressora FFG Dual Slotter, adquirimos uma nova amarradeira e o pacote de melhorias no sistema intralógico, ambos com previsão de startup no primeiro semestre de 2026.

Por fim, no **Projeto Gaia XI** - Reforma da MP#5, recebemos todos os equipamentos que serão substituídos e/ou instalados durante a parada da Máquina de Papel 5. Também concluímos o detalhamento da parada com os fornecedores envolvidos. A parada está prevista para ocorrer entre 19/01/2026 e 25/02/2026.



Plataforma Gaia - Projetos de investimento				
Projeto	Unidade	Investimento Estimado (R\$ mil)	Investimento Estimado (Libras mil)	Investimento Realizado (R\$ mil)
Plataforma Gaia - 1º e 2º Ciclos		482.023	364.539	4725 mil 31/12/2025
Gaia I - Expansão da Recuperação de Químicos e Utilidades	Papel SC	150.433	118.189	0
Gaia II - Expansão Embalagem SC	Embalagem SC	66.844	53.293	0
Gaia III - Reforma MP#2	Papel SC	133.883	112.643	5.726
Gaia IV - Repotenciação Cristo Rei	Papel SC	18.400	15.381	0
Gaia V - Repotenciação São Luiz	Papel SC	49.397	45.519	0
Gaia VI - Sistema de Gerenciamento de Informações de Processo - PIM#5	Embalagem SP	21.138	15.038	0
Gaia VII - Ampliação ETE, Fase 1	Papel SC	42.860	29.897	0
Gaia VIII - Nova Impressora Corte e Vinco	Embalagem SP	55.620	44.564	139
Gaia IX - Automação do Estoque Intermediário	Embalagem SC	89.668	69.185	21.382
Gaia X - Nova Impressora FFG Dual Slotter	Papel SC	1.302.844	1.113.387	27.119
Gaia XI - Reforma MP#5	Papel SC			1.064.839

12. MERCADO DE CAPITAIS

12.1 Rating de Crédito

A tabela a seguir apresenta os *ratings* de crédito vigentes da Companhia:

Tipo	Agência	Rating	Última atualização/ atribuição
Emissor de longo prazo	S&P Global Ratings	brAA	24/02/2025
Emissor	Moody's	AA.br	08/08/2025
4ª Emissão de Debêntures Verdes	S&P Global Ratings	brAA+	24/02/2025
5ª Emissão de Debêntures Verdes			
CRAs da 194ª Emissão da Eco Securitizadora)	S&P Global Ratings	brAA (sf)	29/10/2025
6ª Emissão de Debêntures Verdes	Moody's	AA.br	17/10/2025

Atualizações/atribuições no 4T25:

- Em 17 de outubro de 2025, a Moody's Local BR Agência de Classificação de Risco Ltda. ("Moody's Local Brasil") atribuiu o rating "AA, br" a 6ª Emissão pública de Debêntures Verdes da Irani.
- Em 29 de outubro de 2025, a S&P Global Ratings efetuou o monitoramento trimestral dos ratings das 1ª e 2ª Séries dos CRAs da 194ª Emissão da Eco Securitizadora vinculados e lastreados pela 5ª Emissão Privada de Debêntures Verdes da Irani. Foi mantido o *rating* 'brAA (sf)', atribuído em 26 de setembro de 2022.

12.2 Debêntures Verdes (NE 18)

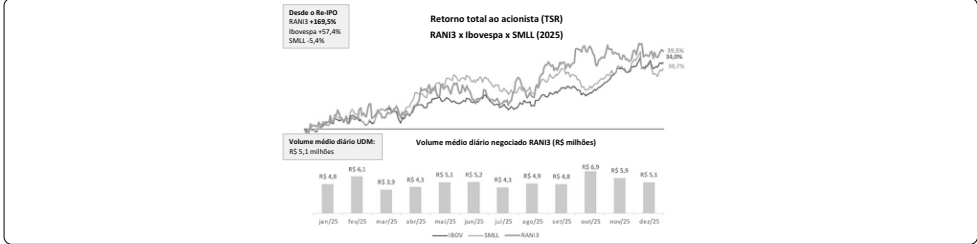
A Companhia possui 3 emissões de debêntures verdes. A 4ª Emissão foi realizada em 2021, no montante de R\$ 60.000 mil, com custo de IPCA + 5,50% a.a., e teve sua remuneração alterada para CDI + 0,71% via instrumento derivativo (*swap*). A 5ª Emissão foi realizada em 2022, em duas Séries, no montante total de R\$ 720.000 mil, com custo de CDI + 1,40% e CDI + 1,75% a.a., sendo lastro para emissão e distribuição pública de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs). A 6ª Emissão foi realizada em outubro de 2025, no montante de R\$ 120.000 mil, prazo total de 15 anos, custo de IPCA + 6,6522% a.a., e teve sua remuneração alterada para CDI - 1,13% a.a. via instrumento derivativo (*swap*).

Mais informações sobre as emissões disponíveis em <https://ri.irani.com.br/dividas/>.

12.3 Capital Social (NE 22 a)

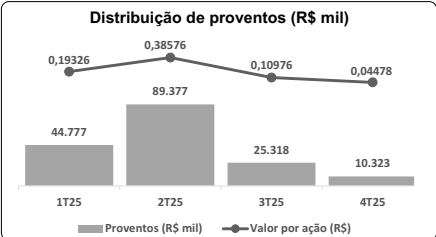
A Companhia está listada no segmento especial da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), denominado Novo Mercado, mais elevado nível de governança corporativa da B3.

Todas as ações possuem direito a voto e *tag along* de 100%. Ao final de 2025, as ações ordinárias eram negociadas a R\$ 8,68, o que implica um valor de mercado de R\$ 2.000.751 mil, considerando 230.501.219 ações ordinárias. Na mesma data, as ações da Companhia integravam os índices IGC-NM, IGXC, ITAG, IMAT, IBRA, SMLL, IGCT, IGPTW, IAGRO, IDIV, ISE e IC02 da B3. A performance e o volume de negociação da ação da Companhia em 2025, em comparação com o índice Ibovespa (principal indicador de desempenho das ações negociadas na B3) e com o SMLL (indicador do desempenho de empresas de menor capitalização da B3, o qual a Irani faz parte da carteira teórica), podem ser observados no gráfico a seguir.



12.4 Proventos (NE 22 b)

Os proventos distribuídos pela Companhia nos últimos 12 meses podem ser observados no gráfico a seguir:



De 2026, a proposta de distribuição adicional referente ao exercício de 2025, totalizando R\$ 59.723 mil, equivalente a R\$ 0,259103 por ação. (NE 22 d).

A quantidade de ações para fins de distribuição de proventos é de 230.501.219 ações ordinárias (ON), considerando que a Companhia não possua ações em tesouraria, na data-base de 31 de dezembro de 2025. Eventual execução do Programa de Recompra poderá alterar o número de ações em circulação e, consequentemente, os valores dos dividendos propostos por ação.

12.5 Programa de recompra de ações (NE 22 c)

Em Reunião do Conselho de Administração de 24 de setembro de 2025, foi aprovado o cancelamento da totalidade de 9.328.700 ações ordinárias, sem valor nominal, de emissão própria, mantidas em tesouraria, sem redução do valor do capital social, bem como a extinção do Programa de Recompra de Ações 2024. Na mesma data, o Conselho aprovou o novo Programa de Recompra de Ações de emissão da Companhia ("Programa de Recompra de Ações 2025"), com o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital. O programa passou a vigorar a partir de 25 de setembro de 2025, com prazo máximo para liquidação em 25 de março de 2027, e limite de aquisição de até 9.771.034 ações ordinárias, representativas de 10% do total de ações ordinárias em circulação. Após o cancelamento das ações em tesouraria, o capital social da Irani (RANI3) passou a ser representado por 230.501.219 ações ordinárias.

O Programa de Recompra de Ações 2025 é o terceiro desde 2021; ao todo, a Companhia já recomprou mais de 23 milhões de ações, representando 9,4% do quadro acionário pós Re-IPO, com custo médio de R\$ 7,48 por ação. A aquisição das ações tem como objetivo maximizar a geração de valor para os acionistas, sendo a recompra uma ferramenta eficiente de alocação de capital, em equilíbrio com os investimentos em expansão e a política de remuneração aos acionistas.

13. SUSTENTABILIDADE

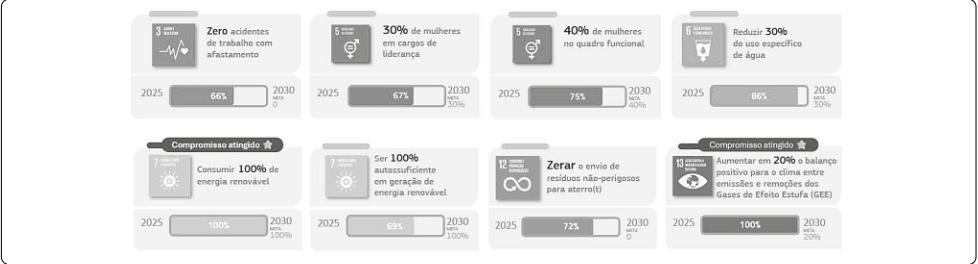
O compromisso a sustentabilidade está na essência dos negócios da Irani a partir de um modelo de negócios integrado, com uso de recursos naturais renováveis, de economia circular (reciclagem) e de baixo carbono, utilizando energia renovável para a maior parte de seu consumo energético e tendo as pessoas no centro da estratégia. Com isso, praticamos uma gestão integrada que incorpora à estratégia a promoção de práticas robustas de governança e um círculo virtuoso de preservação ambiental, desenvolvimento humano e social, inovação e retorno econômico diferenciado.

Signatária do Pacto Global e do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção há mais de 15 anos, a Companhia aderiu ao Instituto Capitalismo Consciente com o intuito de contribuir com o movimento para transformar o jeito de se fazer investimentos e negócios no Brasil. Também faz parte do Movimento Nacional ODS SC desde 2020.

Contamos ainda com um longo histórico de compromisso com a transparência. Por isso, buscamos nos atualizar quanto às melhores práticas de gestão e relato sobre sua estratégia, desempenho e iniciativas de sustentabilidade. Desde 2006, divulgamos relatórios anuais acompanhando as principais tendências no reporte de informações de sustentabilidade. Em 2026, portanto, fará 20 anos que a Companhia divulga o Relatório de Sustentabilidade auditado, conforme metodologia do GRI. Estas duas décadas de divulgação de informações relacionadas a sustentabilidade indicam o compromisso de longo prazo que a Companhia tem com as questões sociais, ambientais e de governança de forma harmônica com os compromissos econômicos.

Em 2026, publicaremos nosso sexto Relatório Integrado. Assegurado pela KPMG Auditores Independentes, esse documento público adota as orientações para o relato integrado do *International Integrated Reporting Council (IIRC)*, *GRI Standard da Global Reporting Initiative (GRI)*, *Sustainability Accounting Standards Board (SASB)*, relacionando as práticas relacionadas aos *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU*. Todas as publicações estão disponíveis para consulta em <http://www.irani.com.br/praticas-sustentaveis/relatorio-de-sustentabilidade/>. Também em 2025, além do Relatório Integrado, lançamos uma Central de Indicadores que apresenta a performance da Companhia ao longo do tempo na gestão de temas considerados materiais.

Em caráter voluntário, a Companhia antecipará a adoção das normas IFRS S1/CBPS 01 e IFRS S2/CBPS 02, no padrão internacional emitido pelo *International Sustainability Standards Board (ISSB)*, aplicando as flexibilizações (*reliefs*) previstas até o primeiro exercício social de adoção obrigatória, conforme autorizado pela RCMV 193, com a divulgação do seu primeiro relatório de informações financeiras relacionadas a sustentabilidade em 2026. Para assegurar a evolução de tópicos de sustentabilidade, realizamos reuniões periódicas desde 2018 com gestores industriais e corporativos sob a liderança do Diretor-Presidente e com a participação de toda a diretoria, delineando as diretrizes necessárias para que a implementação da estratégia de sustentabilidade esteja alinhada ao planejamento estratégico da Companhia. Ao longo do tempo e no âmbito dessas discussões, foram instituídos grupos de trabalho para aprimorar nossa Política de Sustentabilidade e avançar na implementação de práticas aderentes aos ODS da ONU e no mapeamento de oportunidades que inspirem um conjunto de compromissos a serem persistidos até 2030. São eles:



Governança da Sustentabilidade

Desde 2022 a Companhia conta como Comitê de Estratégia e ESG, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, que orienta e estabelece as diretrizes de sustentabilidade para a Companhia. O Comitê de Estratégia e ESG é composto por três membros, que também são conselheiros de administração e tem reuniões trimestrais de acompanhamento da estratégia e dos indicadores ESG da Companhia. Desde 2022, a Companhia conta também com um Núcleo de Sustentabilidade, uma estrutura horizontal e multidisciplinar no nível operacional com o desafio de cultivar e promover a sustentabilidade (ESG), engajando os colaboradores e as partes interessadas. Desde sua criação, as principais entregas realizadas por este núcleo compreendem o início de uma campanha sobre sustentabilidade denominada Movimentos que Criam Futuros, a análise de cenários para substituição de equipamentos alimentados por combustíveis não renováveis, uma oferta de capacitação sobre leis de incentivo fiscal e a elaboração de projetos para as comunidades no entorno, *podcasts* para colaboradores abordando temáticas relevantes para a Irani, como indústria 4.0 e diversidade, oferta de trilha de capacitação em sustentabilidade na plataforma de educação corporativa, além de colaborar com o estudo para substituição de copos plásticos por alternativas mais sustentáveis nas unidades de negócio.

Destakes

Em 2025, lançamos o piloto da Trilha de Sustentabilidade, uma jornada criada com Foco Do Cliente para apoiar nossos parceiros de negócios na identificação e evolução de suas práticas ESG e sustentabilidade, conectando cada passo às grandes agendas globais. Com etapas que vão do diagnóstico à capacitação e ao acompanhamento de resultados, ela oferece ferramentas práticas para integrar sustentabilidade ao negócio, fortalecendo a competitividade e o impacto positivo no mercado. Em 2025, o trabalho foi realizado em dois clientes, sendo que um deles também é nosso fornecedor, com elevada percepção de valor por parte dos profissionais participantes. Para 2026, está planejado a continuidade e ampliação da Trilha para mais parceiros.

Seguimos participando do questionário do Carbon *Disclosure Project* (CDP), um dos principais referenciais globais de transparência e gestão de temas ambientais. Em relação ao ciclo anterior, a avançamos o desempenho e alcançamos a nota A- em mudanças climáticas, refletindo o fortalecimento da governança climática e a consolidação da estratégia de descarbonização. Com esse resultado, passamos a integrar o nível de Liderança do CDP.

Nos temas florestas e água, obtivemos, respectivamente, as notas B- e B, evidenciando nosso compromisso com o manejo florestal responsável, a preservação da biodiversidade e a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Os resultados demonstram a nossa evolução contínua na integração da agenda ambiental à estratégia de negócios, em conformidade com padrões internacionais de referência e com os interesses das nossas partes interessadas.

Pela terceira vez consecutiva, integramos o Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE B3), que reúne as empresas mais bem avaliadas em práticas de governança e sustentabilidade.

A estratégia de sustentabilidade da Companhia é suportada pela sua *Política de Sustentabilidade* e por um *sistema de gestão certificado* pelas normas ISO 9001, ISO 14064 e ISO 14001, esta última especificamente assegurando o segmento Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado). Combinando adequação de práticas de manejo e processos operacionais cada vez mais eficientes, a Irani vem se consolidando como uma empresa com balanço de carbono positivo para o clima ano após ano. Isso significa que a Companhia remove da atmosfera mais carbono do que emite, caracterizando-a como empresa de baixo carbono.

A Companhia dispõe, ainda, de dois projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo aprovados pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) e diversas práticas de incentivo à economia circular por meio de parcerias. Fazendo uso de alternativas e tecnologias capazes de reintroduzir os resíduos dos processos produtivos em novas cadeias de valor, fomenta o empreendedorismo, a geração de emprego e renda nas comunidades no entorno, além de evitar o envio desses resíduos para aterro, conferindo relevante contribuição ambiental. As práticas estão disponíveis para consulta em: <http://www.irani.com.br/praticas-sustentaveis/gestao-ambiental/>.

13.1 Gestão do Desempenho Ambiental

Todas as unidades de negócio da Irani possuem licenças expedidas pelos órgãos competentes e renovadas sistematicamente antes do término de sua validade de forma a manter as operações da Companhia em plena atividade. As condicionantes aplicáveis são devidamente implementadas e as evidências são protocoladas junto aos órgãos ambientais de acordo com a periodicidade estipulada em cada licença. Monitoramentos constantes são realizados, assim como a implementação das ações necessárias, visando o atendimento à legislação ambiental vigente. A Política de Sustentabilidade confirma o intuito da manutenção do atendimento aos requisitos legais aplicáveis, a melhoria contínua dos processos e reforça compromissos voluntários assumidos pela Companhia.

A efetividade do sistema de gestão ambiental se reflete nas certificações conquistadas:

- Forest Stewardship Council® (FSC®)**: instrumento voluntário e independente para assegurar que a matéria-prima utilizada pela Companhia seja manejada, extraída e beneficiada de uma maneira ecologicamente correta, socialmente justa e economicamente viável, o que possibilita a fabricação de produtos com selo específico FSC®. As florestas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul possuem a certificação de manejo florestal (FSC®-C020437 / FSC®-C116791) e as unidades de papel e embalagem de papelão ondulado possuem a certificação FSC® de Cadeia de Custódia (FSC®-C009947).
- ISO 14064:2022**: dispõe sobre as diretrizes técnicas com princípios e requisitos para desenvolver, relatar e gerenciar inventários de Gases de Efeito Estufa (GEE). A Irani foi a primeira empresa brasileira a certificar um inventário de acordo com esta norma, comprovando que a Companhia é uma empresa com balanço de carbono positivo para o clima, o que significa que as florestas têm potencial de absorção superior às emissões provenientes dos seus processos produtivos.
- ISO 14001:2015**: especifica os requisitos para a implementação e a operação de um sistema de gestão ambiental. As unidades de embalagens já possuem esta certificação, corroborando o comprometimento com as questões ambientais e práticas focadas em sustentabilidade.

- Certificação Lixo Zero**: as unidades industriais em SC e SP possuem a Certificação Lixo Zero, alcançando o índice de 96,9% e 96,0% respectivamente de resíduos desviados de aterro e nota A em boas práticas de gestão de resíduos.

A Companhia adota diversas práticas a fim de minimizar os impactos decorrentes de suas atividades e de gerar valor na comunidade onde atua. Nesse sentido, destacam-se dois Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) aprovados pela ONU. Ambos os MDLs geram Reduções Certificadas de Emissões (CERs) comercializadas na forma de créditos de carbono em parceria com o Instituto Ekos Brasil no programa Compromisso com o Clima, com apoiadores e parceiros engajados na responsabilidade de buscar práticas que contribuam para a desaceleração das mudanças climáticas. Realizamos, em 2023, o processo de auditoria do período de créditos de 2018 a 2022 do projeto Irani Biomass Electricity Generation na ONU, dos quais estão validados e disponíveis para a comercialização os 2.384 CERs do período de 2018 a 2020, enquanto os 36.425 créditos estão condicionados à transição dos projetos para o novo mercado, atendendo o disposto no artigo 6.4 do Acordo de Paris, definido pela ONU. O projeto Irani Wastewater Methane Avoidance também possui créditos disponíveis para comercialização; referentes ao período de 2020 são 22.548 CERs, enquanto 124.420 CERs aguardam também a transição para o Acordo de Paris.

Desenvolvemos, em 2023, o nosso Plano Estratégico de Descarbonização. O objetivo principal deste plano de mitigação é apresentar de forma detalhada a evolução da Companhia no tema mudanças climáticas, apresentando resultados colhidos desde o primeiro inventário de gases de efeito estufa em 2004 até as projeções futuras de emissões. Por meio do plano, desenvolvemos a nossa curva de descarbonização e é possível demonstrar que as ações e os projetos desenvolvidos resultaram nos últimos 21 anos, de 2004 a 2025, em uma redução de 91,8% de kgCO2e por tonelada líquida produzida. E encontramos oportunidades de reduzir ainda mais, mapeando projetos e calculando seu potencial de redução de gases de efeito estufa. Assim, pretendemos chegar em 2030 com um específico de emissão de 60,2 kgCO2e por tonelada líquida produzida, o que representará uma redução de 16,1% quando comparado com 2025.

Continua...

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de Reais)											
	Nota explicativa	Capital social		Reserva de capital		Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Capital social	Custos na emissão de ações	Ações em tesouraria	Pagamento baseado em ações	Legal	Estatutária de ativos biológicos	Retenção de lucros			
SALDO EM 01 DE DEZEMBRO DE 2024		566.895	(22.961)	(53.616)	960	56.886	1.275	597.463	4.990	-	1.279.704
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	304.519	304.519
Realização - custo atribuído	22.e	-	-	-	-	-	-	-	(8.944)	8.944	-
Reserva de lucros realizada - ativos biológicos	22.d	-	-	-	-	-	(1.275)	-	-	1.275	-
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	(1.275)	-	(8.944)	314.738	304.519
Ações em tesouraria	22.c	-	-	4.447	-	-	-	(53.616)	-	-	(49.169)
Destinações propostas		-	-	-	-	-	-	-	-	(15.226)	-
Reserva legal	22.e	-	-	-	-	15.226	-	-	-	(74.878)	(74.878)
Dividendos	22.d	-	-	-	-	-	-	-	-	(74.878)	(93.638)
Dividendos adicionais propostos	22.d	-	-	-	-	-	-	(18.760)	-	(149.756)	-
Reserva de retenção de lucros	22.e	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.523)	-
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		-	-	4.447	-	15.226	-	77.380	-	(314.738)	(217.685)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		566.895	(22.961)	(49.169)	960	72.112	-	674.843	4.990	118.868	1.366.538
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	242.050	242.050
Realização - custo atribuído	22.e	-	-	-	-	-	-	-	(8.949)	8.949	-
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(8.949)	250.999	242.050
Aumento de capital	22.a	80.000	-	-	-	-	-	(80.000)	-	-	-
Ações em tesouraria	22.c	-	-	49.169	-	-	-	(71.221)	-	-	(22.052)
Destinações propostas		-	-	-	-	-	-	-	-	(12.103)	-
Reserva legal	22.e	-	-	-	-	12.103	-	-	-	(59.724)	(59.724)
Dividendos	22.d	-	-	-	-	-	-	-	-	(59.724)	(74.878)
Dividendos adicionais propostos	22.d	-	-	-	-	-	-	(15.154)	-	(119.448)	-
Reserva de retenção de lucros	22.e	-	-	-	-	-	-	-	-	(250.999)	-
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		80.000	-	49.169	-	12.103	-	(46.927)	-	(250.999)	(156.654)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		646.895	(22.961)	-	960	84.215	-	627.916	4.990	109.919	1.451.934

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)						DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)					
	Nota explicativa	Controladora	Consolidado				Nota explicativa	Controladora	Consolidado		
		31.12.25	31.12.24					31.12.25	31.12.24		
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS		1.674.593	1.547.907	1.686.311	1.555.346						
Variação do valor justo dos ativos biológicos	14 e 25	52.017	69.907	116.800	83.736						
Custo dos produtos vendidos	25	(1.106.509)	(998.956)	(1.102.869)	(1.013.128)						
LUCRO BRUTO		620.101	618.858	700.242	625.954						
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS											
Com vendas	25	(125.743)	(130.536)	(127.554)	(132.397)						
Reversão (Perdas) por impairment contas a receber		338	(250)	338	(250)						
Gerais e administrativas	25	(115.048)	(116.347)	(117.545)	(119.312)						
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	11.281	(24.544)	11.911	(25.541)		14.a	(52.017)	(69.907)	(116.800)	(83.736)
Participação dos administradores	20	(19.586)	(19.523)	(19.586)	(19.523)		14,15 e 16	181.310	168.953	204.753	195.234
Resultado da equivalência patrimonial	13	76.377	2.608	-	-			-	1.987	-	1.987
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		447.720	330.266	447.806	328.931			-	973	-	973
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	26	(134.211)	(112.513)	(130.859)	(109.939)			69	(1.819)	69	(1.819)
Receitas financeiras		123.310	97.354	126.695	99.984		13	(76.377)	(2.608)	-	-
Despesas financeiras		(257.521)	(209.867)	(257.554)	(209.923)						
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS		313.509	217.753	316.947	218.992						
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	(32.067)	64.878	(33.843)	63.983						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	(27.479)	33.353	(29.341)	33.009		21	5.571	3.722	5.859	4.973
LUCRO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS		253.963	315.984	253.963	315.984						
Operações descontinuadas											
(PREJÚZO) DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	11	(11.913)	(11.465)	(11.913)	(11.465)						
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		242.050	304.519	242.050	304.519			225.674	195.429	225.674	195.429
Lucro atribuível a acionistas controladores		242.050	304.519	242.050	304.519			5.177	2.205	5.177	2.205
Acionistas controladores		242.050	304.519	242.050	304.519			(350)	(5.334)	(350)	(5.334)
LUCRO (PREJÚZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ON - R\$							20	-	8.409	-	8.409
De operações continuadas	23	1.0978	1.3263	1.0978	1.3263		8.a	(2.988)	(8.561)	(2.988)	(8.561)
De operações descontinuadas	23	(0,0515)	(0,0481)	(0,0515)	(0,0481)						
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras											

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)				
	Controladora	Consolidado		
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Lucro líquido do exercício	242.050	304.519	242.050	304.519
Outros resultados abrangentes				
Realização - custo atribuído	13.017	13.553	13.017	13.553
IR e CSLL sobre realização - custo atribuído	(4.424)	(4.609)	(4.424)	(4.609)
Reserva de lucros realizada - ativos biológicos	540	1.827	540	1.827
IR e CSLL reserva de lucros realizada - ativos biológicos	(184)	(552)	(184)	(552)
Total do resultado abrangente do exercício	250.999	314.738	250.999	314.738
Atribuível a acionistas controladores	250.999	314.738	250.999	314.738
Total do resultado abrangente do exercício	250.999	314.738	250.999	314.738
Total do resultado abrangente atribuível a acionistas controladores proveniente de:				
De operações continuadas	262.912	326.203	262.912	326.203
De operações descontinuadas	(11.913)	(11.465)	(11.913)	(11.465)
	250.999	314.738	250.999	314.738

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras				
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)				
	Controladora	Consolidado		
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
1. RECEITAS	2.419.368	2.232.440	2.433.199	2.241.633
1.1) Vendas de produtos	2.208.968	2.076.601	2.221.476	2.084.568
1.2) Outras receitas	63.356	21.545	64.123	21.601
1.3) Provisão (Reversão) para devedores duvidosos - constituição	406	(210)	406	(210)
1.4) Receitas relativas à construção de ativos próprios	146.638	134.504	147.134	135.674
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	1.366.818	1.221.480	1.332.187	1.200.596
2.1) Custo dos produtos vendidos	847.219	720.089	808.471	691.768
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	519.599	501.391	523.716	508.828
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	1.052.550	1.010.960	1.100.952	1.041.037
4. DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	181.310	168.953	204.753	195.234
5. VARIAÇÃO DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS BIOLÓGICOS	(52.017)	(69.907)	(116.800)	(83.738)
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4-5)	923.257	911.914	1.012.999	925.539
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	203.251	106.019	130.259	106.041
7.1) Resultado de equivalência patrimonial	76.377	2.608	-	-
7.2) Receitas financeiras	126.874	103.411	130.259	106.041
8. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (6+7)	1.126.508	1.017.933	1.143.258	1.035.580
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.126.508	1.017.933	1.143.258	1.035.580
9.1) Pessoal	270.959	263.524	280.993	276.767
9.1.1 - Remuneração direta	199.910	194.474	206.078	202.132
9.1.2 - Benefícios	59.570	58.042	63.185	63.235
9.1.3 - F.G.T.S.	11.479	11.008	11.730	11.400
9.2) Impostos, taxas e contribuições	314.667	196.628	321.136	200.976
9.2.1 - Federais	209.205	102.351	215.437	106.548
9.2.2 - Estaduais	103.295	92.030	103.335	92.031
9.2.3 - Municipais	2.167	2.247	2.364	2.397
9.3) Remuneração de capital de terceiros	270.297	223.520	270.544	223.576
9.3.1 - Juros	264.017	216.392	264.050	216.448
9.3.2 - Aluguéis	6.280	7.128	6.494	7.128
9.4) Remuneração de capitais próprios	250.999	314.738	250.999	314.738
9.4.1 - Dividendos	59.723	74.878	59.723	74.878
9.4.2 - Lucros dos exercícios retidos	191.276	239.860	191.276	239.860
9.5) Outros	19.586	19.523	19.586	19.523
9.5.1 - Participação dos administradores	19.586	19.523	19.586	19.523

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras				
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS				
1. CONTEXTO OPERACIONAL				
A Irani Papel e Embalagem S.A. ("Companhia"), é uma companhia aberta domiciliada no Brasil, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, segmento Novo Mercado, e com sede na Avenida Carlos Gomes, nº 400, salas 502/503, Edifício João Benjamin Zaffari, Bairro Boa Vista, município de Porto Alegre (RS). A Companhia e suas controladas têm como atividades preponderantes aquelas relacionadas à indústria de embalagens sustentáveis, tais como papelão ondulado e papel para embalagens. Atua no segmento de florestamento e reflorestamento e utiliza como base de toda sua produção a cadeia produtiva das florestas plantadas (recurso natural renovável) e a reciclagem de papel. As controladas diretas estão relacionadas na nota explicativa nº 4.				
Sua controladora direta é a Irani Participações S.A., sociedade anônima brasileira de capital fechado. Sua controladora final é a empresa D.P. Representações e Participações Ltda., ambas empresas do Grupo Habitasul.				
Operação descontinuada				
Conforme Fato Relevante de 26 de março de 2025, o Conselho de Administração aprovou o encerramento das atividades da fábrica de destilação de goma resina extraída de florestas de pinus, localizada no município de Balneário Pinhal/RS ("Fábrica") e, com isso, a descontinuidade deste segmento de negócio, informações sobre ativos não circulantes mantidos para venda, demonstração do resultado e demonstração do fluxo de caixa estão apresentadas na nota explicativa nº 11.				
Reforma tributária				
A Reforma Tributária sobre consumo estabelecida pela Emenda Constitucional nº 132, instituiu o modelo baseado num IVA ("IVA dual") sendo: i) CBS – Contribuição sobre Bens e Serviços que substituirá o PIS e a COFINS; ii) IBS – Imposto sobre Bens e Serviços que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um IS - Imposto Seletivo de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.				
Em janeiro de 2025 foi sancionado Projeto de Lei Complementar ("PLP") 68/24, convertido na Lei Complementar 214/25, que regulamentou parte da Reforma Tributária. Os efeitos da Reforma Tributária serão plenamente conhecidos quando finalizadas as regulamentações dos temas pendentes via Lei Complementar.				
Durante os anos de 2026 a 2032 haverá o período de transição em que os dois sistemas tributários, antigo e novo, serão utilizados em paralelo, com efeitos concretos a partir de 2027. Os anos de 2025 e 2026 serão importantes para a preparação da Companhia a este cenário de transição, que perdurará até 2032.				
Não há qualquer efeito da Reforma Tributária no patrimônio líquido e no resultado dos exercícios de 2025 e 2024.				
Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas				
As questões relacionadas às mudanças climáticas fazem parte da Política e dos Compromissos de Sustentabilidade na Irani, guiando nossas ações e metas rumo a um desenvolvimento cada vez mais sustentável. Nesse processo, aprofundamos as discussões sobre o tema e seus impactos nas operações, o que resultou na inclusão de dois novos compromissos na Política de Sustentabilidade: "Usar os recursos de forma sustentável, preservando o meio ambiente, reduzindo os impactos ambientais e promovendo a economia circular e de baixo carbono" e "Atuar de forma proativa frente às mudanças climáticas, reduzindo emissões de Gases de Efeito Estufa e outros mecanismos re-				

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)					
	Nota explicativa	31.12.25	31.12.24		
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE OPERACIONAIS					
Caixa gerado nas operações					
Lucros antes do imposto de renda e contribuição social					
(LAIR) das operações continuadas e descontinuadas					
Itens que não afetam o caixa:					
Variação do valor justo dos ativos biológicos	14.a	(52.017)	(69.907)	(116.800)	(83.736)
Depreciação, amortização e exaustão	14,15 e 16	181.310	168.953	204.753	195.234
Impairment de imobilizado		-	1.987	-	1.987
Impairment de propriedade para investimento		-	973	-	973
Resultado na venda de ativos		69	(1.819)	69	(1.819)
Equivalência patrimonial	13	(76.377)	(2.608)	-	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	21	5.571	3.722	5.859	4.973
Provisão/Reversão para impairment de contas a receber de clientes	6	(406)	210	(406)	210
Redução ao valor realizável líquido		-	596	-	596
Variações monetárias e encargos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e swap		225.674	195.429	225.674	195.429
Juros sobre passivos de arrendamento		5.177	2.205	5.177	2.205
Juros sobre aplicações financeiras		(350)	(5.334)	(350)	(5.334)
Participação dos administradores	20	-	8.409	-	

Continuação...

2.1. Novas alterações de pronunciamentos ainda não vigentes

A Companhia não adotou na preparação destas demonstrações financeiras as alterações de normas emitidas pelo IASB, que não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). As seguintes alterações em normas vigentes não deverão ter impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e terão vigência a partir de 1º de janeiro de 2026:

- Alteração ao IAS 21 - Falta de conversibilidade;
- Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros;
- Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza;
- IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras;
- IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações;

2.2. Novas alterações em pronunciamentos técnicos adotados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Foi emitida a seguinte revisão de normas pelo CPC, que entrou em vigor e foi adotada efetivamente a partir de 1º de janeiro de 2025 pela Companhia, não havendo efeitos em suas demonstrações financeiras quanto a sua aplicação:

- Alterações ao IAS 21 – “Falta de permutabilidade”.

3. PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

Estas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade da entidade, e a avaliação da continuidade operacional no futuro previsível foi formalizada pela Administração.

a) **Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), sendo essa a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são reconhecidos na demonstração do resultado.

b) **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

A definição dos valores decorrentes de julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das demonstrações financeiras, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As demonstrações financeiras incluem, várias estimativas, algumas mais significativas tais como: avaliação do valor justo dos ativos biológicos (nota explicativa nº 14), provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 21), além de redução do valor recuperável de ativos não financeiros (nota explicativa nº 15), julgamentos relacionados à apuração do crédito tributário de PIS e COFINS (nota explicativa nº 8), julgamentos relacionados à apuração do crédito tributário de IPI (nota explicativa nº 8) e também julgamentos relacionados à exclusão dos créditos presumidos de ICMS da base do IRPJ e da CSLL (nota explicativa nº 8).

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes dos reconhecidos nas demonstrações financeiras.

c) **Demonstração do valor adicionado (“DVA”)**

A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado, individual e consolidado, como parte do conjunto das demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os exercícios apresentados.

A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado, e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações financeiras.

4. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS				
As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Irani Papel e Embalagem S.A. e suas controladas conforme segue:				
Participação no capital social (%)				
Empresas controladas - participação direta				
Habitasul Florestal S.A.	Atividade	Segmento	31.12.25	31.12.24
Iraflor - Comércio de Madeiras LTDA	Produção florestal	Florestal RS	100,00	100,00
		Papel para Embalagens		
		Sustentáveis (Papel)	100,00	100,00
		Corporativo/eliminações	100,00	100,00
		Corporativo/eliminações	100,00	100,00
HGE - Geração de Energia Sustentável S.A. *	Geração de energia elétrica			
Irani Soluções para E-Commerce LTDA *	Comércio eletrônico de embalagens			
Irani Ventures LTDA	Participação em outras sociedades ou empreendimentos	Corporativo/eliminações	100,00	100,00

* sociedade extinta

As práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são consistentes com as práticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos das empresas controladas, os resultados das equivalências patrimoniais, bem como os saldos das operações realizadas e lucros e/ou prejuízos não realizados entre as empresas. As informações contábeis das controladas utilizadas para consolidação têm a mesma data-base da controladora.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras são representados conforme segue:

	Controladora	Consolidado
	31.12.25	31.12.24
Bancos	2.914	6.170
Aplicações financeiras de liquidez imediata i)	822.247	570.949
Total de caixa e equivalentes de caixa	825.161	577.119

i) As aplicações financeiras de liquidez imediata têm a finalidade de atender a necessidade de caixa imediata da Companhia. As aplicações financeiras de liquidez imediata são remuneradas com renda fixa, à taxa média de 102,4% do CDI (101,9% em 31 de dezembro de 2024). A gestão do caixa é realizada de acordo com a Política de Gestão Financeira da Companhia.

Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem os saldos de caixa, bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação de valor, e com vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação e com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES				
	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Contas a receber de:				
Clientes - mercado interno	272.135	265.506	275.065	265.841
Clientes - partes relacionadas	14	89	14	89
Clientes - mercado externo	21.349	27.417	21.349	27.417
Clientes - renegociação	407	418	414	418
	293.905	293.430	296.842	293.765
	(10.576)	(11.863)	(10.576)	(11.863)
Total de contas a receber	283.329	281.567	286.266	281.902
Parcela do circulante	283.310	281.422	286.247	281.757
Parcela do não circulante	19	145	19	145

A análise de vencimento das contas a receber de clientes está representada na tabela abaixo:

	Controladora	Consolidado
	31.12.25	31.12.24
A vencer	273.691	274.101
Vencidos até 30 dias	6.388	6.103
Vencidos de 31 a 60 dias	1.251	1.251
Vencidos de 61 a 90 dias	411	614
Vencidos de 91 a 180 dias	1.645	630
Vencidos há mais de 180 dias	10.519	11.657
	293.905	293.430
	296.842	293.765

A Companhia constitui provisão para perdas em contas a receber de clientes para parte relevante das contas a receber vencidas há mais de 180 dias. Também são constituídas provisões para *impairment* de contas a receber para os títulos a vencer e vencidos há menos de 180 dias, nos casos em que os valores não são considerados como realizáveis, considerando-se a situação financeira de cada devedor, a análise prospectiva e análises históricas de perda verificadas pela Companhia. Análises individuais são realizadas para aqueles clientes, que ainda não possuem títulos vencidos, e consideram seus riscos de crédito. A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para as contas a receber de clientes e ativos contratuais para clientes individuais em 31 de dezembro de 2025:

	Saldo contábil bruto em 31.12.2025	Provisão para perda estimada em 31.12.2025	Percentual de perda estimada
A vencer	276.604	-	0,00%
Vencidos até 30 dias	6.411	(21)	0,33%
Vencidos de 31 a 180 dias	3.308	(36)	1,09%
Vencidos acima de 181 dias	10.519	(10.519)	100,00%
	296.842	(10.576)	

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito. Essas taxas foram multiplicadas por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou comprometidos em 31 de dezembro de 2025 é avaliada com base nas informações históricas sobre os índices de inadimplência da Companhia. Em geral, 99% dos títulos de contas a receber não possuem histórico de inadimplência.

A Companhia monitora mudanças de cenários do mercado e seu impacto nas condições de crédito dos clientes.

A movimentação da provisão pode ser assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
	31.12.25	31.12.24
Saldo do início do exercício	(11.863)	(11.863)
Provisões para perdas reconhecidas	(174)	(670)
Valores recuperados no exercíco	580	460
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	-	-
Saldo no final do exercício	(10.576)	(11.863)

Política contábil

A Companhia, no reconhecimento inicial de um ativo financeiro, classificou seus ativos como a custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios pelo qual um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido.

i) **Ativos financeiros a custo amortizado**

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*, quando necessário. A receita de juros, os ganhos e as perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

ii) **Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado**

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.

iii) **Redução ao valor recuperável dos ativos financeiros**

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas.

A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os créditos e a avaliação dos consultores jurídicos. Também é realizada uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. A provisão para risco de crédito considera o prazo de vencimento dos títulos de contas a receber de clientes. A Companhia utiliza percentuais distintos conforme o prazo de vencimento, de forma a mensurar a probabilidade de perda, aumentando o percentual da provisão de risco de crédito conforme os títulos ficam vencidos a mais tempo.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida do ativo.

A provisão é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

7. **ESTOQUES**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Produtos acabados	74.676	74.067	74.797	74.630
Materiais de produção	27.684	37.080	27.684	37.174
Materiais de consumo	34.540	35.448	34.844	36.047
Total dos estoques	136.900	146.595	137.325	147.851

A Companhia realiza análise de recuperabilidade dos estoques anualmente. Para o exercício de 2025 não houve a constituição de provisões.

A Companhia realiza análise de recuperabilidade dos estoques anualmente. Para o exercício de 2025 não houve a constituição de provisões.

Política contábil

Os estoques são demonstrados ao menor valor entre o custo médio ponderado móvel de produção ou de aquisição, e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e gastos necessários para realizar a venda.

O custo da madeira transferida de ativos biológicos é o seu valor justo menos as despesas de venda apuradas na data do corte.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

a) **Tributos a recuperar**

Estão apresentados conforme a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31.12.25	31.12.24
ICMS	24.698	34.528
PIS/COFINS	15.965	91.367
IPI	23.036	58
IRRF sobre aplicações	1.343	1.709
Outros	1.307	636
Total de tributos a recuperar	66.349	128.298
Parcela do circulante	49.619	102.970
Parcela do não circulante	16.730	25.328

Não há risco de não utilização dos créditos de tributos a recuperar, inclusive com a entrada em vigor da reforma tributária.

Os créditos de ICMS são basicamente créditos sobre aquisição de imobilizado gerados em relação às compras de bens para o ativo imobilizado da Companhia.

Os saldos de créditos de PIS e COFINS se referem principalmente a:

i) Crédito sobre aquisição de imobilizado gerados em relação às compras de bens para o ativo imobilizado da Companhia, e que vem sendo recuperado em 24 ou 48 parcelas conforme classificação e utilização dos ativos adquiridos, o saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 15.850.

ii) Créditos de PIS e COFINS sobre aquisição de aparas reconhecidos no resultado do exercício de 2023 no montante total de R\$ 223.432, devido ao trânsito em julgado de decisão judicial favorável que reconheceu o direito da Companhia ao crédito de PIS e COFINS sobre aquisições de aparas, em razão da inconstitucionalidade do art. 47 da Lei 11.196/05, com efeito a partir de junho de 2010. A Companhia utilizou a totalidade do crédito via compensação até a data destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. As informações referentes ao assunto foram reportadas ao mercado através de **Fato Relevante divulgado no dia 19 de junho de 2023**.

Os saldos de créditos de IPI se referem ao trânsito em julgado de decisão judicial favorável, em que a Companhia reconheceu no exercício de 2025 o direito de créditos de IPI sobre fretes “CIF” das operações de vendas, seguro e demais despesas acessórias, com efeito a partir de novembro de 2019. A Companhia estima utilizar a totalidade do crédito via compensação em até 9 meses a partir do deferimento de sua habilitação. O saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 23.036.

Os valores de créditos de IPI envolvidos para habilitação junto à Receita Federal do Brasil e posterior compensação com débitos federais são demonstrados a seguir:

Controladora e Consolidado			
Total crédito de IPI sobre fretes “CIF” das operações de vendas, seguro e demais despesas acessórias			
Principal			
Atualização monetária			
Total de despesas líquidas referente ao crédito de IPI sobre fretes “CIF” das operações de vendas, seguro e demais despesas acessórias			
Honorários			
PIS e COFINS sobre atualização monetária			
Efeito nas receitas (despesas) operacionais, líquidas			
Efeito nas receitas (despesas) financeiras, líquidas			
Efeito no imposto de renda e contribuição social			
Efeito no lucro líquido do exercício			
b) Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar			
Estão apresentados conforme a seguir:			

IRPJ a recuperar	
CSLL a recuperar	

Parcela do circulante

Parcela do não circulante

	Controladora	Consolidado
	31.12.25	31.12.24
	51.304	94.223
	19.197	35.358
	70.501	129.581
	70.501	79.840
		49.741

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar são principalmente referentes ao trânsito em julgado da Medida Judicial nº 5061451-02.2018.4.04.7100/RS, no mês de outubro de 2024, na qual teve reconhecido seu direito à exclusão dos créditos presumidos de ICMS da base do IRPJ e da CSLL de 2013 a 2023, sem a necessidade de constituição de Reservas de Lucros. A Companhia reconheceu o crédito no quarto trimestre de 2024, e utilizou parte do crédito no exercício de 2025 com compensação de tributos federais e estima utilizar o saldo do crédito via compensação em até 11 meses a partir de 31 de dezembro de 2025, a depender do montante de tributos federais a serem apurados, o saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 64.049.

9. OUTROS ATIVOS

	Controladora	Consolidado
	31.12.25	31.12.24
Adiantamento a fornecedores	2.997	3.543
Créditos com funcionários	1.661	2.715
Despesas antecipadas	5.300	4.429
Crédito de ação judicial sobre juros abusivos SP - Precatórios	6.691	6.103
Outros créditos	478	1.072
Total de outros créditos	17.127	17.862
Parcela do circulante	10.436	11.759
Parcela do não circulante	6.691	6.103

O saldo a receber de Crédito de ação judicial sobre juros abusivos SP – Precatórios refere-se a Ação Ordinária nº 1030021-89.2014.8.26.0053 que teve declarada a favor da Companhia a inexistibilidade dos juros de mora incidentes sobre os valores de ICMS parcelados administrativamente com taxa superior à SELIC. O referido precatório emitido em 6 de julho de 2021 possui saldo atualizado em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 6.691, que será realizado conforme cronograma do pagamento de Precatórios estabelecido pelo Estado de São Paulo.

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS – SWAP

Swap 4º Emissão de Debêntures

Em 01 de dezembro de 2021 a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo – swap visando a troca da taxa de juros da 4ª Emissão de Debêntures, cujo montante na data de sua emissão era de R\$ 60.000, de IPCA + 5,50%, para CDI + 0,71% a.a. A operação foi contratada para otimizar a estratégia de gestão dos passivos financeiros e do caixa no longo prazo, alterando o indexador da dívida, alinhando-se com a posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia, que é indexada ao CDI.

A contratação do *swap* foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, conforme exige a Política de Gestão Financeira.

O efeito desse reconhecimento é diluído ao longo da vida da 4ª Emissão de Debêntures, que tem vencimento final em 15 de dezembro de 2029, de forma que o seu custo efetivo seja, ao final, o equivalente ao CDI + 0,71% a.a..

b) **Swap 6ª Emissão de Debêntures**

Em 28 de outubro de 2025 a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo – swap visando a troca da taxa de juros da 6ª Emissão de Debêntures de IPCA + 6,6522% a.a. para CDI – 1,13% a.a., com valor nominal, prazos e condições compatíveis com as da Emissão. A operação foi contratada para otimizar a estratégia de gestão dos passivos financeiros e do caixa no longo prazo, alterando o indexador da dívida, alinhando-se com a posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia, que é indexada ao CDI.

A contratação do *swap* foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, conforme exige a Política de Gestão Financeira.

O efeito desse reconhecimento é diluído ao longo da vida da 6ª Emissão de Debêntures, que tem vencimento final em 15 de agosto de 2040, de forma que o seu custo efetivo seja, ao final, o equivalente a CDI – 1,13% a.a..

As características específicas em 31 de dezembro de 2025 são demonstradas a seguir:

	Vencimento	Posição ativa	Posição passiva	Nocional	Valor justo posição ativa	Valor justo posição passiva	Ganho
15 de Dezembro de 2029	IPCA + 5,50%	CDI + 0,71%		66.225	73.782	63.748	10.034
15 de Outubro de 2040	IPCA + 6,65%	CDI - 1,13%		120.000	106.902	104.940	1.962
				186.225	180.684	168.688	11.996

A movimentação dos instrumentos financeiros derivativos – swaps segue:

(i) Movimentação dos swaps nos exercícios de 2025 e 2024:

	Controladora e Consolidado	Posição ativa	Posição passiva
Saldo em 01 de janeiro de 2024		7.488	-
Perdas no exercício (reconhecidas no resultado)		(5.413)	-
Efeito de liquidação		3.174	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		5.249	-
Ganhos no exercício (reconhecidas no resultado)		1.740	-
Efeito de liquidação		5.007	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025		11.996	-
Parcela do circulante		2.264	-
Parcela do não circulante		9.732	-

(ii) Movimentação acumulada desde o início das operações de swaps:

	Controladora e Consolidado	Posição ativa	Posição passiva
Efeito de liquidação		(Perdas)/Ganhos reconhecidas no resultado	Total
Movimentação no exercício de 2021		64	(483)
Movimentação no exercício de 2022		4.361	1.466
Movimentação no exercício de 2023		4.829	6.441
Movimentação no exercício de 2024		3.174	(5.413)
Movimentação no exercício de 2025		5.007	1.740
Total		17.435	11.996

11. ATIVOS NÃO CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA E OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Em 26 de março de 2025 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o encerramento das atividades da fábrica de destilação de goma resina extraída de florestas de pinus, localizada no município de Balneário Pinal/RS (“Fábrica”) e, com isso, a descontinuidade deste segmento de negócio, Segmento Resinas Sustentáveis (Breu e Terebintina).

Os ativos não circulantes mantidos para venda com valor contábil de R\$ 17.465 foram integralmente vendidos neste exercício por R\$ 20.000, gerando ganho de R\$ 2.535, registrado em ‘Outras receitas operacionais’ da operação descontinuada.

a) **Operações descontinuadas**

Balanco patrimonial das operações descontinuadas

ATIVO	Operações descontinuadas	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Operações descontinuadas		
	31.12.25	31.12.24	31.12.25		
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Contas a receber de clientes	2.843	11.589	Fornecedores	36	2.479
Estoques	2	19.234	Total do passivo circulante	36	2.479
Total do ativo circulante	2.845	30.823	TOTAL DO PASSIVO	36	2.479
NÃO CIRCULANTE			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Imobilizado	-	17.542	Reservas de lucros	15.239	46.440
Intangível	-	554	Prejuízos acumulados	(12.430)	-
Total do ativo não circulante	-	18.096	Total do patrimônio líquido	2.809	46.440
TOTAL DO ATIVO	2.845	48.919	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.845	48.919

Demonstração do resultado das operações descontinuadas

	Operações descontinuadas
	31.12.25
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	31.12.25
Custo dos produtos vendidos	40.234
(PREJUÍZO) BRUTO	(41.546)
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(1.312)
Outras receitas e despesas operacionais *	(6.838)
Resultado financeiro	(831)
(PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	(2.932)
Imposto de renda e contribuição social	(11.913)
(PREJUÍZO) DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	(11.913)

* Outras receitas e despesas operacionais também contemplam no exercício 2025, custos de rescisão da operação descontinuada de R\$ 1.141.

Continua...

Continuação...
Demonstração do fluxo de caixa das operações descontinuadas

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Caixa gerado nas operações

Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social (LAIR) das operações descontinuadas

Itens que não afetam o caixa:

- Depreciação e amortização
- Resultado na venda de ativos
- Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

Fluxo de caixa das atividades operacionais antes das variações de ativos e passivos

Variações nos ativos e passivos

- Contas a receber
- Estoques
- Fornecedores

Variações nos ativos e passivos

Caixa líquido obtido (aplicado) nas atividades operacionais

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Aquisição de imobilizado

Aquisição de intangível

Recebimento na venda de ativos

Caixa líquido obtido (aplicado) nas atividades de investimento

AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO EXERCÍCIO

Política contábil

a) Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes mantidos para venda, são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos não circulantes mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método.

b) Operação descontinuada

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio da entidade que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto da entidade e que:

- i) representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações;
 - ii) é parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; ou
 - iii) é uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.
- A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes.
- Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente comparativas são representadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS E CORRENTES

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo de ativos biológicos.

A Companhia adota o regime de caixa na apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre as variações cambiais e registrou o passivo fiscal diferido da variação cambial a realizar. Não houve alteração na forma de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre as variações cambiais com relação ao ano anterior.

Os impactos tributários iniciais sobre o custo atribuído do ativo imobilizado foram reconhecidos em contrapartida do patrimônio líquido, na adoção do CPC/IFRS em 2010.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Ativo				
Imposto de renda diferido ativo				
Sobre provisões temporárias	6.671	10.002	6.801	10.002
Sobre prejuízo fiscal	42.629	50.917	42.629	50.974
Contribuição social diferida ativa				
Sobre provisões temporárias	2.401	3.601	2.448	3.622
Sobre base negativa	15.251	18.389	15.251	18.389
Total do ativo	66.952	82.909	67.129	82.987
Passivo				
Imposto de renda diferido passivo				
Variação cambial a realizar pelo regime de caixa	9	(750)	9	(750)
Depreciação acelerada	2.655	152	2.655	152
Valor justo dos ativos biológicos	92.416	82.878	96.552	87.677
Custo atribuído e revisão da vida útil	84.264	88.584	86.202	88.584
Subvenção governamental	21	28	21	28
Amortização do ágio fiscal	25.158	25.158	25.158	25.158
Contribuição social diferida passiva				
Variação cambial a realizar pelo regime de caixa	3	(270)	3	(270)
Depreciação acelerada	956	55	956	55
Valor justo dos ativos biológicos	33.270	29.836	35.502	32.080
Custo atribuído e revisão da vida útil	30.333	31.890	31.031	31.890
Subvenção governamental	8	10	8	10
Amortização do ágio fiscal	9.057	9.057	9.057	9.057
Total do passivo	278.150	266.628	287.154	273.671
Passivo de imposto diferido (líquido)	211.198	183.719	220.025	190.684

Os saldos de imposto de renda diferido ativo e contribuição social diferida ativa, sobre prejuízo e base negativa respectivamente se referem principalmente ao trânsito em julgado da Medida Judicial nº 5061451-02.2018.4.04.7100/RS, no mês de outubro de 2024, na qual teve reconhecimento seu direito à exclusão dos créditos presumidos de ICMS da base do IRPJ e da CSLL de 2013 a 2023, sem a necessidade de constituição de Reservas de Lucros.

A Companhia espera realizar o imposto de renda sobre prejuízo fiscal e a contribuição social sobre a base negativa em até dois anos.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é demonstrada seguir:

Controladora	Ativo		Reconhecido	Reclassificação		Reconhecido	
		Saldo inicial	no resultado	de saldo	Saldo final	no resultado	Saldo final
		01.01.24			31.12.24		31.12.25
Impostos diferidos ativos com relação a:							
Diferenças temporárias		(13.418)	(185)	-	(13.603)	4.531	(9.072)
Prejuízo fiscal e base negativa		-	(46.762)	(22.544)	(69.306)	11.426	(57.880)
		(13.418)	(46.947)	(22.544)	(82.909)	15.957	(66.952)
Controladora	Passivo		Reconhecido	Reclassificação		Reconhecido	
		Saldo inicial	no resultado	de saldo	Saldo final	no resultado	Saldo final
		01.01.24			31.12.24		31.12.25
Impostos diferidos passivos com relação a:							
Variação cambial reconhecida por caixa	238	(1.258)	-	(1.020)	1.032	12	
Depreciação acelerada	-	207	-	207	3.404	3.611	
Valor justo dos ativos biológicos	92.835	19.879	-	112.714	12.972	125.686	
Custo atribuído e revisão da vida útil	125.586	(5.112)	-	120.474	(5.877)	114.597	
Passivo de arrendamento	114	(114)	-	-	-	-	
Subvenção governamental	46	(8)	-	38	(9)	29	
Amortização do ágio fiscal	34.215	-	-	34.215	-	34.215	
	253.034	13.594	-	266.628	11.522	278.150	
Consolidado	Ativo		Reconhecido	Reclassificação		Reconhecido	
		Saldo inicial	no resultado	de saldo	Saldo final	no resultado	Saldo final
		01.01.24			31.12.24		31.12.25
Impostos diferidos ativos com relação a:							
Total diferenças temporárias		(13.438)	(186)	-	(13.624)	4.375	(9.249)
Prejuízo fiscal e base negativa		(30)	(46.789)	(22.544)	(69.363)	11.483	(57.880)
		(13.468)	(46.975)	(22.544)	(82.987)	15.858	(67.129)
Consolidado	Passivo		Reconhecido	Reclassificação		Reconhecido	
		Saldo inicial	no resultado	de saldo	Saldo final	no resultado	Saldo final
		01.01.24			31.12.24		31.12.25
Impostos diferidos passivos com relação a:							
Variação cambial reconhecida por caixa	238	(1.258)	-	(1.020)	1.032	12	
Depreciação acelerada	-	207	-	207	3.404	3.611	
Valor justo dos ativos biológicos	96.871	22.886	-	119.757	12.297	132.054	
Custo atribuído e revisão da vida útil	128.221	(7.747)	-	120.474	(3.241)	117.233	
Passivo de arrendamento	114	(114)	-	-	-	-	
Subvenção governamental	46	(8)	-	38	(9)	29	
Amortização do ágio fiscal	34.215	-	-	34.215	-	34.215	
	259.705	13.966	-	273.671	13.483	287.154	

b) Conciliação da alíquota efetiva

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
	313.509	217.753	316.947	218.992
	(11.913)	(11.465)	(11.913)	(11.465)
Lucro operacional antes dos efeitos tributários das operações continuadas	301.596	206.288	305.034	207.527
Prejuízo operacional antes dos efeitos tributários das operações descontinuadas e das operações descontinuadas	34%	34%	34%	34%
Alíquota básica	(102.543)	(70.138)	(103.712)	(70.559)
Débito (crédito) tributário à alíquota básica				
Efeito fiscal de (adições) exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	25.968	887	-	-
Despesas indedutíveis	(862)	(811)	(862)	(811)
Dedução em dobro das despesas do PAT	1.957	2.035	1.957	2.035
Atualização monetária de créditos de PIS e COFINS sobre aquisições de aparas	7.281	9.844	7.281	9.844
Benefícios 80% dos gastos com pesquisa e desenvolvimento	1.609	1.251	1.609	1.251
Exclusão dos créditos presumidos de ICMS da base do IRPJ e da CSLL	-	156.115	-	156.115
Não incidência de IR e CSLL sobre taxa SELIC na repetição de indébito	2.816	-	2.816	-
Diferença de tributação (empresas controladas)	4.228	(952)	22.530	(352)
Outras diferenças permanentes	(59.546)	98.231	(62.984)	96.992
	(32.067)	64.878	(33.643)	63.983
	(27.479)	33.353	(29.341)	33.009
	19,0	-	19,9	-

Imposto de renda e contribuição social corrente

Imposto de renda e contribuição social diferido

Alíquota efetiva - %

Política contábil

a) Impostos correntes e diferidos

O imposto de renda e contribuição social correntes são provisionados com base no lucro tributável determinado de acordo com a legislação tributária em vigor, que é diferente do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para cada empresa com base nas alíquotas vigentes no período. A Companhia adota a alíquota vigente de 34% para apuração de seus tributos sobre o lucro.

Sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo de ativos biológicos são registrados imposto de renda e contribuição social diferidos. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

b) Incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Interpretação Técnica CPC 22 – Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 – *Uncertainty Over Income Tax Treatments*), requer que as incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro sejam avaliadas quando do reconhecimento e mensuração desses tributos. Uma incerteza surge quando o tratamento aplicável a uma transação em particular não está claro na legislação tributária ou quando não está claro se a autoridade fiscal aceitará o tratamento adotado pela entidade. Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e men-

surar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nessa interpretação.

13. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E OUTROS INVESTIMENTOS

a) Investimentos em controladas

	Habitasul Florestal	Iraflor Comércio de Madeiras	HGE Geração de Energia	Irani Soluções para E-Commerce	Irani Ventures	Total
Em 01 de janeiro de 2024	73.559	132.528	8	1.047	10.134	217.276
Resultado da equivalência patrimonial	(22.824)	25.466	(3)	63	(94)	2.608
Dividendos	-	(25.828)	-	-	-	(25.828)
Adiantamento futuro aumento capital	13.000	-	-	-	-	13.000
Em 31 de dezembro de 2024	63.735	132.166	5	1.110	10.040	207.056
Resultado da equivalência patrimonial	(16.176)	92.686	(4)	62	(191)	76.377
Dividendos	-	(25.466)	-	-	-	(25.466)
Aporte de capital *	50.000	105.357	-	-	-	155.357
Adiantamento futuro aumento capital	(13.000)	-	-	-	-	(13.000)
Encerramento das atividades	-	-	(1)	(1.172)	-	(1.173)
Em 31 de dezembro de 2025	84.559	304.743	-	-	9.849	399.151

* O montante aportado total de R\$ 155.357 se refere aos aportes nas controladas conforme segue:

Habitasul Florestal: R\$ 35.000 florestas conforme nota explicativa nº 14, R\$ 2.000 terrenos conforme nota explicativa nº 15 e R\$ 13.000 capitalização do adiantamento; Iraflor Comércio de Madeiras: R\$ 105.357 florestas conforme nota explicativa nº 14;

	Habitasul Florestal	Iraflor Comércio de Madeiras	HGE Geração de Energia	Irani Soluções para E-Commerce	Irani Ventures
Em 31 de dezembro de 2025					
Circulante					
Ativo	7.138	29.259	-	-	2.407
Passivo	(862)	(853)	-	-	(62)
Circulante líquido	6.276	28.406	-	-	2.345
Não Circulante					
Ativo	82.061	282.586	-	-	7.504
Passivo	(3.778)	(6.249)	-	-	-
Não circulante líquido	78.283	276.337	-	-	7.504
Patrimônio líquido	84.559	304.743	-	-	9.849
Receita líquida	18.187	34.880	-	-	-
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(15.537)	96.921	(4)	74	(289)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(639)	(4.235)	-	(12)	98
Resultado do exercício	(16.176)	92.686	(4)	62	(191)
Participação no capital em %	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Política contábil

Os investimentos em empresas controladas são avaliados nas demonstrações financeiras individuais pelo método de equivalência patrimonial. Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da controlada. Transações, saldos e ganhos não realizados nas operações entre partes relacionadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são ajustadas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

b) Outros investimentos

São títulos patrimoniais designados ao valor de custo referente a empréstimo concedido pela controlada Irani Ventures Ltda. às Companhias Trashin Gestão e Coleta de Recicláveis S.A., GrowPack Bio LLC., Mush MT Ltda. e VG Resíduos Plataforma Online Ltda., a título de mútuo conversível em participação societária no valor total de R\$ 7.327 (R\$ 6.334 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia pretende manter este investimento no longo prazo em linha com sua tese de investimento em *startups*.

14. ATIVO BIOLÓGICO

Os ativos biológicos da Companhia compreendem, principalmente, o cultivo e plantio de florestas de pinus para abastecimento de matéria-prima na produção de celulose utilizada no processo de produção de papel para embalagens, produção de resinas e vendas de toras de madeira para terceiros. Todos os ativos biológicos da Companhia formam um único grupo denominado "Florestas", que são mensuradas conjuntamente a valor justo em períodos trimestrais.

O saldo dos ativos biológicos da Companhia é composto pelo custo de formação das florestas e do ajuste ao valor justo sobre o custo de formação. Desta forma, o saldo de ativos biológicos como um todo está registrado a valor justo conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Custo de formação dos ativos biológicos	78.692	89.786	189.854	123.494
Ajuste ao valor justo dos ativos biológicos	220.050	238.441	451.852	362.765
Total dos ativos biológicos	298.742	328.227	641.706	486.259
Segmento Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel)	298.742	328.227	581.329	445.020
Segmento Florestal RS			60.377	41.239

Os ativos biológicos do Segmento Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel) são florestas utilizadas como matéria-prima para produção de celulose e papel, e estão localizados próximos à fábrica de Vargem Bonita (SC), onde são consumidos.

A colheita dessas florestas é realizada, principalmente, em função da utilização de matéria-prima para a produção de celulose e papel, e as florestas são replantadas assim que colhidas, formando um ciclo de renovação que atende à demanda de produção da unidade.

Os ativos biológicos do Segmento Florestal RS são utilizados para extração de resinas e vendas de toras e estão localizados no litoral do Rio Grande do Sul.

Em 26 de março de 2025, conforme informado em Fato Relevante, a Companhia adquiriu da Flopal Florestadora Palmares Ltda. 1.236,3 hectares de florestas situadas no Rio Grande do Sul que foram arrendadas para produção de resinas. E em 03 de abril de 2025 a Companhia adquiriu da Global Fund Reflorestamento e Exploração de Madeira Ltda. 1.498,94 hectares de florestas plantadas localizadas em Santa Catarina, que serão utilizadas para produção de celulose e papel.

Ambas as florestas passaram a fazer parte do ativo biológico da Companhia e reconhecidos conforme esta nota explicativa.

a) Premissas para o reconhecimento do valor justo menos custos para vendas dos ativos biológicos.

Continuação...									
15. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL									
a) Composição do imobilizado									
Controladora		Terrenos	Prédios e construções	Equipamentos e instalações	Veículos e tratores	Outras imobilizações (*)	Imobilizações em andamento	Imobilizações em imóveis de terceiros	Total
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2024		120.329	247.678	1.006.635	6.604	13.110	176.658	5.429	1.576.441
Aquisições	-	-	4.145	39.379	5.942	3.124	134.504	611	187.705
Baixas/Alienações	-	-	-	(282)	(105)	(27)	(47)	-	(461)
Impairment	-	-	-	(1.987)	-	-	-	-	(1.987)
Transferências	-	-	11.064	95.364	(17)	705	(114.697)	7.581	-
Reclassificação de direito de uso para ativo imobilizado	-	-	-	-	309	25	-	-	334
Depreciação	-	-	(14.478)	(103.048)	(2.671)	(3.425)	-	(2.046)	(125.668)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2024		120.329	248.407	1.036.061	10.062	13.512	196.418	11.575	1.636.364
Custo	120.329		359.142	1.922.603	24.792	41.905	196.418	24.286	2.689.475
Depreciação acumulada	-	-	(110.735)	(886.542)	(14.730)	(28.393)	-	(12.711)	(1.053.111)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2024		120.329	248.407	1.036.061	10.062	13.512	196.418	11.575	1.636.364
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2025		120.329	248.407	1.036.061	10.062	13.512	196.418	11.575	1.636.364
Aquisições	-	2.041	209	25.312	2.545	3.050	146.638	-	179.795
Baixas/Alienações	-	(559)	(5.867)	(10.358)	(110)	(1.108)	(594)	-	(18.596)
Transferências	-	518	44.235	98.602	7	5.388	(149.027)	277	-
Depreciação	-	-	(12.868)	(116.423)	(2.864)	(3.707)	-	(432)	(136.294)
Transferência para capitalização em controladas	-	(2.000)	-	-	-	-	-	-	(2.000)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2025		120.329	274.116	1.033.194	9.640	17.135	193.435	11.420	1.659.269
Custo	120.329		397.719	2.036.159	27.234	49.235	193.435	24.563	2.848.674
Depreciação acumulada	-	-	(123.603)	(1.002.965)	(17.594)	(32.100)	-	(13.143)	(1.189.405)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2025		120.329	274.116	1.033.194	9.640	17.135	193.435	11.420	1.659.269
Consolidado		Terrenos	Prédios e construções	Equipamentos e instalações	Veículos e tratores	Outras imobilizações (*)	Imobilizações em andamento	Imobilizações em imóveis de terceiros	Total
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2024		135.579	248.613	1.007.026	7.415	13.136	177.419	5.429	1.594.617
Aquisições	-	-	4.144	39.438	5.942	3.175	135.674	611	188.984
Baixas/Alienações	-	-	-	(282)	(105)	(27)	(47)	-	(461)
Impairment	-	-	-	(1.987)	-	-	-	-	(1.987)
Transferências	-	-	11.064	96.084	(17)	744	(115.456)	7.581	-
Reclassificação de direito de uso para ativo imobilizado	-	-	-	-	309	25	-	-	334
Depreciação	-	-	(14.535)	(103.198)	(2.797)	(3.446)	-	(2.046)	(126.022)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2024		135.579	249.286	1.037.081	10.747	13.607	197.590	11.575	1.655.465
Custo	135.579		364.210	1.924.124	26.753	42.535	197.590	24.286	2.715.077
Depreciação acumulada	-	-	(114.924)	(887.043)	(16.006)	(28.928)	-	(12.711)	(1.059.612)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2024		135.579	249.286	1.037.081	10.747	13.607	197.590	11.575	1.655.465
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2025		135.579	249.286	1.037.081	10.747	13.607	197.590	11.575	1.655.465
Aquisições	-	2.041	210	25.314	2.545	3.109	147.134	-	180.353
Baixas/Alienações	-	(559)	(5.897)	(10.358)	(110)	(1.108)	(594)	-	(18.596)
Transferências	-	518	45.814	98.602	7	5.453	(150.671)	277	-
Depreciação	-	-	(12.943)	(116.594)	(2.958)	(3.741)	-	(432)	(136.668)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2025		137.579	276.500	1.034.045	10.231	17.320	193.459	11.420	1.680.554
Custo	137.579		404.367	2.037.682	29.195	49.989	193.459	24.563	2.876.834
Depreciação acumulada	-	-	(127.867)	(1.003.637)	(18.964)	(32.669)	-	(13.143)	(1.196.280)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2025		137.579	276.500	1.034.045	10.231	17.320	193.459	11.420	1.680.554

(*) Saldo referente a imobilizações como móveis e utensílios, equipamentos de informática.

b) Composição do intangível

Controladora	Goodwill	Software	Software em desenvolvimento	Total
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2024	104.380	34.800	-	139.180
Aquisições	-	1.697	4.451	6.148
Transferências	-	4.451	(4.451)	-
Amortização	-	(9.911)	-	(9.911)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2024	104.380	31.037	-	135.417
Custo	104.380	74.907	-	179.287
Amortização acumulada	-	(43.870)	-	(43.870)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2024	104.380	31.037	-	135.417
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2025	104.380	31.037	-	135.417
Aquisições	-	409	9.151	9.560
Baixas/Alienações	-	(574)	-	(574)
Transferências	-	9.151	(9.151)	-
Amortização	-	(8.500)	-	(8.500)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2025	104.380	31.523	-	135.903
Custo	104.380	83.893	-	188.273
Amortização acumulada	-	(52.370)	-	(52.370)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2025	104.380	31.523	-	135.903
Consolidado	Goodwill	Software	Software em desenvolvimento	Total
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2024	104.380	34.800	-	139.180
Aquisições	-	1.697	4.451	6.148
Transferências	-	4.451	(4.451)	-
Amortização	-	(9.911)	-	(9.911)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2024	104.380	31.037	-	135.417
Custo	104.380	74.915	-	179.295
Amortização acumulada	-	(43.878)	-	(43.878)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2024	104.380	31.037	-	135.417
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2025	104.380	31.037	-	135.417
Aquisições	-	409	9.151	9.560
Baixas/Alienações	-	(574)	-	(574)
Transferências	-	9.151	(9.151)	-
Amortização	-	(8.500)	-	(8.500)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2025	104.380	31.523	-	135.903
Custo	104.380	83.901	-	188.281
Amortização acumulada	-	(52.378)	-	(52.378)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2025	104.380	31.523	-	135.903

c) Método de depreciação / amortização

O quadro abaixo demonstra as taxas anuais de depreciação / amortização definidas com base na vida útil econômica dos ativos. A taxa utilizada está apresentada pela média ponderada e apresenta variações de acordo com as movimentações de aquisições, alienações, entre outras.

	Taxa %	
Prédios e construções *	31.12.25	31.12.24
Equipamentos e instalações	3,36	3,33
Móveis, utensílios e equipamentos de informática	6,39	6,27
Veículos e tratores	13,06	13,03
Softwares	14,51	18,05
	12,42	11,53

* incluem taxas ponderadas de imobilizações em imóveis de terceiros

d) Outras informações

As imobilizações em andamento referem-se a obras para melhorias dos ativos imobilizados existentes, agregando valor aos ativos com o intuito de manutenção do processo produtivo da Companhia, e a execução dos investimentos da Plataforma Gaia. As imobilizações em imóveis de terceiros referem-se à reforma civil na Unidade Embalagem SP – Indaiatuba que é depreciada pelo método linear de acordo com a vigência do contrato de arrendamento. O imóvel é de propriedade das empresas MCFD – Administração de Imóveis Ltda. e PFC – Administração de Imóveis Ltda., sendo que o ônus da reforma foi todo absorvido pela Irani Papel e Embalagem S.A. O imóvel descrito no parágrafo anterior é objeto de contrato de aluguel, conforme nota explicativa nº 16. A abertura da depreciação do ativo imobilizado nos exercícios de 2025 e 2024 é apresentada conforme segue:

	Controladora	Consolidado
	31.12.25	31.12.24
Administrativos	3.411	2.801
Produtivos	132.883	122.867
	136.294	125.668
	136.294	125.668

A abertura da amortização do intangível nos exercícios de 2025 e 2024 é apresentada conforme segue:

	Controladora	Consolidado
	31.12.25	31.12.24
Administrativos	3.378	5.504
Produtivos	5.122	4.407
	8.500	9.911
	8.500	9.911

e) Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (Impairment)

Durante o exercício de 2025, não foram identificados e reconhecidos valores de impairment.

f) Ativos cedidos em garantia

A Companhia possui ativos imobilizados cedidos em garantia de operações financeiras, os quais se apresentam detalhados na nota explicativa nº 18.

g) Goodwill

O goodwill gerado em combinação de negócios da São Roberto S.A. no exercício de 2013, está reconhecido pelo valor de R\$ 104.380 e, é atribuível à expectativa de rentabilidade futura.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia avaliou a recuperação do montante do ágio com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de cinco anos e extrapolados à perpetuidade nos demais períodos com base nas taxas de crescimento estimadas.

Os fluxos de caixa foram descontados a valor presente através da aplicação da taxa determinada pelo Weighted Average Cost of Capital (WACC), com o custo do capital próprio calculado através do método Capital Asset Pricing Model (CAPM) enquanto o custo da dívida considera o custo médio do endividamento. O WACC considera, portanto, os pesos dos componentes do financiamento, dívida e capital próprio, utilizados pela Companhia para financiar suas atividades.

Os principais dados utilizados para cálculo do fluxo de caixa descontado estão apresentados a seguir:

	Premissas
Preços médios de vendas (% da taxa de crescimento anual)	4,0%
Margem bruta (% sobre a receita líquida)	39,4%
Taxa de crescimento estimada	5,0%
Taxa de desconto antes dos impostos	15,38%
Taxa de desconto depois dos impostos	13,28%
O valor recuperável da UGC para fins de teste de impairment não demonstrou necessidade de reconhecimento de perda no exercício. A Companhia definiu como UGC para fins de teste de impairment, sua operação do segmento Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel). As operações adquiridas em combinação de negócios da São Roberto S.A. em 2013 foram substancialmente desse segmento, e se juntaram às atividades já existentes na Companhia. A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade para as taxas de desconto e de crescimento. Mesmo considerando um acréscimo de 3,0% na taxa de desconto e um decréscimo de 1,0% na taxa de crescimento, o valor recuperável se mantém superior ao valor contábil.	

Política contábil

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para as normas contábeis IFRS e CPCs. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados.

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada conforme a avaliação.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Equipamentos e instalações	Veículos e tratores	Outras imobilizações (*)	Imobilizações em andamento	Imobilizações em imóveis de terceiros	Total
1.006.635	6.604	13.110	176.658	5.429	1.576.441
39.379	5.942	3.124	134.504	611	187.705
(282)	(105)	(27)	(47)	-	(461)
(1.987)	-	-	-	-	(1.987)
95.364	(17)	705	(114.697)	7.581	-
(103.048)	309	25	-	-	334
	(2.671)	(3.425)	-	(2.046)	(125.668)
1.036.061	10.062	13.512	196.418	11.575	1.636.364
1.922.603	24.792	41.905	196.418	24.286	2.689.475
(886.542)	(14.730)	(28.393)	-	(12.711)	(1.053.111)
1.036.061	10.062	13.512	196.418	11.575	1.636.364
1.036.061	10.062	13.512	196.418	11.575	1.636.364
25.312	2.545	3.050	146.638	-	179.795
(10.358)	(110)	(1.108)	(594)	-	(18.596)
98.602	7	5.388	(149.027)	277	-
(116.423)	(2.864)	(3.707)	-	(432)	(136.294)
				(2.000)	1.659.269
1.033.194	9.640	17.135	193.435	11.420	1.659.269
2.036.159	27.234	49.235	193.435	24.563	2.848.674
(1.002.965)	(17.594)	(32.100)	-	(13.143)	(1.189.405)
1.033.194	9.640	17.135	193.435	11.420	1.659.269
Equipamentos e instalações	Veículos e tratores	Outras imobilizações (*)	Imobilizações em andamento	Imobilizações em imóveis de terceiros	Total
1.007.026	7.415	13.136	177.419	5.429	1.594.617
39.438	5.942	3.175	135.674	611	188.984
(282)	(105)	(27)	(47)	-	(461)
(1.987)	-	-	-	-	(1.987)
96.084	(17)	744	(115.456)	7.581	-
(103.198)	309	25	-	-	334
	(2.797)	(3.446)	-	(2.046)	(126.022)
1.037.081	10.747	13.607	197.590	11.575	1.655.465
1.924.124	26.753	42.535	197.590	24.286	2.715.077
(887.043)	(16.006)	(28.928)	-	(12.711)	(1.059.612)
1.037.081	10.747	13.607	197.590	11.575	1.655.465
1.037.081	10.747	13.607	197.590	11.575	1.655.465
25.314	2.545	3.109	147.134	-	180.353
(10.358)	(110)	(1.108)	(594)	-	(18.596)
98.602	7	5.453	(150.671)	277	-
(116.594)	(2.958)	(3.741)	-	(432)	(136.668)
1.034.045	10.231	17.320	193.459	11.420	1.680.554
2.037.682	29.195	49.989	193.459	24.563	2.876.834
(1.003.637)	(18.964)	(32.669)	-	(13.143)	(1.196.280)
1.034.045	10.231	17.320	193.459	11.420	1.680.554

Os ativos intangíveis da Companhia são formados por *ágio (goodwill)*, licenças de softwares, marca e carteira de clientes. O *ágio* é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O *ágio* de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de ganho por compra vantajosa, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O *ágio* é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*) e é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre *ágio* não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do *ágio* relacionado com a entidade vendida.

Os ativos intangíveis das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) são avaliados para a existência de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o *ágio* se originou.

Os softwares são capitalizados com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada de cinco anos dos softwares. Os custos associados à manutenção de são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros ("Impairment")

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos biológicos, propriedades para investimento, estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do *ágio*, o valor recuperável é testado anualmente, os ativos intangíveis das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), ou seja, no maior grupo possível de ativos que deram origem de caixa pelo seu uso contínuo, e as entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O *ágio* de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer *ágio* alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC, no mesmo grupo de UGCs, de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao *ágio* não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não identificou indicadores de que o valor contábil exceda o valor recuperável de seus ativos não financeiros para suas operações continuadas.

No entanto, a Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI). A Companhia reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; (iii) valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e (iv) o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Administração reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento conforme apresentado nesta nota explicativa.

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Abertura dos saldos contábeis

	Encargos anuais %	Moeda	Controladora e Consolidado	
			31.12.25	31.12.24
Circulante				
Moeda nacional				
Capital de giro	IPCA + 5,40%	Real	44.116	33.136
	CDI + 1,00%	Real	105.844	86.790
Total moeda nacional			149.960	119.926
Moeda estrangeira				
Adiantamento contrato de câmbio	Fixo a 5,47%	Dólar	22.654	35.481
Total moeda estrangeira			22.654	35.481
Total do circulante			172.614	155.407
Não Circulante				
Moeda nacional				
Finame	IPCA + 5,59%	Real	424.639	461.299
Capital de giro	CDI + 0,99%	Real	363.328	254.000
Total moeda nacional			787.967	715.299
Total do não circulante			787.967	715.299
Total			960.581	870.706

b) Operações significativas no exercício

Capital de Giro

Em linha com a estratégia de gestão de passivos (*liability management*) da Companhia, foram captados R\$ 150.000 com Banco Itaú Unibanco, conforme deliberado pelo Conselho de Administração em reunião de 19 de março de 2025, nas seguintes condições:

- Linha: Crédito Rural RL Industrialização;
- Prazo: 24 meses – *Bullet*;
- Vencimento: 24 de março de 2027;
- Garantias: *Clean*.
- Taxa Pré de 13,83% a.a. com swap de troca de taxa para custo pós-fixado de CDI - 0,50% a.a. (Certificado de Depósito Interbancário menos zero vírgula cinquenta por cento ao ano). O swap tem o objetivo de ajustar o custo da operação e a contratação e vencimento são simultâneos ao da operação original. O contrato de swap não é negociável separadamente. Considerando as características desse contrato em conjunto com o contrato de Crédito Rural RL Industrialização, a Companhia está considerando os dois instrumentos como um único instrumento. No 4º trimestre de 2025 foi efetuada a renegociação bianual de parte das cartas de fiança garantia da operação de Finame junto ao BNDES, resultando na redução dos juros efetivos a partir de outubro de 2025, de IPCA + 5,59% a.a. para IPCA + 5,39% a.a..

c) Garantias

Como garantia da operação de FINAME DIRETO, a Companhia mantém cartas de fiança contratadas junto a instituições financeiras de seu relacionamento e previamente aprovadas pelo BNDES.

d) Cláusulas restritivas

Índice Financeiro com apuração anual.

i) Relação entre a dívida líquida e o EBITDA - menor ou igual:

Banco Itaú - NCE			Banco Santander - CDCA			Banco Safra - CCB		
Ano	Contratado	Apurado	Ano	Contratado	Apurado	Ano	Contratado	Apurado
2023	4,00	2,07	2023	4,00	2,07	2023	4,00	2,07
2024	4,00	2,26	2024	4,00	2,26	2024	4,00	2,26
2025	4,00	1,99	2025	4,00	1,99	2025	4,00	1,99
2026 a 2027	4,00	-	2026 a 2027	4,00	-	2026 a 2027	4,00	-

Adicionalmente, a Companhia possui cláusulas de *covenants* para indicadores não financeiros, os quais estavam integralmente cumpridos em 31 de dezembro de 2025.

Os empréstimos e financiamentos foram contratados conforme determina a Política de Gestão Financeira da Companhia.

Política contábil

Os empréstimos e financiamentos são registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

18. DEBÊNTURES

a) 4ª Emissão de Debêntures simples privada

Conforme Ata de Reunião do Conselho de 02 de março de 2021, foi aprovada a 4ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para colocação privada, com valor nominal unitário de R\$ 1,00, totalizando, na data de emissão 03 de março de 2021, o valor de R\$ 60.000. As debêntures possuem vencimento final em 15 de dezembro de 2029 e serão amortizadas em 8 parcelas semestrais a partir de 15 de junho de 2026.

Os recursos obtidos pela Companhia com a Emissão foram utilizados para execução de investimentos para consecução de seu objeto social no curso normal de seus negócios, para os quais a Companhia possui ou venha a possuir, conforme as normas atualmente em vigor, licença e/ou autorização ambiental válida, vigente e/ou eficaz, conforme aplicável e exigido pela Legislação Socioambiental.

A 4ª Emissão, privada, de Debêntures simples possui Rating brAA+ pela S&P Global Ratings e é caracterizada como “Debêntures Verdes” com base em Parecer de Segunda Opinião emitido pela consultoria especializada SITAWI Finanças do Bem (ERM NINT), com base nas diretrizes do *Green Bond Principles* de junho de 2018.

Em dezembro de 2021, a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo (*swap*) trocando a remuneração da 4ª Emissão, privada, de Debêntures simples de IPCA + 5,50% ao ano, para CDI + 0,71% ao ano, conforme nota explicativa nº 10.

b) 5ª Emissão, privada, de Debêntures simples (CRA – Certificados de Recebíveis do Agronegócio)

Conforme Reunião do Conselho de Administração de 10 de agosto de 2022 rratificada pela Reunião do Conselho de Administração de 08 de setembro de 2022, Fato Relevante 11 de agosto de 2022 e Comunicado ao Mercado de 18 de outubro de 2022, a Companhia concluiu em 17 de outubro de 2022 a 5ª (quinta) emissão de R\$ 720.000 (setecentas e vinte mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirográfrica, em duas séries, para colocação privada, com valor unitário de R\$ 1, totalizando, na data de sua emissão, no montante total de R\$ 720.000, dos quais:

- (i) 486.307 (quatrocentos e oitenta e seis mil, trezentos e sete) Debêntures da 1ª Série, correspondente ao valor de R\$ 486.307, remuneradas a CDI + 1,40% a.a. em periodicidade semestral e amortizadas em parcela única no vencimento em 12 de agosto de 2027.
- (ii) 233.693 (duzentos e trinta e três mil, seiscentos e noventa e três) Debêntures da 2ª Série, correspondente ao valor R\$ 233.693, remuneradas a CDI + 1,75% a.a. em periodicidade semestral e amortizadas em duas parcelas de igual valor, em 11 de agosto de 2028 e no vencimento em 13 de agosto de 2029.

As Debêntures não contam com qualquer garantia real ou fidejussória, ou qualquer segregação de bens da Companhia como garantia, e foram vinculadas a uma operação de securitização, servindo de lastro para a emissão e distribuição pública, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de certificados de recebíveis do agronegócio (CRAs) das 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da 194ª (centésima nonagésima quarta) emissão da Eco Securitizadora De Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

A emissão de CRAs possui Rating brAA pela S&P Global Ratings. As Debêntures e, consequentemente, os CRAs foram caracterizados como “debêntures verdes” e “CRA Verde” (*Green Bond*), respectivamente, com base em Parecer de Segunda Opinião emitido pela consultoria especializada NINT – Natural Intelligence Ltda.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão são destinados exclusivamente às suas atividades no agronegócio, no âmbito da silvicultura e da agricultura, em especial por meio do emprego dos recursos em investimentos, custos e despesas relacionados com o florestamento, reflorestamento, aquisição de defensivos agrícolas, adubos, madeira, serviços de manejo e colheita de florestas e derivados como resinas e de logística integrada de transporte, armazenagem, descascamento e picagem de madeira.

c) 6ª Emissão de Debêntures simples pública

Conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração de 17 de Outubro de 2025, comunicado ao mercado em 28 de outubro de 2025, a Companhia concluiu a emissão de 120.000 (cento e vinte mil) Debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), perizando o valor total da Emissão de R\$ 120.000, com vencimento em 15 anos, a contar da data de emissão, ou seja, 15 de agosto de 2040. A totalidade dos recursos captados pela Companhia por meio das Debêntures será destinada para o Projeto Gaia V – Repotenciação São Luiz, com o objetivo de repotenciar a PCH (Pequena Central Hidrelétrica) em Santa Catarina, conforme Fato Relevante divulgado em 04 de setembro de 2025, na forma do artigo 2º da Lei 12.431.

A Moody’s Local BR Agência de Classificação de Risco Ltda. atribuiu, em 17 de outubro de 2025, o rating AA.br à Emissão.

As Debêntures foram caracterizadas como “Debêntures Verdes” com base no compromisso da Companhia em destinar os recursos captados com as Debêntures para o Projeto, em conformidade com o Parecer Independente de Segunda Opinião do Projeto, emitido por consultoria especializada independente contratada pela Companhia, qual seja Det Norske Veritas, com base nas diretrizes do Green Bond Principles de 2025, emitido pela International Capital Market Association.

As Debêntures não contam com qualquer garantia real ou fidejussória, ou qualquer segregação de bens da Companhia como garantia.

d) Abertura dos saldos contábeis

	Emissão	Encargos anuais %	Controladora e Consolidado	
			31.12.25	31.12.24
Circulante				
Em moeda nacional				
4ª Emissão de Debêntures	03.03.21	IPCA + 5,50%	19.718	59
5ª Emissão de Debêntures	15.08.22	CDI + 1,51%	40.061	29.815
6ª Emissão de Debêntures	15.10.25	IPCA + 6,65%	1.173	-
Total do circulante			60.952	29.874
Não Circulante				
Em moeda nacional				
4ª Emissão de Debêntures	03.03.21	IPCA + 5,50%	58.769	75.020
5ª Emissão de Debêntures	15.08.22	CDI + 1,51%	714.864	710.514
6ª Emissão de Debêntures	15.10.25	IPCA + 6,65%	114.545	-
Total do não circulante			888.178	785.534
Total			949.130	815.408

Vencimentos a longo prazo:

Controladora e Consolidado		31.12.25	31.12.24
2026	-	14.363	-
2027	502.133	501.527	-
2028	135.057	134.479	-
2029	135.714	135.165	-
2030	10.485	-	-
2031 em diante	104.789	-	-
	888.178	785.534	

e) Cronograma de amortização dos custos de captação

	Emissão	2026	2027	2028	2029	2030	2031 em diante	Total
Em moeda nacional								
4ª Emissão de Debêntures	03.03.21	87	50	33	14	-	-	184
5ª Emissão de Debêntures	15.08.22	4.351	3.531	1.136	468	-	-	9.486
6ª Emissão de Debêntures	15.10.25	190	215	243	272	306	4.958	6.184
Total moeda nacional		4.628	3.796	1.412	754	306	4.958	15.854

f) Garantias

A 4ª Emissão de Debêntures simples privada possui garantias, conforme segue:

- Alienação fiduciária de propriedades da Companhia, localizadas na cidade de Santa Luzia, no Estado de Minas Gerais (Planta de Papel).
- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos de propriedade da Companhia, localizados na referida planta.

g) Cláusulas restritivas

Índices financeiros com apuração anual

i) Relação entre a dívida líquida e o EBITDA, menor ou igual:

4ª Emissão de Debêntures			5ª Emissão de Debêntures			6ª Emissão de Debêntures		
Ano	Contratado	Apurado	Ano	Contratado	Apurado	Ano	Contratado	Apurado
2021	3,50	0,78	2022	3,50	1,38	2025	4,00	1,99
2022	3,50	1,38	2023	4,00	2,07	2026 a 2039	4,00	-
2023	3,50	2,07	2024	4,00	2,26			
2024	3,50	2,26	2025	4,00	1,99			
2025	3,50	1,99	2026 a 2028	4,00	-			
2026 a 2028	3,50	-						

ii) Relação EBITDA sobre despesa financeira líquida, maior ou igual:

4ª Emissão de Debêntures			6ª Emissão de Debêntures		
Ano	Contratado	Apurado	Ano	Contratado	Apurado
2021	2,00	11,24	2025	4,00	1,99
2022	2,00	9,21	2026 a 2039	4,00	-
2023	2,00	10,92			
2024	2,00	4,28			
2025	2,00	4,03			
2026 a 2028	2,00	-			

Adicionalmente, a Companhia possui cláusulas de *covenants* para indicadores não financeiros, os quais estavam integralmente cumpridos em 31 de dezembro de 2025.

Política contábil

As debêntures são registradas pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

19. FORNECEDORES

Correspondem às obrigações junto a fornecedores conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Fornecedores do mercado interno	148.233	138.821	148.537	139.580
Fornecedores do mercado externo	1.553	1.193	1.553	1.193
Partes relacionadas	20.345	4.623	115	75
Total	170.131	144.637	150.205	140.848

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía operação de “risco sacado” com seus fornecedores.

20. PARTES RELACIONADAS

a) Saldos e transações com partes relacionadas (empresas)

As operações foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia conforme previsto na política de Transações com Partes Relacionadas.

	Ativos		Passivos		Receitas		Custos e Despesas	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Controladora								
Empresas								
Habitatul Florestal S.A.	-	-	1.116	-	-	-	6.253	10.204
Iraflor - Com. de Madeiras Ltda.	-	-	20.230	3.432	-	-	33.745	17.910
Companhia Habitatul de Participações	14	89	-	-	760	876	-	-
Souto Correa Cesa & Amaral Advogados	-	-	115	75	-	-	1.374	1.209
MCFD Administração de Imóveis Ltda.	-	-	-	-	-	-	2.787	2.292
PFD Administração de Imóveis Ltda.	-	-	-	-	-	-	2.787	2.292
Total	14	89	20.345	4.623	760	876	46.946	33.907

	Ativos		Passivos		Receitas		Custos e Despesas	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Consolidado								
Empresas								
Companhia Habitatul de Participações	14	89	-	-	760	876	-	-
Souto Correa Cesa & Amaral Advogados	-	-	115	75	-	-	1.374	1.209
MCFD Administração de Imóveis Ltda.	-	-	-	-	-	-	2.787	2.292
PFD Administração de Imóveis Ltda.	-	-	-	-	-	-	2.787	2.292
Total	14	89	115	75	760	876	6.948	5.793

Parcela circulante

14 89 20.345 4.623

O saldo ativo está reconhecido na rubrica de “Contas a receber de clientes” e o saldo passivo está reconhecido na rubrica de “Fornecedores” do balanço patrimonial.

A receita está contabilizada na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” e custo e despesa estão contabilizados nas rubricas “Custo dos produtos vendidos” e “Despesas gerais e administrativas” na demonstração de resultado.

Os débitos junto à controlada Habitatul Florestal S.A. são decorrentes de operações comerciais e de aquisição de matéria-prima, a preços e prazos em condições estabelecidas entre as partes.

Os débitos junto à controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda. são decorrentes de operações comerciais e de aquisição de matéria-prima a preços e prazos em condições estabelecidas entre as partes.

O valor a receber junto à Companhia Habitatul de Participações (“CHP”) decorre de convênio de compartilhamento de custos em decorrência do reembolso dos custos de estrutura dos profissionais alocados em áreas de apoio e/ou administrativas, com revisões dos valores semestralmente.

Os débitos junto à Souto Correa Cesa & Amaral Advogados são decorrentes de serviços de assessoria e consultoria jurídica na condução de demandas administrativas e judiciais da Companhia, contratados a preços, prazos e condições de mercado.

O débito junto a MCFD Administração de Imóveis Ltda. e PFD Administração de Imóveis Ltda., corresponde ao valor mensal de aluguel da Unidade Embalagem SP – Indaiatuba, firmado em 26 de dezembro de 2006 e, conforme Fato Relevante do dia 07 de abril de 2025, foi prorrogado por mais 25 anos a contar de 2027. O contrato está reconhecido como arrendamento conforme nota explicativa nº 16.

b) Remuneração e benefícios da administração e conselho fiscal

	Passivos		Despesas	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Controladora				
Remuneração dos administradores e conselho fiscal*	3.163	3.972	19.586	19.523
Indenização de honorários de administrador	-	-	4.200	-
Participação dos administradores	19.991	28.311	19.586	19.523
Participação nos Resultados de Longo Prazo - “Upside”	7.664	11.114	-	-
Total	30.818	43.397	43.372	39.046

Parcela circulante

10.827 15.086

Parcela não circulante

19.991 28.311

* sem encargos sociais e incluindo benefícios

	Passivos		Despesas	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Consolidado				
Remuneração dos administradores e conselho fiscal*	3.163	3.972	19.640	19.577
Indenização de honorários de administrador	-	-	4.200	-
Participação dos administradores	19.991	28.311	19.586	19.523
Participação nos Resultados de Longo Prazo - “Upside”	7.664	11.114	-	-
Total	30.818	43.397	43.426	39.100

* sem encargos sociais e incluindo benefícios

O saldo passivo está reconhecido na rubrica de “Obrigações sociais e previdenciárias” do balanço patrimonial.

A remuneração dos administradores e conselho fiscal está contabilizada na rubrica de despesas “Gerais e administrativas” e a participação dos administradores está contabilizada em rubrica própria “Participação dos administradores” na demonstração de resultado.

A remuneração global dos administradores e do conselho fiscal aprovada pela Assembleia Geral Ordinária de 23 de abril de 2025, é de valor

b) Os processos trabalhistas têm como principais pedidos o pagamento de adicional de periculosidade e de insalubridade, horas extras e indenizações por danos morais e materiais. Com base na experiência passada e na assessoria de seus advogados, a Companhia mantém provisionado, no consolidado, o valor de R\$ 3.911 em 31 de dezembro de 2025 e acredita que esse montante seja suficiente para cobrir prováveis perdas trabalhistas.

c) As provisões tributárias totalizam no consolidado o valor de R\$ 22.720 em 31 de dezembro de 2025, e se referem principalmente à:

i) Apropriação de Crédito Presumido de ICMS no Estado de Minas Gerais vinculado a Protocolo de Intenções para Investimento na Unidade Papel localizada no Município de Santa Luzia, o qual não foi iniciado pois aguarda autorização dos Órgãos Ambientais e por razões estratégicas de mercado da Companhia. O montante apropriado até 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 12.201, para o qual foi constituída provisão para riscos tributários no valor corrigido de R\$ 18.113.

ii) Execução Fiscal nº 5001467-40.2016.4.04.7203 originado pelo Auto de Infração emitido pela Receita Federal do Brasil em 2006, referente a glosa de crédito presumido de IPI dos períodos de 10/2004 a 08/2006, com valor atualizado de R\$ 4.272.

Em relação à Execução Fiscal que se referia à glosa de créditos de ICMS pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, no montante total de R\$ 2.049, neste exercício de 2025 ocorreu a sua reversão.

Política contábil

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação presente, formal ou não formal, como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. São constituídas em montante considerado, pela Administração, suficiente para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até a data do balanço, observada a natureza de cada risco e apoiadas na opinião dos advogados e consultores legais da Companhia.

Contingências

Para as contingências avaliadas pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perdas possíveis não foram constituídas provisões contábeis.

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de naturezas tributárias, cíveis e trabalhistas e em processos administrativos de natureza tributária que diante do estágio do respectivo processo, contexto probatório, posicionamento dos Órgãos Fiscalizadores e da jurisprudência sobre o assunto, foram classificados com probabilidade de perda possível. Sendo que para estes casos, em consonância com as normas contábeis não há provisões constituídas.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o montante dessas contingências possíveis de naturezas trabalhistas, cíveis, e tributárias é composto como segue:

	Consolidado	
	31.12.25	31.12.24
Contingências trabalhistas	16.431	11.900
Contingências cíveis	10.446	8.985
Contingências tributárias	149.861	144.427
	176.738	165.312

Contingências trabalhistas:

As ações trabalhistas classificadas como perda possível, avaliadas pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos, totalizam R\$ 16.431 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 11.900 em 31 de dezembro de 2024). Os principais pedidos nessas ações se referem a adicional de periculosidade, adicional de insalubridade e horas extras, bem como a indenizações por danos morais e materiais.

Contingências cíveis:

As ações cíveis classificadas como perda possível, avaliadas pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 10.446 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 8.985 em 31 de dezembro de 2024) e contemplam principalmente ações de indenização, em sua maior parte, decorrentes de relações contratuais, incluindo a discussão de valores relacionados a perdas e danos.

Contingências tributárias passivas:

As ações tributárias avaliadas pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 149.861 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 144.427 em 31 de dezembro de 2024) e contemplam principalmente os seguintes processos:

- Processos Administrativos e Judiciais referentes a cobranças do Estado de Santa Catarina, oriundos de crédito tributário de ICMS supostamente indevido na aquisição de materiais utilizados no processo produtivo das unidades industriais instaladas naqueles Estados, com valor em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 33.598 (R\$ 30.795 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia discute administrativa e judicialmente as referidas notificações fiscais.
- Processos Administrativos referentes a Autos de Infração de PIS e COFINS oriundos de crédito tributário supostamente indevido, com valor em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 51.102 (R\$ 48.726 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia contesta os referidos autos administrativa e judicialmente e aguarda os respectivos julgamentos.
- Processo Administrativo referente a Auto de Infração de PIS e COFINS emitido pela Receita Federal do Brasil (RFB) no segundo trimestre de 2024, oriundo de crédito tributário supostamente indevido na aquisição de goma resina no período de 01/2020 a 12/2021, com valor em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 28.705 A Companhia apresentou no dia 29 de dezembro de 2025 Recurso Voluntário e aguarda julgamento.
- Processos Administrativos referentes a cobranças de supostos débitos de INSS, oriundos de auto de infração de INSS decorrente de compensação de débitos destes tributos com créditos da mesma espécie, que totalizam em 31 de dezembro de 2025 o valor de R\$ 12.850 (R\$ 11.435 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia discute administrativamente as referidas notificações fiscais.
- Processos referentes a Autos de Infração de IRPJ oriundos de compensação de débitos destes tributos com créditos da mesma espécie, com valor em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 3.142 (R\$ 3.001 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia discute administrativa e judicialmente as referidas notificações fiscais.

- Notificação Fiscal que tem por objeto aplicação de multa relativa ao IRPJ e CSLL dos exercícios 2015 a 2018, decorrentes de exclusões supostamente indevidas sobre o lucro líquido de cada período. A Receita Federal do Brasil entendeu que as reduções, com aumento do prejuízo fiscal, teriam origem em amortização fiscal de ágio, sem respaldo legal.

O processo se encontra suspenso em virtude de a Companhia ter apresentado a respectiva impugnação administrativa, pela qual aguarda julgamento. O valor da multa aplicada na Notificação Fiscal é de R\$ 435. Caso a Companhia não obtenha êxito haverá reflexo adicional de reversão de prejuízo fiscal pela amortização do ágio utilizado no período, que resulta em redução de aproximadamente R\$ 19.551 de IRPJ e CSLL ativo sobre o valor amortizado do ágio.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital Social**

O capital social em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 646.895 (R\$ 566.895 em 31 de dezembro de 2024), composto em 31 de dezembro de 2025 por 230.501.219 ações ordinárias sem valor nominal (239.829.919 ações ordinárias sem valor nominal em 31 de dezembro de 2024). No segundo trimestre de 2025 houve a capitalização da conta de reserva de retenção de lucros no montante de R\$ 80.000 sem emissão de novas ações, conforme deliberado em Assembleia Geral da Companhia.

O valor do capital social, líquido dos custos com emissões de ações de R\$ 22.961, é de R\$ 623.934 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 543.934 em 31 de dezembro de 2024).

b) **Remuneração dos acionistas**

i) **Dividendos intercalares**

O Conselho de Administração aprovou, em 04 de novembro de 2025, “*ad referendum*” da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, a distribuição de dividendos intercalares sobre os resultados apurados no terceiro trimestre de 2025, no montante de R\$ 10.323, correspondentes a R\$ 0,044784774 por ação ordinária, aos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia em 10 de novembro de 2025, pagos em 25 de novembro de 2025. Os Dividendos Intercalares – 3º Trimestre de 2025 distribuídos foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório eventualmente declarado pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas dos administradores relativas ao exercício social de 2025, conforme faculta o supracitado artigo 29, caput, do Estatuto Social da Companhia.

O Conselho de Administração aprovou, em 04 de agosto de 2025, “*ad referendum*” da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, a distribuição de dividendos intercalares sobre os resultados apurados no segundo trimestre de 2025, no montante de R\$ 25.318, correspondentes a R\$ 0,109708784 por ação ordinária, aos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia em 08 de agosto de 2025, pagos em 22 de agosto de 2025. Os Dividendos Intercalares – 2º Trimestre de 2025 distribuídos foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório eventualmente declarado pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas dos administradores relativas ao exercício social de 2025, conforme faculta o supracitado artigo 29, caput, do Estatuto Social da Companhia.

ii) **Dividendos adicionais propostos do exercício de 2024**

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas na data de 23 de abril de 2025, foram aprovados dividendos adicionais referente ao exercício de 2024, no valor total de R\$ 74.878, sendo o dividendo por ação o valor de R\$ 0,323177, pagos em 21 de maio de 2025.

c) **Ações em tesouraria**

Programa de Recompra de Ações 2024: O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 22 de março de 2024 o Programa de Recompra de Ações 2024, que passou a vigorar a partir de 25 de março de 2024 e terminou em 25 de setembro de 2025, com limite de aquisição de 10.651.676 ações ordinárias, representativas de 10% do total de ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação, e tinha como objetivo maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital da Companhia. O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 24 de setembro de 2025 o encerramento do Programa de Recompra de Ações 2024 e o cancelamento das ações ordinárias no total de 9.328.700 ações ordinárias, sem valor nominal, de emissão própria, sem redução do valor do capital social da Companhia.

As movimentações das ações em tesouraria estão demonstradas no quadro que segue:

	Controladora					
	01.01.25		Aquisições		Cancelamento	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Programa de Recompra de Ações 2024	6.300.800	49.169	3.027.900	22.052	(9.328.700)	(71.221)
	6.300.800	49.169	3.027.900	22.052	(9.328.700)	(71.221)

Programa de Recompra de Ações 2025: O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 24 de setembro de 2025 o Programa de Recompra de Ações 2025, que passou a vigorar a partir de 25 de setembro de 2025 e término em 25 de março de 2027, com limite de aquisição de 9.771.034 ações ordinárias, representativas de 10% do total de ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação, e tem como objetivo maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital da Companhia, até a data de 31 de dezembro de 2025 não houve recompra de ações ordinárias da Companhia referente ao Programa de Recompra de Ações 2025.

d) **Resultado do exercício**

Em conformidade com o Art. 202 da Lei 6.404/1976, os acionistas possuem direito de dividendos mínimos e obrigatórios. No caso da Companhia está previsto no estatuto que os dividendos mínimos serão de 25% do lucro líquido após a compensação de prejuízos acumulados, a destinação da reserva legal e a destinação da reserva de incentivos fiscais.

A Companhia adiciona ao lucro base para distribuição de dividendos, as realizações da reserva de ativos biológicos e da reserva de ajustes de avaliação patrimonial.

O cálculo dos dividendos e o saldo de dividendos a pagar estão assim compostos:

	Consolidado	
	31.12.25	31.12.24
Lucro líquido do exercício	242.050	304.519
(-) Reserva legal	(12.103)	(15.226)
Reserva de lucros realizada - ativos biológicos		1.275
Realização - custo atribuído	8.949	8.944
Lucro base para distribuição de dividendos	238.896	299.512
Dividendo mínimo obrigatório	59.724	74.878
Total de dividendos por ação ordinária (R\$ por ação)	0,259103	0,312213
Dividendos distribuídos	50.140	30.101
Saldo de dividendos a pagar	9.584	44.777

Saldo de dividendos a pagar por ação ordinária (R\$ por ação) 0,041575 0,186705

Conforme a Política de Distribuição de Dividendos e Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio da Companhia, os dividendos apresentados acima estão sendo destacados pela Administração referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Os dividendos adicionais propostos referentes a 2025 não foram reconhecidos como passivos tendo em vista que serão submetidos a Assembleia Geral Ordinária para aprovação.

	31.12.25	31.12.24
Dividendos adicionais propostos	59.724	74.878
Total de dividendos adicionais propostos por ação ordinária (R\$ por ação)	0,259103	0,320637
e) Reservas de lucros		
As Reservas de lucros estão compostas por: i) reserva legal, ii) reserva de ativos biológicos, iii) reserva de retenção de lucros, iv) reservas de incentivos fiscais.		

i) Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia a Reserva legal é constituída através da destinação de 5% do lucro líquido do exercício e poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumento de capital.

ii) A reserva de ativos biológicos foi constituída em função de a Companhia ter avaliado seus ativos biológicos o valor justo no balanço de abertura para adoção inicial do IFRS. A criação desta reserva estatutária foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de fevereiro de 2012, quando ocorreu a transferência do montante reconhecido anteriormente em reserva de lucros a realizar.

iii) A reserva de retenção de lucros está composta pelo saldo de lucros remanescentes após a compensação dos prejuízos e a constituição da reserva legal, bem como diminuído da parcela de dividendos distribuídos. Esses recursos serão destinados a investimentos em ativo imobilizado previamente aprovados pelo Conselho de Administração ou poderão, futuramente, serem deliberados para distribuição pela Assembleia Geral. Alguns contratos com credores contêm cláusulas restritivas para distribuição de dividendos superiores ao mínimo legal na data da deliberação para seu respectivo pagamento.

iv) A reserva de incentivos fiscais foi constituída pela parcela do lucro líquido de exercícios anteriores decorrente de subvenções governamentais para investimentos na modernização e ampliação da capacidade de produção de papel em Minas Gerais e ampliação da unidade industrial localizada em Santa Catarina, sendo excluída da base de dividendo obrigatório.

Na data-base destas demonstrações financeiras, as reservas de lucro superam o valor do Capital Social em R\$ 93.187. A Assembleia Geral que deliberará sobre estas demonstrações financeiras deverá também deliberar sobre a proposta da Administração para distribuição de dividendos adicionais e aumento de capital, destas reservas, adequando o saldo das reservas de lucro atendendo o referido dispositivo legal.

f) **Ajustes de avaliação patrimonial**

Foi constituído em função de a Companhia ter avaliado seus ativos imobilizados (terras, maquinários e edificações) ao custo atribuído no balanço de abertura para adoção inicial do IFRS. Sua realização se dará pela depreciação do respectivo valor de custo atribuído, quando também será oferecida à base de dividendos. O saldo líquido dos tributos em 31 de dezembro de 2025 corresponde a um saldo credor de R\$ 109.919 (R\$ 118.868 em 31 de dezembro de 2024).

As movimentações dos ajustes de avaliação patrimonial estão demonstradas no quadro que segue:

	Consolidado
	127.812
Realização anual - custo atribuído	(8.944)
Em 31 de dezembro de 2024	118.868
Realização anual - custo atribuído	(8.949)
Em 31 de dezembro de 2025	109.919

23. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico e diluído é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada das ações disponíveis durante o período. A Companhia não possui efeitos de ações potenciais como dívidas conversíveis em ações, desta forma o lucro diluído é igual ao lucro básico por ação.

a) Resultado básico e diluído:

Controladora e Consolidado	
31.12.25	31.12.24
Ações ON Ordinárias	Ações ON Ordinárias
231.338.569	238.245.169
242.050	304.519
1.0978	1.3263
(8.949)	(19.298)
(0.0515)	(0.0481)
1.0463	1.2782

24. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

Controladora		Consolidado	
31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Receita bruta de vendas de produtos	2.167.405	2.004.140	2.179.912
Impostos sobre as vendas	(465.953)	(437.013)	(466.703)
Devoluções de vendas	(26.858)	(19.220)	(26.898)
Receita líquida de vendas	1.674.593	1.547.907	1.686.311
			1.555.346

As receitas da Companhia são reconhecidas quando as obrigações de performance são atendidas, o que geralmente ocorre quando os produtos são entregues e o risco transferido aos clientes nas vendas para o mercado interno ou no embarque dos produtos vendidos nas vendas para o mercado externo. Os principais produtos vendidos pela Companhia representam os segmentos operacionais estabelecidos conforme nota explicativa nº 28.

Todas as transações de venda geram recebíveis que estão descritos na nota explicativa nº 6. Não há outros ativos ou passivos de contrato reconhecidos.

Política contábil

As etapas para o reconhecimento da receita compreendem: i) a identificação do contrato com o cliente; ii) a identificação das obrigações de desempenho; iii) a determinação do preço da transação; iv) a alocação do preço da transação; e v) o reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. A receita é reconhecida quando os produtos e seu risco são transferidos aos clientes. Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

25. CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS POR NATUREZA

A composição dos custos, despesas e outras receitas por natureza está apresentada conforme segue:

Controladora		Consolidado	
31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Varição do valor justo dos ativos biológicos			
Varição do valor justo dos ativos biológicos	52.017	69.907	116.800
	52.017	69.907	116.800
Custo dos produtos vendidos			
Custos fixos e variáveis (matérias-primas e materias de consumo)	(691.245)	(606.613)	(652.640)
Custo com pessoal	(207.668)	(199.656)	(217.716)
Contratação de serviços	(34.044)	(34.381)	(35.518)
Depreciação, amortização e exaustão	(173.552)	(158.306)	(186.995)
	(1.106.509)	(998.956)	(1.102.869)
			(1.013.128)

Despesas com vendas			
Gasto com pessoal	(16.270)	(14.841)	(16.270)
Contratação de serviços	(1.385)	(1.164)	(1.385)
Despesa com logística (fretes)	(83.471)	(84.278)	(85.282)
Depreciação e amortização	(485)	(486)	(485)
Comissões Sobre Vendas	(9.232)	(14.219)	(9.232)
Outros	(14.900)	(15.548)	(14.900)
	(125.743)	(130.536)	(127.554)
			(132.397)

Reversão (Perdas) por impairment contas a receber			
Reversão (Perdas) por impairment contas a receber	338	(250)	338
	338	(250)	338

Despesas Gerais e administrativas			
Gasto com pessoal	(83.835)	(80.836)	(83.835)
Contratação de serviços	(20.423)	(16.793)	(20.784)
Depreciação e amortização	(6.630)	(8.190)	(6.630)
Outros	(4.160)	(10.528)	(6.296)
	(115.040)	(116.347)	(117.545)
			(119.312)

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas			
Resultado da venda de bens sinistrados e alienados	2.233	7	2.233
Resultado da venda de ativos	(69)	1.795	(69)
Resultado da venda de crédito de carbono	134	87	134
Resultado da provisão de subvenção governamental Estado MG	(1.323)	(1.608)	(1.323)
Resultado da redução ao valor realizável líquido	-	(596)	-
Resultado de pagamento integral de Execução Fiscal de ICMS SC – Recupera Mais	-	(6.237)	-
Resultado dos honorários sobre exclusão dos créditos presumidos de ICMS da base do IRPJ e da CSLL	-	(10.616)	-
Resultado da rescisão de contrato de representação comercial	(585)	(6.972)	(585)
Resultado do impairment de propriedade para investimento	-	(973)	-
Crédito de IPI sobre fretes “CIF” das operações de vendas, seguro e demais despesas acessórias	19.871	-	19.871
Resultado do impairment de imobilizado	-	(1.987)	-
Indenização de honorários de administrador	(4.200)	-	(4.200)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas	(4.780)	2.556	(4.150)
	11.281	(24.544)	11.911
			(25.541)

Participação dos administradores			
Participação dos administradores	(19.586)	(19.523)	(19.586)
	(19.586)	(19.523)	(19.586)

*conforme demonstrado na nota explicativa nº 8 item a).

26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Controladora		Consolidado	
31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Receitas financeiras			
Rendimentos de aplicações financeiras	89.212	59.944	92.352
Juros sobre outros ativos	23.509	24.381	24.384
Descontos obtidos	3.194	2.255	3.197
	115.915	86.580	119.300
			89.210

Variação cambial			
Variação cambial ativa	7.395	10.774	7.395
Variação cambial passiva	(7.834)	(11.766)	(7.834)
Varição cambial líquida	(439)	(992)	(439)
Despesas financeiras			
Juros	(240.268)	(180.160)	(240.269)
Descontos concedidos	(109)	(46)	(109)
Desajustos/despesas bancárias	(378)	(392)	(385)
Juros Passivos Sobre Arrendamentos	(5.177)	(2.201)	(5.177)
Instrumentos derivativos - swap	1.697	(5.353)	1.697
Outros	(5.452)	(9.499)	(5.452)
	(249.687)	(198.101)	(249.720)
	(134.211)	(112.513)	(130.859)
			(109.939)

Resultado financeiro líquido

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Gestão do risco de capital

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (captações, debêntures e instrumentos financeiros derivativos – swap detalhadas nas notas explicativas nº 17, nº 18 e nº 10, deduzidos pelo caixa e saldos de bancos e aplicações financeiras), conforme detalhada na nota explicativa nº 5, e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº 22).

A Administração da Companhia revisa periodicamente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, são considerados o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital. A Companhia, de acordo com a sua Política de Gestão Financeira, tem como meta manter uma estrutura de capital de 30% a 50% de capital próprio e 70% a 50% de capital de terceiros. A estrutura de capital em 31 de dezembro de 2025 foi de 43% capital próprio e 57% capital de terceiros.

Índice de endividamento

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Dívida	1.909.711	1.686.114	1.909.711	1.686.114
Instrumentos derivativos - swap	(11.996)	(5.249)	(11.996)	(5.249)
Caixa e equivalentes de caixa	(825.161)	(577.119)	(839.834)	(604.232)
Dívida líquida	1.072.554	1.103.746	1.057.881	1.076.633
Patrimônio líquido	1.451.934	1.366.538	1.451.934	1.366.538
Índice de endividamento líquido	0,74	0,81	0,73	0,79

Categorias de instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2025.

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Ativos financeiros					
Designados ao valor justo por meio do resultado					
Instrumentos derivativos - swap	10	11.996	5.249	11.996	5.249
Custo amortizado					
Caixa e saldos de bancos	5	825.161	577.119	839.834	604.232
Contas a receber de clientes	6	283.329	281.567	286.266	281.902
Passivos financeiros					
Custo amortizado					
Empréstimos e financiamentos	17	960.581	870.706	960.581	870.706
Debêntures	18	949.130	815.408	949.130	815.408
Fornecedores	19	170.131	144.637	150.205	140.848
Passivo de arrendamento	16	52.206	19.449	52.206	19.449
Parcelamentos tributários		2.573	2.290	2.573	2.290
Dividendos a pagar		11.190	46.550	11.190	46.550
Outras contas a pagar		17.227	30.846	17.388	31.000

Política contábil
Os diferimentos de recolhimento de impostos, concedidos direta ou indiretamente pelo Governo, exigidos com taxas de juros abaixo do mercado, são tratados como uma subvenção governamental, mensurada pela diferença entre os valores obtidos e o valor justo calculado com base em taxas de juros de mercado. Essa diferença é registrada em contrapartida da receita de vendas no resultado e será apropriada com base na medida do custo amortizado e a taxa efetiva ao longo do período.

30. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

	Controladora			Consolidado		
	Passivos			Passivos		
	Empréstimos financiamentos, debêntures e swap	Dividendos a pagar	Passivo de arrendamento	Empréstimos, financiamentos, debêntures e swap	Dividendos a pagar	Passivo de arrendamento
Saldo em 31.12.23	1.626.153	3.908	24.226	1.626.153	3.908	24.226
Alterações que afetam caixa	(133.229)	(126.043)	(12.970)	(133.229)	(126.043)	(12.970)
Pagamento de dividendos	-	(126.043)	-	-	(126.043)	-
Passivos de arrendamento pagos	-	-	(10.765)	-	-	(10.765)
Empréstimos, financiamentos e debêntures captados	29.154	-	-	29.154	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	(11.514)	-	-	(11.514)	-	-
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e swap	(150.869)	-	-	(150.869)	-	-
Pagamento de juros sobre passivos de arrendamento	-	-	(2.205)	-	-	(2.205)
Alterações que não afetam caixa (*)	193.190	168.685	8.193	193.190	168.685	8.193
Passivos de arrendamento - Adição/baixa	-	-	5.988	-	-	5.988
Variações monetárias e encargos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e swap	195.429	-	-	195.429	-	-
Juros sobre passivos de arrendamento	-	-	2.205	-	-	2.205
Dividendos	-	168.685	-	-	168.685	-
Ajuste de swap	(2.239)	-	-	(2.239)	-	-
Saldo em 31.12.24	1.686.114	46.550	19.449	1.686.114	46.550	19.449

Saldo em 31.12.24

Alterações que afetam caixa

Pagamento de dividendos
Passivos de arrendamento pagos
Empréstimos, financiamentos e debêntures captados
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e swap
Pagamento de juros sobre passivos de arrendamento

Alterações que não afetam caixa (*)

Passivo de arrendamento - Adição/baixa
Variações monetárias e encargos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e swap
Juros sobre passivos de arrendamento
Dividendos
Ajuste de swap

Saldo em 31.12.25

(*) Inclui apenas as principais operações que não afetam o caixa da Companhia no exercício.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Péricles Pereira Druck Presidente Paulo Iserhard Carlos Fernando Couto de Oliveira Souto Paulo Sergio Viana Mallmann Roberto Faldini Maria Cristina Capocchi Ricciardi
DIRETORIA
Odivan Carlos Cargnin Diretor - Presidente André Camargo de Carvalho Diretor de Administração, Finanças e de Relações com Investidores Henrique Zugman Diretor de Negócios Papel e Florestal Lindomar Lima de Souza Diretor de Negócio Embalagem Fabiano Alves de Oliveira Diretor de Pessoas, Estratégia e Gestão
CONTADOR
Evandro Zabott CRC 1SC024961/0-8 “S” RS

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Aos Administradores e Acionistas
Irani Papel e Embalagem S.A.
Opinão

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Irani Papel e Embalagem S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas (“Consolidado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Valor justo dos ativos biológicos (Nota 14)	

A Companhia possui, principalmente, o cultivo e plantio florestas de pinus, denominadas ativos biológicos, para abastecimento de matéria-prima na produção de celulose utilizada no processo de produção de papel para embalagens, produção de resinas e vendas de toras de madeira para terceiros.

Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo menos as despesas para colocar o ativo em condição de uso ou venda, aplicando-se a metodologia de abordagem de renda (income approach). Esse método faz uso de dados e premissas que envolvem julgamento significativo por parte da Administração e que incluem: Índice de crescimento das diferentes florestas, preço da madeira em pé em diferentes regiões, preço da resina, taxas de desconto dos fluxos de caixa, plano de colheita das florestas e volume decorrente produtividade da madeira.

Essa área foi considerada por nós como uma área de foco em nossa auditoria em virtude da relevância do saldo dos ativos biológicos, do julgamento significativo da Administração em relação às premissas antes mencionadas, com impacto relevante na determinação do valor justo e, por consequência, no resultado do exercício.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros e com o apoio de nossos especialistas em valorização de ativos biológicos, a atualização do entendimento da metodologia de avaliação, premissas e dados utilizados no respectivo cálculo.

Assim, revisamos o modelo do fluxo de caixa descontado, bem como sua coerência geral lógica e aritmética. Para as principais premissas e dados considerados significativos no âmbito da auditoria, avaliamos o comportamento histórico vis a vis as projeções efetuadas, bem como discutimos a razoabilidade das premissas e dados utilizados com a administração.

Confrontamos, em base de testes, os dados utilizados com documentos comprobatórios. Avaliamos, também, a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio na mensuração do valor justo.

Comparamos as informações divulgadas nas notas explicativas com a avaliação e cálculos elaborados pela administração, bem como com os requisitos de divulgação estabelecidos pela norma contábil.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para determinação do valor justo dos ativos biológicos, bem como as divulgações em notas explicativas, são consistentes com as evidências que obtivemos.

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA Exercício de 2025
O Comitê de Auditoria da Irani Papel e Embalagem S.A. (Comitê) é um órgão não estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia, instalado em 10.09.2020. Atua de forma permanente e independente e com orçamento próprio. Suas competências seguem as normas do Regulamento do Novo Mercado da B3 e são as definidas no Estatuto da Companhia e no Regimento Interno do Comitê, disponível no endereço eletrônico: http://www.irani.com.br/wp-content/uploads/2020/12/REGIMENTO-INTERNO-DO-COMIT%C3%8A-DE-AUDITORIA.pdf . No exercício de 2025, o Comitê realizou dezenove reuniões ordinárias e extraordinárias, tratando dos temas: Área Financeira e Contabilidade, normas do CPC e CVM, estrutura de controle contábil, contingências, análise de demonstrações financeiras intermediárias e demonstrações financeiras do exercício e respectivas Notas Explicativas, acompanhamento e discussão de processos para gestão de riscos, acompanhamento e revisão do mapa de riscos, controles internos, digitalização, sistemas e armazenamento de dados, segurança de dados e da informação, inteligência artificial, transações com partes relacionadas, <i>impairment</i> de ativos fixos e intangíveis, acompanhamento da avaliação de ativos biológicos, descontinuidade da linha de negócio de resinas, acompanhamento o planejamento para adoção das normas IFRS1 e IFRS2, o planejamento e as mudanças de sistemas para adaptação à Reforma Tributária, e outros temas de interesse da Companhia. O Comitê discutiu o planejamento e acompanhou os trabalhos da auditoria interna, assessorou o Conselho de Administração na discussão de políticas e procedimentos e acompanhou as reuniões ordinárias do Conselho de Administração, realizando em cada uma o relato de suas atividades no período. Seguindo as boas práticas, o Comitê manteve reuniões em separado com os auditores independentes para discussão dos trabalhos de revisão de cada uma das demonstrações financeiras intermediárias e da auditoria das demonstrações financeiras do exercício de 2025. O Comitê examinou as minutas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Irani Papel e Embalagem S.A. e de suas controladas, e respectivas Notas Explicativas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. O exame incluiu discussões com a Administração, Contabilidade, áreas Jurídica e de Gestão de Riscos, Auditoria Interna e Auditoria Independente. Nos acompanhamentos, discussões e exames realizados, o Comitê não teve conhecimento de fatos que não estejam refletidos nas Demonstrações Financeiras, e não encontrou evidências ou indícios de erro ou fraude. O Comitê opina que as Demonstrações Financeiras do Exercício de 2025 da Irani Papel e Embalagem S.A. estão em condições de serem apreciadas pelo Conselho de Administração. Porto Alegre, 18 de fevereiro de 2026.
Roberto Lamb Membro e Coordenador do Comitê Roberto Faldini Conselheiro de Administração e Membro do Comitê Wladimir Omiechuk Membro do Comitê
PARECER DO CONSELHO FISCAL Exercício de 2025
O Conselho Fiscal da Companhia Irani Papel e Embalagem S.A., em cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinou o relatório da administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e respectivas notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., datado de 20 de fevereiro de 2026, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária dos acionistas. Porto Alegre, RS, 20 de fevereiro de 2026. Rosângela Costa Söffert Presidente do Conselho Fiscal Renê Sanda Leticia Pedercini Issa Conselheiros Fiscais

O Conselho Fiscal da Companhia Irani Papel e Embalagem S.A., em cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinou o relatório da administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e respectivas notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., datado de 20 de fevereiro de 2026, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária dos acionistas. Porto Alegre, RS, 20 de fevereiro de 2026.
Rosângela Costa Söffert
Presidente do Conselho Fiscal
Renê Sanda
Leticia Pedercini Issa
Conselheiros Fiscais

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado
As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressamos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
• Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 20 de fevereiro de 2026
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6
Rafael Biedermann Mariente
Contador CRC 1SP243373/O-0

WHATSAPP: (51) 3213-1342 | EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

CNPJ Nº 01.181.521/0001-55

Endereço: Av. Assis Brasil, 3.940, Porto Alegre/RS - CEP: 91060-900



Relatório DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Mensagem Institucional

Cooperar para prosperar com sustentabilidade

Neste documento, a administração do Sicredi, seguindo o princípio do cooperativismo de transparência na gestão e em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2025 foi um ano significativo para o cooperativismo e para a agenda da sustentabilidade. O reconhecimento do período como o Ano Internacional das Cooperativas, pela ONU, e a realização da COP 30 no Brasil reforçaram temas que fazem parte da essência do nosso modelo de negócio: colaboração, desenvolvimento sustentável e local, participação e compromisso com o futuro.

Participamos desses debates reafirmando que prosperidade só se sustenta quando construída de forma coletiva. Não à toa, mantivemos nossa trajetória de crescimento, confiança e responsabilidade com nossos mais de 9,5 milhões de associados, mesmo diante de um ambiente econômico que exigiu atenção e equilíbrio.

Neste relatório, você terá acesso a alguns dos resultados alcançados no último ano que demonstram nossa solidez e refletem a força de uma instituição financeira cooperativa que cresce porque é guiada por pessoas.

Seguimos firmes no propósito de construir juntos uma sociedade mais próspera, atuando com transparência, governança e visão de longo prazo.

Agradecemos a confiança de todos que constroem o Sicredi diariamente e que fortalecem, ano após ano, a relevância do nosso negócio.

A ADMINISTRAÇÃO

Cooperar é da nossa natureza

Somos o Sicredi, a primeira instituição financeira cooperativa do Brasil. Nossos associados decidem juntos os rumos do negócio, atuando de forma sistêmica por meio das centrais e cooperativas, mas com autonomia para gerar impactos positivos em suas comunidades.

Esse é o nosso jeito de fazer a diferença!

Feito de pessoas para pessoas

*Dados de dezembro/2025

+9,5 mi
Associados

+50 mil
Pessoas
colaboradoras



Juntos por uma
sociedade mais
sustentável

Somos signatários do
Pacto Global da ONU

Presença nacional, atuação local

*Dados de dezembro/2025

5
Centrais

+100
Cooperativas

26 estados
e o Distrito Federal

+2,2 mil
Municípios

+3 mil
Postos de
atendimento

Única instituição financeira
com presença física em
+200 Municípios

+300 Soluções financeiras

Conta corrente

Seguros

Cartões

Consórcios

Investimentos

Máquinas de cartões

Tradição em inovar

Investimos em soluções digitais sem perder a essência do relacionamento próximo, pois acreditamos que a tecnologia é uma aliada na difusão do cooperativismo de crédito.

Valorizar as pessoas faz a diferença

Liderança e Diversidade

*Dados de dezembro/2025

Comitês que atuam em todas as regiões para formar as novas lideranças do cooperativismo e desenvolver práticas de inclusão e diversidade.

Estamos entre as 25 melhores empresas para se trabalhar na América Latina.

11
comitês

49
comitês

28
comitês

Participação no Cooperativismo

*Dados de dezembro/2025

Com os programas Pertencer e Crescer, engajamos associados e futuros associados na tomada de decisão e na cultura cooperativa.

+264 mil
pessoas formadas

+1 milhão
Associados em assembleias

Reconhecimento

*Dados de dezembro/2025

Principais rankings
e premiações nacionais



Somos a Melhor Empresa
para Trabalhar no Brasil
pelo 2º ano consecutivo

Mais de 10.000
colaboradores

Cidadania e Educação

*Dados de dezembro/2025

Programa que promove o pensamento crítico, a cooperação e a cidadania e completou 30 anos em 2025.

+639 mil
estudantes e professores
impactados



Onde tem cooperativismo, tem desenvolvimento

Principais resultados do Banco Sicredi e suas Controladas, de 2025

Desempenho financeiro

R\$ 223,1 bi
Total de ativos

R\$ 68,8 bi
Depósitos totais

R\$ 128,4 bi
Carteira de crédito
Inclui CPR

R\$ 5,3 bi
Patrimônio líquido

R\$ 39,2 bi
Total LCA

R\$ 180,5 mi
Resultado líquido

Classificação AAA pelas principais agências de risco



Investimento social e ambiental

R\$ 57,6 bi

Crédito em produtos
da Economia Verde

Ciclo Virtuoso do Cooperativismo

Retorno aos associados e investimento local

R\$ 25,47 bi

Benefício Econômico
aos Associados

+R\$ 7 bi

Para promoção de
pequenos negócios

Conheça o resultado de todas
as ações ESG do Sicredi, no **Relatório
de Sustentabilidade 2025**,
disponível no site

*Depósitos + LCA e LCL | ** Anbima / Agosto de 2025

Balanco Patrimonial

31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

Ativo	Controladora			Consolidado			Passivo	Controladora			Consolidado
	Nota	31/12/2025	31/12/2025	Nota	31/12/2025	31/12/2025		Nota	31/12/2025	31/12/2025	
Disponibilidades	5	601.110	601.110				Passivo e Patrimônio Líquido				
Instrumentos Financeiros		220.621.123	220.948.771				Instrumentos Financeiros		215.399.675	215.387.099	
Ativos financeiros ao custo amortizado		198.510.029	198.513.450				Passivos Financeiros ao Custo Amortizado		215.187.761	215.175.185	
Aplicações interfinanceiras de liquidez, líquido de provisão para perdas esperadas	6	9.127.716	9.127.716				Depósitos	14	68.781.660	68.769.084	
Depósitos no Banco Central do Brasil	7	9.477.840	9.477.840				Captações no mercado aberto	14	27.782.738	27.782.738	
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros, líquido de provisão para perdas esperadas	8	28.484.088	28.484.088				Recursos de aceites e emissão de títulos	15	46.520.672	46.520.672	
Repasse interfinanceiros, líquido de provisão para perdas esperadas	9	82.163.444	82.163.444				Obrigações por empréstimos	16	8.549.171	8.549.171	
Operações de crédito, líquido de provisão para perdas esperadas	9	45.080.586	45.080.586				Obrigações por repasses no País - Instituições oficiais	16	39.653.320	39.653.320	
Outros ativos financeiros	10	24.176.355	24.179.776				Outros passivos financeiros	17	23.900.200	23.900.200	
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outro resultado abrangente	8	21.878.379	21.878.379				Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado		211.914	211.914	
Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas esperadas	8	21.878.379	21.878.379				Instrumentos financeiros derivativos	8.c	211.914	211.914	
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	8	232.715	556.942				Provisões para Riscos Cíveis, Tributários e Trabalhistas	18	14.052	14.097	
Títulos e val. mob. e inst. finan. derivativos, líquido de prov. para perdas esperadas		232.715	556.942				Provisões e Outras Obrigações com Instrumentos Financeiros	19	3.117	3.117	
Ativo Fiscal Diferido	22 b	436.891	629.753				Passivo Fiscal Diferido	22	231.281	416.044	
Outros Ativos	11	231.544	818.289				Outros Passivos	20	1.213.318	1.931.904	
Investimentos em Participações em Controladas	12	270.103	-				Patrimônio Líquido	21	5.313.862	5.313.862	
Imobilizado de Uso	13	14.534	68.210				Capital social		5.220.974	5.220.974	
Total do Ativo		222.175.305	223.066.133				Reserva legal		97.840	97.840	
							Ajustes de avaliação patrimonial		(4.952)	(4.952)	
							Participação de acionistas não controladores		-	10	
							Total do Passivo		222.175.305	223.066.133	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstração do Resultado

Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)							
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Nota	2º Semestre	31/12/2025	2º Semestre	31/12/2025	Nota	2º Semestre	31/12/2025
Receitas da intermediação financeira		11.211.119	20.569.619	11.232.443	20.607.583		(967.510)	(1.734.449)
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	9.g	6.198.334	12.190.151	6.198.334	12.190.151	25	59.089	114.833
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		4.541.931	9.129.180	4.563.255	9.167.144		6.912	22.490
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	8.c	35.432	(1.295.278)	35.432	(1.295.278)	28	453.414	771.293
Resultado de operações de câmbio		62.704	18.103	62.704	18.103	26	(72.116)	(124.028)
Resultado de aplicações no Banco Central		372.718	527.463	372.718	527.463	27	(1.196.985)	(2.164.912)
Despesas da intermediação financeira		(10.202.232)	(18.577.791)	(10.202.232)	(18.577.791)		(63.933)	(151.862)
Operações de captação no mercado		(9.012.640)	(16.304.041)	(9.012.640)	(16.304.041)	29	(153.891)	(202.263)
Resultado de empréstimos e repasses		(1.189.592)	(2.273.750)	(1.189.592)	(2.273.750)		49.963	267.430
Resultado da intermediação financeira		1.008.887	1.991.828	1.030.211	2.029.792		49.963	267.430
Perdas esperadas de ativos e passivos financeiros		8.586	10.051	8.594	10.070	22	13.025	(56.685)
Reversão de perdas esperadas de operações de crédito, repasses interfinanceiros e demais operações com características de concessão de crédito		16.394	23.836	16.394	23.836		25.860	(83.290)
(Provisões) para perdas esperadas de aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, outros ativos e outros ativos financeiros		(7.099)	(12.204)	(7.091)	(12.185)		16.439	(69.826)
(Provisões) para perdas esperadas de garantias financeiras prestadas e outros compromissos		(709)	(1.581)	(709)	(1.581)		(32.132)	93.573
Resultado bruto da intermediação financeira		1.017.473	2.001.879	1.038.805	2.039.862		2.858	2.786
							(16.773)	(30.224)
							-	-
							46.215	180.521
							4.394.603.168	4.394.603.168
							10,52	41,08

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

continua →

Banco Cooperativo Sicredi S.A.									
Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido									
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)									
		Capital Social		Reserva					
		A ser homologado		Ajustes de		Lucros		Patrimônio líquido	
		pelo Banco Central		avalia�o patrimonial		acumulados		da controladora	
		Subscrito		Reserva legal				Participa�o dos acionistas	
		4.870.974		87.563		(7.531)		4.951.006	
Saldos em 31 de dezembro de 2024									
Ajustes de transi�o Res. CMN n� 4.966/21 e BCB n� 352/23 (Nota 4)									
Saldos no início do exercício em 01/01/2025		4.870.974		87.563		(7.531)		4.976.021	
Aumentos de capital		350.000							
Ajustes ao valor justo - TVM e Derivativos - Incluindo os efeitos de hedge accounting						25.015		25.015	
Ajuste de participa�o de não controladores								2.579	
Lucro líquido do exercício									
Destina�es do lucro:						180.521		180.521	
Reserva legal - Ajustes de transi�o Lei n� 4.966/21				1.251		(1.251)			
Distribui�o de dividendos - Ajustes de transi�o Lei n� 4.966/21						(23.764)		(23.764)	
Destina�es para reservas				9.026		(9.026)			
Distribui�o de dividendos						(81.495)		(81.495)	
Distribui�o de juros ao capital						(90.000)		(90.000)	
Saldos em 31 de dezembro de 2025		5.220.974		97.840		(4.952)		5.313.862	
Saldos em 30 de junho de 2025		4.870.974		350.000		87.563		5.462.090	
Aumentos de capital		350.000		(350.000)					
Ajustes ao valor justo - TVM e Derivativos - Incluindo os efeitos de hedge accounting"						816		816	
Lucro líquido do semestre						46.215		46.215	
Destina�es do lucro:									
Reserva legal - Ajustes de transi�o Lei n� 4.966/21				1.251		(1.251)			
Distribui�o de dividendos - Ajustes de transi�o Lei n� 4.966/21						(23.764)		(23.764)	
Destina�es para reservas				9.026		(9.026)			
Distribui�o de dividendos						(81.495)		(81.495)	
Distribui�o de juros ao capital						(90.000)		(90.000)	
Saldos em 31 de dezembro de 2025		5.220.974		97.840		(4.952)		5.313.862	

As notas explicativas s o parte integrante das demonstra es financeiras individuais e consolidadas

Demonstra�o do Resultado Abrangente					
Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)					
		Controladora		Consolidado	
		31/12/2025		31/12/2025	
		2� Semestre	Exercício	2� Semestre	Exercício
Lucro líquido do semestre/exercício		46.216	180.521	46.216	180.521
Participa�o dos não controladores		-	-	1	(1)
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas		46.216	180.521	46.217	180.520
Total dos ajustes não includos no lucro líquido do semestre/exercício		(174)	464	(174)	464
Varia�o títulos e valores mobiliários ao VJORA		(316)	844	(316)	844
T�ributos sobre ajustes de títulos e valores mobiliários ao VJORA		142	(380)	142	(380)
Total hedge		990	2.115	990	2.115
Varia�o hedge de fluxo de caixa		1.801	3.846	1.801	3.846
T�ributos sobre ajustes de hedge de fluxo de caixa		(811)	(1.731)	(811)	(1.731)
Total dos ajustes não includos no lucro líquido do semestre/exercício		816	2.579	816	2.579
Resultado abrangente do semestre/exercício		47.032	183.100	47.033	183.099
Atribuível aos acionistas					
Lucro líquido do semestre/exercício atribuível aos controladores		47.032	183.100	47.033	183.100
Lucro líquido do semestre/exercício atribuível aos não controladores		-	-	-	(1)

As notas explicativas s o parte integrante das demonstra es financeiras individuais e consolidadas

Notas Explicativas �s Demonstra�es Financeiras Individuais e Consolidadas					
1. Contexto operacional: O Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco" ou "Institui�o"), institui�o financeira privada nacional, teve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 20 de março de 1996 e iniciou suas atividades em 3 de setembro de 1996, cuja constitui�o foi pautada de acordo com a Resolu�o n� 2.193 de 31 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional - CMN, atualizada pela Resolu�o n� 5.060, de 16 de fevereiro de 2023, atualmente vigente. O Banco está situado na Avenida Assis Brasil, 3940 em Porto Alegre/RS. A Institui�o tem por objeto social e atividade preponderante o exercício de opera�es bancárias de caráter comercial, inclusive de opera�es de câmbio, operando na forma de banco múltiplo, através de sua carteira comercial e de investimentos. Por decisão estratégica do Sistema de Crédito Cooperativo ("Sicredi" ou "Sistema"), atua como instrumento das Cooperativas de Crédito, possibilitando a estas, através de convênios, operar nos diversos mercados disponíveis e praticar opera�es complementares às de sua natureza, oportunizando aos seus associados o acesso a um balcão de serviços completo. Em 31 de dezembro de 2025, o Sistema está organizado por 100 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 3.054 pontos ativos. A estrutura conta ainda com as cinco Centrais Regionais ("Centrais") - acionistas da Sicredi Participa�es S.A. - a Confedera�o das Cooperativas do Sicredi ("Confedera�o Sicredi"), a Funda�o Sicredi, além do Banco, que controla a Corretora de Seguros Sicredi Ltda., a Administradora de Consórcios Sicredi Ltda. e a Administradora de Bens Sicredi Ltda. As opera�es são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Sicredi, atuando no mercado de forma integrada. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Sistema e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas. A maior parte do capital votante do Banco pertence � Sicredi Participa�es S.A. ("Companhia"), que � uma Sociedade An�nima de capital fechado, constituída em 10 de outubro de 2008, integrante do Sistema de Crédito Cooperativo ("Sicredi" ou "Sistema"), que tem por objeto social a participa�o majoritária no Banco. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia detém 92,49% de participa�o nas a�es do Banco. O Banco e o Rabo Partnerships B.V., braço de desenvolvimento do grupo holandês Rabobank, firmaram acordo de investimento em 07 de setembro de 2011. A parceria proporciona o intercâmbio de informa�es e de conhecimentos técnicos entre o Sistema Sicredi e o Sistema Rabobank, podendo ampliar o portfólio de produtos do Sicredi nos segmentos nos quais o Rabobank tem expertise. O processo, formalizado através de acordo de investimento, foi aprovado pelo BACEN em 27 de janeiro de 2011 e pelo governo federal, através do Decreto presidencial de 18 de maio de 2011, publicado no Diário Oficial da União em 19 de maio de 2011. Em 31 de dezembro de 2025, o Rabo Partnerships B.V. det�m 7,51% de participa�o nas a�es do Banco. 2. Base de prepara�o e apresenta�o das Demonstra�es financeiras individuais e consolidadas: Apresenta�o das demonstra�es financeiras individuais e consolidadas: As Demonstra�es financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei n� 6.404/76, altera�es introduzidas pelas Leis n� 11.638/07 e n� 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Institui�es do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orienta�es e as interpreta�es emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN (CPC 00 (R2), 01 (R1), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 06 (R2) 10 (R1), 23, 24, 25, 27, 28, 33 (R1), 41, 46 e 47). A aprova�o destas Demonstra�es financeiras individuais e consolidadas, elaboradas no pressuposto da continuidade operacional do Banco e suas controladas, foi dada pela Diretoria em 09 de fevereiro de 2026. a) Critérios de consolida�o: No processo de consolida�o, os saldos de transa�es entre as empresas foram eliminados e foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referente às participa�es dos acionistas não controladores. As demonstra�es financeiras consolidadas foram elaboradas com o propósito de permitir aos acionistas, diretores, institui�es financeiras e possíveis investidores do Banco Cooperativo Sicredi avaliar a posi�o patrimonial e financeira consolidada do Banco, em 31 de dezembro de 2025, e o desempenho consolidado de suas opera�es para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às institui�es autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, bem como sua estrutura societária. Consequentemente, as demonstra�es financeiras consolidadas podem não ser adequadas para outro fim. b) Demonstra�es financeiras consolidadas: As demonstra�es financeiras consolidadas estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas às institui�es autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades An�nimas, e incluem as demonstra�es financeiras individuais do Banco e das seguintes controladas:					
Empresa		Atividade		31/12/2025	
Participa�es diretas no capital:					
Administradora de Consórcios Sicredi Ltda.		Administradora de Consórcios		99,99	
Administradora de Bens Sicredi Ltda.		Administradora de Bens		99,98	
Corretora de Seguros Sicredi Ltda.		Corretora de Seguros		100,00	

As controladas s o integralmente consolidadas a partir da data de aquisi o, sendo esta data o in cio da obten o de controle por parte do Banco, as quais continuar o a ser consolidadas at  a data em que esse controle deixe de existir. As demonstra es financeiras s o elaboradas para o mesmo exerc cio de divulga o que o da controladora, utilizando pol ticas cont beis consistentes. Todos os saldos intragrup, receitas e despesas e ganhos e perdas n o realizados, oriundos de transa es intragrup, s o eliminados por completo. **c) Moeda funcional:** As demonstra es financeiras consolidadas s o expressas em reais, que   a moeda funcional de todo o Sistema, e as informa es, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R  mil). **2.1. Ado o de novas normas:** **a) Mudan as em vigor:** O Banco adotou as normas e instru es que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2025. As seguintes normas e interpreta es s o aplic veis   Institui o: *Resolu o CMN 4.966/21 e Resolu o BCB 352/23*: introdu o de mudan as significativas nas normas cont beis para instrumentos financeiros, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 9 (CPC 48). Como principal impacto da resolu o presente na respectiva demonstra o financeira, destaca-se: "A ado o do modelo de perda esperada completa para o reconhecimento das Perdas Esperadas associadas ao risco de cr dito. Classificando, ainda, os instrumentos financeiros em est gios, de acordo com o incremento do risco de cr dito associado, s o 3 est gios de classifica o. Essa abordagem antecipa a identifica o do risco de perda antes da ocorr ncia de inadimpl ncia. • Ativos financeiros passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de neg cio do Sicredi e em suas caracter sticas contratuais de fluxos de caixa (tamb m denominado teste de "SPPJ"). • As receitas e os encargos atrelados diretamente   origina o/emiss o de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, utilizando-se o m todo de taxa de juros efetivas; • Novos crit rios para mensura o de opera es renegociadas e reestruturadas, visando maior transpar ncia e comparabilidade; • Mudan a do crit rio de suspens o da apropria o de juros, que passa a ocorrer a partir do momento em que as opera es s o caracterizadas como "ativo financeiro com problema de risco de recupera o"; • Mudan a no crit rio de baixa de ativos financeiros para preju zo, que passam a ser baixados a partir do momento em que a Institui o n o tem mais expectativa de recupera o; • Veda o de registro no ativo de instrumentos baixados a preju zo, exceto quando houver renegocia o do instrumento, observando os devidos requisitos dispostos na Resolu o. *Instru es Normativas BCB n  426 a 433, de 1 de dezembro de 2023, Instru es Normativas BCB n  493 a 500 de 26 de julho de 2024, Instru es Normativas BCB n  537 a 543, de 05 de novembro de 2023, define as rubricas cont beis do elenco de contas do Padr o Cont bil das Institui es Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) referentes aos grupos: (i) ativo realiz vel e permanente; (ii) grupos de compensa o ativa e passiva; (iii) passivo exig vel; (iv) patrim nio l quido; (v) resultado credor e devedor. As proje es fiscais utilizadas para a avalia o da realiza o dos ativos fiscais diferidos j  consideram tanto os efeitos da Resolu o CMN n  4.966/21 quanto os crit rios previstos na Lei n  14.467. **b) Ado o inicial:** O Banco adotou a disposi o transit ria prevista no artigo 79 da Resolu o CMN n  4.966/21 e no artigo 102 da BCB n  352, de n o reapresentar informa es comparativas de per odos anteriores decorrentes das altera es na classifica o e mensura o de instrumentos financeiros (incluindo perdas de cr dito esperadas). Conforme disposto no Art. 70 da Resolu o CMN n  4.966/21, a aplica o dos novos crit rios ocorreu de forma prospectiva e os efeitos do ajuste de transi o foram reconhecidos diretamente em lucros ou preju zos acumulados, l quidos dos efeitos tribut rios. A reconcilia o do patrim nio l quido demonstrando os efeitos da transi o da norma em 1  de janeiro de 2025, est  apresentada na nota explicativa n  4. O BACEN aprovou a ado o do CPC 06 (R2) por meio da Resolu o CMN n  4.975/21, tornando obrigat ria a aplica o da norma  s institui es financeiras arrendadoras e arrendat rias em contratos firmados e/ou renovados a partir de 2025. A ado o gradual foi definida pela Resolu o CMN n  5.101/23. Essa norma estabelece os princ pios para o reconhecimento, mensura o, apresenta o e divulga o de opera es de arrendamento mercantil por institui es financeiras, tanto na condi o de arrendadoras quanto de arrendat rias. As altera es entraram em vigor em 01 de janeiro de 2025. At  a presente data, o Banco n o possui contratos de arrendamento que atendam aos crit rios de reconhecimento estabelecidos pelo CPC 06 (R2) - Arrendamentos. **3. Principais pol ticas cont beis:** As pol ticas e os m todos cont beis utilizados na prepara o destas demonstra es financeiras equivalem-se  queles aplicados  s demonstra es financeiras referentes ao exerc cio encerrado em 31 de dezembro de 2024, exceto pela aplica o da Resolu o CMN 4.966/21 (relacionada a instrumentos financeiros) que entrou em vigor em 1  de janeiro de 2025. As principais pr ticas cont beis adotadas para a elabora o das Demonstra es financeiras individuais e consolidadas foram: **a) Apura o do resultado:** O resultado   apurado de acordo com o regime de compet ncia, que estabelece que as receitas e despesas devem ser includas na apura o dos resultados dos per odos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As opera es com taxas prefixadas s o registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao exerc cio futuro s o apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira s o contabilizadas pelo cr o *pro rata* e calculadas com*

Demonstra�o do Fluxo de Caixa					
Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)					
		Controladora		Consolidado	
		31/12/2025		31/12/2025	
		2� Semestre	Exercício	2� Semestre	Exercício
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribui�o social		33.191	237.206	35.382	247.007
Ajustes ao lucro líquido antes dos impostos					
Provisão para perdas esperadas de opera�es de crédito, repasses interf�nancieros e demais opera�es com características de concessão de crédito		(8.586)	(10.051)	(8.594)	(10.070)
Deprecia�es e amortiza�es		1.035	2.099	2.765	5.538
Perda na aliena�o de imobilizado		74	279	95	300
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas		(13.624)	(12.565)	(13.625)	(12.636)
Juros sobre instrumentos híbridos de capital		205.841	357.677	205.841	357.677
Juros da d�vida subordinada		257.611	257.611	257.611	257.611
Resultado de participa�o em controladas		(6.912)	(22.490)	-	-
Outros resultados abrangentes		2.579	2.579	2.579	2.579
Lucro líquido ajustado do período		471.209	812.345	482.054	848.006
Varia�es nos ativos e passivos					
(Aumento)/Redu�o em Ativos		(53.275)	10.401.190	(53.275)	10.401.190
Aplica�es interfinanceiras de liquidez		767	343.618	6.644.261	(161.842)
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		(5.997.662)	(6.947.846)	(5.997.662)	(6.947.846)
Depósitos no Banco Central do Brasil		(472.995)	(5.089.542)	(472.995)	(5.089.542)
Repasses interfinanceiros		(4.019.256)	(7.332.709)	(4.019.256)	(7.332.709)
Opera�es de crédito		(3.399.720)	(4.697.092)	(6.112.899)	(4.704.564)
Outros ativos financeiros		(835.312)	(510.681)	(445.776)	(243.254)
Outros ativos e créditos tributários					
(Redu�o)/Aumento em Passivos		7.295.447	6.996.839	7.293.355	6.990.670
Depósitos		6.545.877	18.773.055	6.545.877	18.773.055
Capta�es no mercado aberto		(9.296.193)	(5.357.934)	(9.296.193)	(5.357.934)
Recursos de aceites e emissão de títulos		3.965.052	5.570.532	3.965.052	5.570.532
Obriga�es por empréstimos e repasses		4.317	4.317	4.317	4.317
Outros passivos financeiros		3.014.599	4.620.079	3.521.136	4.933.471
Outras provisões, obriga�es fiscais diferidas e outros passivos		(2.777.145)	17.586.171	2.057.996	17.687.550
Caixa proveniente das opera�es		(127.101)	(256.891)	(131.183)	(264.765)
Impostos de renda e contribui�o social pagos		(2.904.246)	17.329.280	1.922.813	17.422.785
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais					
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisi�o de imobilizado de uso		(528)	(1.156)	(2.070)	(4.03

→ continuação

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

b) Classificação das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:

31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)				
Controladora e Consolidado				
31/12/2025				
Ativo financeiro mensurado a custo amortizado				
(Alocados em Estágio 1)				
Aplicações interfinanceiras de liquidez			9.133.362	
Provisão para perdas esperadas			(5.646)	
Total			9.127.716	
Controladora e Consolidado				
Saldo em 01/01/2025	Aquisição/(Liquidação)	Provisão líquida	Saldo em 31/12/2025	
	19.534.727	(10.401.365)	(5.646)	9.127.716
Total	19.534.727	(10.401.365)	(5.646)	9.127.716

Estágio 1

Aplicações interfinanceiras de liquidez

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não ocorreu aumento significativo no risco de crédito nas aplicações interfinanceiras de liquidez que ensejaram na migração para os Estágios 2 ou Estágio 3.

7. Depósitos no Banco Central do Brasil:

Controladora e Consolidado				
31/12/2025				
Ativos financeiros ao custo amortizado			1.987.499	
Depósitos voluntários no Banco Central (a)			6.916.172	
Reservas compulsórias - depósitos de poupança (b)			572.506	
Conta de pagamentos instantâneos - Conta PI (c)			1.663	
Crédito rural PROAGRO a receber			9.477.840	
Total circulante			9.477.840	

(a) Os depósitos voluntários referem-se a recursos da sua liquidez registrados na conta de Reservas Bancárias, de forma voluntária, conforme Resolução BCB nº 129/2021 e Comunicado nº 38.288/2022, com duração de um dia útil e remuneração diária definida pelo Banco Central do Brasil (BCB), no formato anual considerando-se 252 dias úteis. (b) Os depósitos de poupança referem-se aos valores de recolhimentos obrigatórios de Poupança Rural e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), em moeda nacional mantidas junto ao Banco Central. (c) Os pagamentos instantâneos referem-se aos valores recolhidos ao Banco Central para a conta de pagamentos instantâneos (Conta PI) para liquidar as operações do Pix, cuja conta passou a ser remunerada a partir de agosto de 2022, em atendimento a Resolução BCB nº 235/2022. Em 13 de maio de 2024, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução BCB nº 379, que estabeleceu a suspensão da exigibilidade do recolhimento de compulsório sobre recursos de poupança em função do estado de calamidade pública de que trata o Decreto Legislativo nº 36, de 7 de maio de 2024. Com isso, o Banco Sicredi deixou de recolher junto ao BACEN tais depósitos e direcionou parte destes recursos para as Cooperativas Singulares da região do Rio Grande do Sul por intermédio de aplicações em depósitos interfinanceiros (DI) e repasses interfinanceiros (operações de crédito). Em 2025, os saldos passaram a ser recolhidos de forma gradual.

8. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos: a) Composição da Carteira:

Controladora					Consolidado				
31/12/2025					31/12/2025				
Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Ativo financeiro custo amortizado									
Carteira própria									
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	676.520	676.520	-	-	-	676.520
Letras Financeiras Subordinadas	-	-	-	2.405.299	2.405.299	-	-	-	2.405.299
Provisão para perdas esperadas	-	-	-	(14.762)	(14.762)	-	-	-	(14.762)
Aplic. renda fixa exterior	-	-	670.322	-	670.322	-	-	670.322	-
Provisão para perdas esperadas	-	-	-	(421)	(421)	-	-	-	(421)
Vinculados a operações compromissadas									
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	19.349.298	19.349.298	-	-	-	19.349.298
Vinculados à prestação de garantias									
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	5.397.832	5.397.832	-	-	-	5.397.832
Total ativo financeiro custo amortizado	-	-	-	670.322	27.813.766	-	-	-	670.322
27.813.766	28.484.088				27.828.949	28.484.088			

Ativos financeiros a VJORA

Carteira própria									
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	180	180	-	-	-	180
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	2.763.062	2.763.062	-	-	-	2.763.062
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	10.465.122	10.465.122	-	-	-	10.465.122
Letras Financeiras - LF	-	-	-	74.149	90.575	-	-	-	74.149
Provisão para perdas esperadas	-	-	-	(2)	(13)	-	-	-	(13)

Vinculados a operações compromissadas

Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	2.034.690	2.034.690	-	-	-	2.034.690
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	6.498.470	6.498.470	-	-	-	6.498.470
Letras Financeiras - LF	-	-	-	9.448	26.283	-	-	-	9.448
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	14	14	-	-	-	14
Provisão para perdas esperadas	-	-	-	(4)	(4)	-	-	-	(4)

Total ativo financeiro a VJORA

25.872	21.852.507	21.878.379	25.874	21.852.522	21.878.379
--------	------------	------------	--------	------------	------------

Ativos financeiros a VJR

Carteira própria									
Fundos de investimento	-	-	-	-	324.199	-	-	-	324.199
Demais cotas de fundos	1.100	-	-	-	1.100	-	-	-	1.100
Participações em cooperativas	-	-	-	-	28	-	-	-	28
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	28	-	-	-	28
Futuros	-	-	-	-	83.310	-	-	-	83.310
Swap	-	-	-	-	83.310	-	-	-	83.310
NDF	-	-	-	-	2.024	-	-	-	2.024
Contratos de câmbio	-	-	-	-	2.545	-	-	-	2.545
Total ativo financeiro a VJR	1.100	2.026	89.989	139.600	232.715	325.327	2.026	89.989	139.600
556.942									

Total títulos e valores mobiliários

1.100	27.895	760.311	49.805.873	50.595.182	325.327	27.900	760.311	49.821.071	50.919.409
-------	--------	---------	------------	------------	---------	--------	---------	------------	------------

b) Classificação dos títulos e valores mobiliários: I. Mensurados ao Custo Amortizado:

Controladora e Consolidado				
31/12/2025				
Valor Contábil	Perda esperada	Valor líquido de perda esperada		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	25.423.650	-	25.423.650	
Letras financeiras subordinadas	2.405.299	(14.762)	2.390.537	
Aplicações de renda fixa no exterior	670.322	(421)	669.901	
Total 2025	28.499.271	(15.183)	28.484.088	

Controladora e Consolidado				
31/12/2025				
Saldo em 01/01/2025	Aquisição/(Liquidação)	Provisão líquida	Saldo em 31/12/2025	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	21.792.500	3.631.150	-	25.423.650
Letras financeiras subordinadas	2.142.475	262.824	(14.762)	2.390.537
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.218.289	(2.218.289)	-	-
Aplicações de renda fixa no exterior	604.741	65.581	(421)	669.901
Total 2025	26.758.005	1.741.266	(15.183)	28.484.088

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não ocorreu aumento significativo no risco de crédito nos títulos e valores mobiliários mensurados a custo amortizado que ensejaram na migração para os Estágios 2 ou Estágio 3. II. Mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes: A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes, formais, objetivos, verificáveis e transparentes.

Controladora e Consolidado				
31/12/2025				
Valor	Perda esperada	Valor líquido de perda esperada		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.034.870	-	2.034.870	
Letras do Tesouro Nacional - LTN	9.261.532	-	9.261.532	
Notas do Tesouro Nacional - NTN	10.465.136	-	10.465.136	
Letras Financeiras - LF	116.858	(17)	116.841	
Total 2025	21.878.396	(17)	21.878.379	

Controladora e Consolidado				
31/12/2025				
Saldo em 01/01/2025	Aquisição/(Liquidação)	Provisão líquida	Saldo em 31/12/2025	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.590.475	444.395	-	2.034.870
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.523.707	5.737.825	-	9.261.532
Notas do Tesouro Nacional - NTN	79.698	10.385.438	-	10.465.136
Letras Financeiras - LF	131.112	(14.254)	(17)	116.841
Total 2025	5.324.992	16.553.404	(17)	21.878.379

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não ocorreu aumento significativo no risco de crédito nos títulos e valores mobiliários mensurados a valor justo em outros resultados abrangentes que ensejaram na migração para os Estágios 2 ou Estágio 3.

III. Mensurados ao valor justo por meio do resultado:

Controladora				
31/12/2025				
Valor líquido de perda esperada				
Demais cotas de fundos			1.100	
Instrumentos financeiros derivativos			231.615	
Total 2025			232.715	

Controladora				
31/12/2025				
Saldo em 01/01/2025	Aquisição/(Liquidação)	Saldo em 31/12/2025		
Demais cotas de fundos	-	1.100	1.100	
Instrumentos financeiros derivativos	559.103	(327.488)	231.615	
Total 2025	559.103	(326.388)	232.715	

Ativos financeiros - Valor justo por meio do resultado

Demais cotas de fundos

Instrumentos financeiros derivativos

Total 2025

Ativos financeiros - Valor justo por meio do resultado

Demais cotas de fundos

Instrumentos financeiros derivativos

Total 2025

Ativos financeiros - Valor justo por meio do resultado

Fundos de investimento de renda fixa

Demais cotas de fundos

Participações em cooperativas

Instrumentos financeiros derivativos

Total 2025

Ativos financeiros - Valor justo por meio do resultado

Fundos de investimentos de renda fixa

Demais cotas de fundos

Participações em cooperativas

Instrumentos financeiros derivativos

Total 2025

Os ativos financeiros demonstrados na tabela acima, estão classificados a valor justo por meio do resultado em decorrência de falhare no teste de SPPJ.

IV. Resumo da carteira consolidada por categoria de mensuração:

Controladora					Consolidado				
31/12/2025					31/12/2025				
Valor contábil	Perda esperada	Valor contábil líquido	Valor contábil	Perda esperada	Valor contábil	Perda esperada	Valor contábil líquido	Valor contábil	Perda esperada
28.499.271	(15.183)	28.484.088	28.499.271	(15.183)	28.484.088		28.484.088		
21.878.396	(17)	21.878.379	21.878.396	(17)	21.878.379		21.878.379		
232.715	-	232.715	556.942	-	556.942		556.942		
Total 2025	50.610.382	(15.200)	50.595.182	50.934.609	(15.200)	50.919.409			

V. Hierarquia de Valor Justo: O Banco Sicredi classifica as mensurações a valor de mercado usando a hierarquia de valor justo, que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração.

Controladora e Consolidado				
31/12/2025				
Nível 1	Nível 2	Total		
Títulos e valores mobiliários				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.034.870	-	2.034.870	
Letras do Tesouro Nacional - LTN	9.261.532	-	9.261.532	
Notas do Tesouro Nacional - NTN	10.465.136	-	10.465.136	
Letras Financeiras - LF	-	116.841	116.841	
Total 2025	21.761.538	116.841	21.878.379	

Controladora				
31/12/2025				
Nível 1	Nível 2	Total		
Ativos financeiros - Valor justo por meio do resultado				
Demais cotas de fundos	1.100	-	1.100	
Instrumentos financeiros derivativos				
Futuros	83.310	-	83.310	
Swap	-	129.605	129.605	
NDF	-	16.155	16.155	
Contratos de câmbio	-	2.545	2.545	
Total 2025	84.410	148.305	232.715	

Controladora e Consolidado				
31/12/2025				
Nível 1	Nível 2	Total		
Ativos financeiros - Valor justo por meio do resultado				
Demais cotas de fundos	1.100	-	1.100	
Instrumentos financeiros derivativos				
Futuros	83.310	-	83.310	
Swap	-	129.605	129.605	
NDF	-	16.155	16.155	
Contratos de câmbio	-	2.545	2.545	
Total 2025	408.609	148.305	556.914	

Ativos financeiros - Valor justo por meio do resultado

Fundos de investimento de renda fixa

Demais cotas de fundos

Instrumentos financeiros derivativos

Futuros

Swap

NDF

→ continuação

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Os ajustes diários das operações de futuros são registrados em contas de ativo ou de passivo, dependendo da natureza do ajuste, e liquidados em D+1. O saldo contabilizado em 31 de dezembro de 2025, junto à conta "Negociação e intermediação de valores" no ativo é de R\$ 83.310 e no passivo é de R\$ 24.596 (no Banco e no consolidado). O resultado das operações com derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi negativo em R\$ 1.295.278. Em 31 de dezembro de 2025, o Banco mantinha títulos públicos federais dados em garantia para operações realizadas em bolsas, conforme exigência de margem de garantia pela B3 - Brasil, Bolsa, Balcão. O valor total registrado na posição patrimonial referente a esses ativos é de R\$ 2.742.048. O Banco Sicredi utiliza *Hedge Accounting* para parear perdas e ganhos de derivativos para *Hedge* (doravante instrumento) às perdas e ganhos de ativos e passivos que são itens objetos de *Hedge* (doravante objeto ou item), gerando benefício de previsibilidade e diminuição da volatilidade no balanço. A norma interna de *Hedge Accounting* estabelece as regras de utilização no Banco Sicredi, isto é, regras para alteração do reconhecimento do objeto e do instrumento de *Hedge* nas demonstrações financeiras. A seguir são apresentados os valores referenciais, objetos e instrumentos financeiros referente as operações classificadas como *Hedge accounting*. **Hedge de Valor Justo:** Tem como objetivo mitigar os efeitos de variações no valor de mercado, inclusive de câmbio, dos itens objeto de proteção. As variações nos preços dos derivativos utilizados para *Hedge* de risco de valor de mercado, bem como dos ativos ou passivos protegidos, são reconhecidas diretamente no resultado da instituição. Na data-base de 31 de dezembro de 2025, o Banco Sicredi mantinha três estratégias distintas de *Hedge* de valor justo: **I. Hedge de Risco de Taxa Prefixada:** Tem o objetivo de proteger ativos financeiros com taxa de remuneração ou pagamento prefixada, como títulos públicos federais e títulos privados, cujos valores justos estão sujeitos a oscilações em função das variações nas taxas de juros de mercado. Para essa finalidade, são utilizados contratos de futuros de DI como instrumentos de *Hedge*. Em 31 de dezembro de 2025, o Banco reclassificou do patrimônio líquido para o resultado do exercício um ganho não realizado de R\$ 260.703 referente ao ajuste da marcação a mercado sobre títulos classificados como Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA), tendo em vista a classificação desses objetos como *Hedge* de Risco de Mercado para fins de cumprimento das normas de *Hedge Accounting*. **II. Hedge de Risco Cambial:** Visa proteger captações em moeda estrangeira, especialmente em dólar, contra variações cambiais e de taxas de juros internacionais. A estrutura de risco das captações que o Banco se protege inclui combinações de variação cambial, taxa SOFR e taxa prefixada. Como instrumentos de *Hedge*, são utilizados contratos de swap de taxa de juros pré/pós-fixada. **III. Hedge de Risco de taxa de juros do portfólio:** Refere-se à proteção da carteira de repasses interfinanceiros em que as cooperativas do Sistema Sicredi são contrapartes, contratados a taxas prefixadas. Para mitigar o risco de descasamento entre os ativos e os passivos de funding (LF, CDB, CDI, LCA), decorrente da variação da expectativa de taxa de juros de referência dos depósitos interbancários brasileiros (CDI), o Banco utiliza contratos de DI Futuro como instrumentos de *Hedge*. Devido à natureza dinâmica da carteira de Repasses Interfinanceiros protegida, sujeita a pré-pagamentos e liberações de novas operações em diferentes momentos, a exposição ao risco de taxa de juros é monitorada continuamente. Sempre que necessário, os contratos de DI Futuro são reequilibrados para manter a efetividade da estratégia, conforme os parâmetros definidos na documentação do *Hedge*. De acordo com a sua estratégia de proteção do risco de taxas de juros, o Banco calcula o DV01 (Delta Value of a Basis Point - Valor Delta de um Ponto Base) da exposição e dos futuros, a fim de identificar a proporção ideal de cobertura e monitorar tempestivamente a relação de *Hedge*. A necessidade de compra ou venda de novos contratos de DI Futuro é avaliada diariamente, com o objetivo de contrabalançar as variações no valor de mercado do item protegido e assegurar a eficácia da estratégia. **Efetividade de Hedge de Valor Justo:** Para avaliar a eficácia e mensurar a efetividade das estratégias, o Banco adota o método Dollar Offset, cuja análise é realizada mensalmente. Esse método consiste na comparação entre a variação no valor justo do instrumento de *Hedge* e a variação no valor justo do item objeto da proteção, ambas atribuídas ao risco coberto, como a variação nas taxas de juros ou de câmbio. O teste de efetividade busca verificar se as alterações no valor de mercado ou nos fluxos de caixa do instrumento de *Hedge* compensam as variações correspondentes no item objeto. Essa relação é expressa por meio do índice de *Hedge*, que representa a razão entre essas variações. Para que a relação de *Hedge* seja considerada efetiva, esse índice deve permanecer dentro do intervalo de 80% a 125%, conforme estabelecido na documentação da estratégia e com base na Circular nº 3.082/2002 do Bacen.

Controladora e Consolidado						
Estratégia	31/12/2025					
Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento			
		Valor referencial	Valor de mercado	Ajuste de valor justo	Valor referencial	Ajuste de valor justo
Risco de Taxa Prefixada (1)	Futuros de DI	19.381.785	19.642.488	260.703	17.912.179	—
		1.257.640	1.262.447	4.807	1.261.164	—
		Valor referencial	Valor de mercado	Ajuste de valor justo	Valor de mercado	Ajuste de valor justo
Risco Cambial (2)	SWAP de taxa pós fixada	3.965.700	3.913.613	151.009	3.965.700	151.009
		Valor referencial	Valor de mercado	Ajuste de valor justo	Valor de mercado	Ajuste de valor justo
		(4.561.784)	(3.678.441)	63.802	4.576.500	3.689.368
Risco de Taxa de Juros do Portfólio (3)	Futuros de DI	797.504	672.249	(7.550)	(816.100)	(689.946)
		(4.561.784)	(3.678.441)	63.802	4.576.500	3.689.368
		15.195.148	12.522.602	(26.000)	(15.485.300)	(12.891.851)
Carteira de outras fontes - Ativo	Depósito interfinanceiro	865.095	484.024	(28.928)	(865.000)	(484.096)
		Valor referencial	Valor de mercado	Ajuste de valor justo	Valor de mercado	Ajuste de valor justo
		15.195.148	12.522.602	(26.000)	(15.485.300)	(12.891.851)

(1) Os objetos protegidos (títulos públicos federais e títulos privados) possuem remuneração prefixada, estando sujeitos à variação nas taxas de juros de mercado. (2) As captações protegidas são denominadas em dólar, com estrutura de risco composta por variação cambial (USD/BRL), taxa SOFR e taxa de juros prefixada. Os SWAPs convertem essa exposição cambial e taxa de juros internacional em uma taxa pós-fixada (CDI). (3) A exposição está relacionada à variação da expectativa da taxa CDI, considerando o descasamento entre ativos prefixados (repasses interfinanceiros) e passivos com diferentes indexadores (LF, CDB, CDI, LCA). **Hedge de Fluxo de Caixa:** O *Hedge* de fluxo de caixa tem como objetivo mitigar os efeitos de variações nos fluxos de caixa futuros da instituição, relacionados a exposições a riscos de taxas de juros e de câmbio. Nessa modalidade, a parcela efetiva da variação no valor justo dos instrumentos de *Hedge* é registrada em conta destacada no patrimônio líquido, sendo reclassificada para o resultado à medida que os fluxos de caixa protegidos são realizados. Na data-base de 31 de dezembro de 2025, o Banco Sicredi mantinha duas estratégias de *Hedge* de fluxo de caixa: **I. Hedge de Risco de Taxa Prefixada:** Essa estratégia visa proteger os fluxos de caixa futuros relacionados a captações em dólar com remuneração flutuante atrelada à taxa SOFR 6M + spread. A exposição decorre da incerteza quanto à variação dessa taxa ao longo do tempo, impactando os pagamentos de juros futuros. Os instrumentos de *Hedge* (proteção) são contratos de swap negociados em balcão com a ponta ativa pós-fixada em SOFR 6M + Spread em dólar e a ponta passiva prefixada em dólar. A conversão do fluxo de caixa flutuante para uma taxa prefixada ocorre por meio da ponta passiva dos swaps, resultando em um pagamento fixo na data de vencimento das operações e reduzindo a volatilidade dos fluxos de caixa. **II. Hedge de Risco de variação cambial:** Essa estratégia protege uma parcela da margem comercial formada entre operações de crédito ativas e repasses contratados junto ao BNDES, ambos indexados ao dólar. Essa margem é impactada pela variação cambial entre os fluxos de receitas e despesas denominadas na mesma moeda. Os objetos de *Hedge* (itens protegidos) correspondem a uma parcela dos fluxos de caixa futuros da margem comercial, definida pela diferença entre a taxa de juros da carteira de crédito ativa em dólar e a taxa de juros dos repasses contratados junto ao BNDES por meio do produto TFBD - Taxa Fixa BNDES em dólar. Os instrumentos de *Hedge* (proteção) são contratos de termo de moeda (NDFs), negociados em balcão, que convertem a exposição cambial da margem comercial em uma posição prefixada. A ponta contratada dos NDFs fixa a taxa de câmbio futura, reduzindo a incerteza sobre os fluxos de caixa da operação como um todo. **Efetividade de Hedge de Fluxo de Caixa:** A relação de *Hedge* é designada conforme os critérios estabelecidos pela Circular BCB nº 3.082/2002, sendo avaliada quanto à sua efetividade por meio do método do Derivativo Hipotético. Esse método consiste em comparar a variação no valor justo do instrumento de *Hedge* com a variação de um derivativo hipotético que teria características idênticas às do item objeto da proteção. A parcela efetiva da variação no valor justo dos instrumentos de *Hedge* é reconhecida em outros resultados abrangentes, compondo uma conta específica no patrimônio líquido. À medida que os fluxos de caixa protegidos se realizam, os valores acumulados nessa conta são reclassificados para o resultado, refletindo os efeitos econômicos da proteção.

Controladora e Consolidado						
Estratégia	31/12/2025					
Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumentos de Hedge			
		Valor referencial	Valor de mercado	Valor de mercado	Ajuste de valor justo no PL	
Risco de Taxa Prefixada (1)	Captação em dólar taxa pré + pós	312.752	312.752	3.961	3.840	
		Valor referencial	Valor de mercado	Valor de mercado	Ajuste de valor justo no PL	
		119.762	119.762	7.233	5.316	
Risco Cambial (2)	Fluxos de caixa futuros da carteira ativa e repasses BNDES (TFBD), ambos em dólar.	119.762	119.762	7.233	5.316	
		Valor referencial	Valor de mercado	Valor de mercado	Ajuste de valor justo no PL	
		119.762	119.762	7.233	5.316	
(1) As captações protegidas são denominadas em dólar, com indexação à variação cambial (USD/BRL), à taxa SOFR semestral e a uma taxa de juros prefixada. Os swaps utilizados possuem estrutura que converte essa exposição em uma taxa prefixada em dólar. (2) Os fluxos de caixa protegidos são denominados em dólar, com exposição à variação cambial (USD/BRL). Os NDFs utilizados fixam a taxa de câmbio futura, convertendo a exposição cambial da margem comercial em uma taxa prefixada.	NDFs para fixar a taxa de câmbio e proteger a margem cambial	119.762	119.762	7.233	5.316	
		Valor referencial	Valor de mercado	Valor de mercado	Ajuste de valor justo no PL	
		119.762	119.762	7.233	5.316	

9. Repasse interfinanceiros, operações de crédito e provisão para perdas esperadas:

Controladora e Consolidado					
31/12/2025					
A vencer					
Vencidos a partir de 15 dias	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total da carteira	
Ativos financeiros ao custo amortizado					
Repasses interfinanceiros de recursos do crédito rural e outros recursos (a)					
Provisão para perdas incorridas e esperadas					
Subtotal - Repasses Interfinanceiros, líquido de Perda de Crédito Esperada					
Operações de crédito					
Empréstimos e títulos descontados					
Financiamentos					
Financiamentos rurais e agroindustriais					
Financiamentos imobiliários					
Provisão para perdas incorridas e esperadas					
Subtotal - Operações de crédito, líquido de Perda Incorrida e Esperada					
Outros ativos financeiros					
Adiantamentos sobre contratos de câmbio					
Títulos com característica de concessão de crédito					
Provisão para perdas incorridas e esperadas					
Subtotal - Outros ativos financeiros, líquido de Perda de Crédito Esperada					
Total Bruto - 2025					
Total circulante					
Total não circulante					
Total Provisão para perdas incorridas e esperadas					
Total da carteira líquida de provisão					

(a) Os valores apresentados incluem os efeitos do ajuste de marcação a mercado relacionados as carteiras de crédito, objeto de *Hedge Accounting*, que são estratégias de proteção de risco de mercado de portfólios de repasse para as Cooperativas.

Controladora e Consolidado					
31/12/2025					
Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total da carteira		
Ativos financeiros ao custo amortizado					
Repasses Interfinanceiros					
Provisão para perdas incorridas e esperadas					
Subtotal - Repasses Interfinanceiros, líquido de Perda de Crédito Esperada					
Operações de crédito					
Empréstimos e títulos descontados					
Financiamentos					
Financiamentos rurais e agroindustriais					
Financiamentos imobiliários					
Provisão para perdas incorridas e esperadas					
Subtotal - Operações de crédito, líquido de Perda de Crédito Incorrida e Esperada					
Outros ativos financeiros					
Adiantamentos sobre contratos de câmbio					
Títulos com característica de concessão de crédito					
Provisão para perdas incorridas e esperadas					
Subtotal - Outros ativos financeiros, líquido de Perda de Crédito Esperada					
Total Bruto 2025					
Total Provisão para perdas incorridas e esperadas					
Total da carteira de crédito líquida de provisão					

Controladora e Consolidado						
31/12/2025						
c) Movimentação da provisão para perdas esperadas:						
Saldo em 31/12/2024						
Ajuste de transição Res. 4.966 - reversão de provisão						
Reversão de provisão						
Subtotal						
Créditos baixados para compensado						
Saldo final						
d) Concentração das operações: i) Maiores devedores:						
10 maiores devedores						
50 maiores devedores						
100 maiores devedores						
Demais						
Total - 2025						
ii) Perfil de atividade:						
Controladora e Consolidado						
31/12/2025						
Vencidas a partir de 15 dias	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	%	
Pessoa Jurídica	1.497	8.618.485	38.417.814	45.083.129	92.120.925	71.74
Pessoa Física - Urbano	535	249.109	664.678	3.360.676	4.274.998	3.33
Pessoa Física - Agro	1.657	1.223.977	6.502.730	24.285.698	32.014.062	24.93
Total - 2025	3.689	10.091.571	45.585.222	72.729.503	128.409.985	100

Controladora e Consolidado							
31/12/2025							
Saldo em 01/01/2025	Transferência p/Estágio 2	Transferência p/Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Aquisição/ (Liquidação) do estágio 1	Saldo final em 31/12/2025	
Estágio 1							
Repasses Interfinanceiros							
Repasses Interfinanceiros							
Operações de crédito							
Empréstimos e títulos descontados							
Financiamentos							
Financiamentos rurais e agroindustriais							
Financiamentos imobiliários							
Outros ativos financeiros							
Adiantamentos sobre contratos de câmbio							
Títulos com característica de concessão de crédito							
Total - 2025							

Controladora e Consolidado							
31/12/2025							
Saldo em 01/01/2025	Transferência p/Estágio 1	Transferência p/Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Aquisição/ (Liquidação)	Saldo final em 31/12/2025	
Estágio 2							
Operações de crédito							
Empréstimos e títulos descontados							
Financiamentos							
Financiamentos rurais e agroindustriais							
Financiamentos imobiliários							
Total - 2025							

||
||
||

–★ continuação

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

g) Resultado com operações de crédito e repasses interfinanceiros:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	
Repasses interfinanceiros	8.639.384	
Empréstimos	1.079.318	
Financiamentos	505.390	
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.757.713	
Financiamentos habitacionais	202.063	
Outros	4.216	
Subtotal	12.188.084	
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	2.067	
Total	12.190.151	

Conforme requisitos determinados pela Resolução BCB 352/23, o Banco optou em utilizar para fins de taxa efetiva de juros a "metodologia diferenciada proporcional" para operações de crédito. Foram considerados como custos da transação elegíveis os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, das operações de crédito. No exercício findo de 31 de dezembro de 2025, as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo totalizaram o montante de R\$ 2.067 e foram registradas como "Receitas da intermediação financeira - Operações de crédito e repasses interfinanceiros". Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2025, não foram realizadas renegociações de operações de crédito.

10. Outros ativos financeiros:

Outros Ativos financeiros ao Custo Amortizado

Operações com cartões (a)	
Adiantamento de contrato de câmbio	
Rendas a receber	
Serviços prestados a receber	
Títulos com característica de concessão de crédito	
Devedores por convênios	
Transações de pagamento (b)	
Total circulante	
Adiantamento de contrato de câmbio	
Títulos com característica de concessão de crédito	
Devedores por depósitos em garantia	
Total não circulante	
Provisão para perdas esperadas	
Total Líquido 2025	

(a) As operações com cartões referem-se aos saldos que o Banco tem a receber das Cooperativas, sendo o montante composto por: (i) valores da agenda financeira da emissão, que compreendem transações de compras e saques efetuados por nossos Associados e provisionados para pagamento às bandeiras e (ii) valores do produto aceitação, que se referem a saldos a receber no processo de pagamento dos custos da credenciadora, tais como tarifas de bandeiras, custos de processamento e aluguéis das máquinas de cartões. (b) As transações de pagamento referem-se a valores a receber dos emissores sobre a intermediação de operações realizados com cartões de crédito e de débito.

11. Outros ativos:

Despesas antecipadas (a)	
Impostos e contribuições a compensar	
Valores a regularizar	
Adiantamentos e antecipações salariais	
Adiantamentos para pagamentos por conta da instituição	
Compensação interna	
Antecipação de despesas a diferir - CPC 47 (b)	
Valores a receber empresas do sistema (c)	
Portabilidade de crédito ativa	
Ressarcimentos diversos	
Outros	
Total circulante	
Despesas antecipadas (a)	
Antecipação de despesas a diferir - CPC 47 (b)	
Total não circulante	
Total	

(a) Despesas antecipadas referem-se aos valores da apropriação dos custos de transação das operações de captações internacionais e demais despesas diversas. (b) Em conformidade com o CPC 47, todos os pagamentos efetuados às Cooperativas Singulares relacionados ao repasse de taxa de administração antecipada, referente à venda de cotas de consórcio, bem como à comissão antecipada relativa à venda de seguros, passam a ser registrados no ativo. Tais valores são atualizados mensalmente, de acordo com sua competência de reconhecimento, sendo realizados novos diferimentos e a baixa daqueles montantes à medida que são apropriados ao resultado como despesa, conforme o cumprimento das respectivas obrigações de desempenho. (c) Valores a receber empresas do Sistema referem-se às despesas administrativas e demais despesas diversas pagas pelo Banco e cobradas posteriormente.

12. Participações em controladas no País: Apresentamos abaixo os investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas controladas Corretora de Seguros Sicredi Ltda. (Corretora de Seguros), Administradora de Bens Sicredi Ltda. (Administradora de Bens) e Administradora de Consórcios Sicredi Ltda. (Administradora de Consórcios):

	Controladora			
	Corretora de Seguros	Administradora de Bens	Administradora de Consórcios	Total
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
Número de quotas possuídas	400	49.276	134.987	
Percentual de participação	100,00	99,98	99,99	
Capital social	400	49.286	135.000	
Patrimônio líquido	41.736	53.674	174.721	
Lucro líquido do período	6.426	214	15.870	
Valor do investimento	41.736	53.664	174.703	270.103
Equivalência patrimonial	6.426	214	15.868	22.508

13. Imobilizado de uso:

	Controladora									
	Taxas anuais de depre./ amort. %	Saldo no início do período	Aquisição	Baixa	(a) Custo corrigido 31/12/2025	Depre/Amort no início do período	Depreciação/ Amortização	Baixa Depre/ Amort 31/12/2025	(b) Depre/ Amort 31/12/2025	(a) + (b) Líquido 31/12/2025
Imobilizado de uso		25.022	1.156	(1.280)	24.898	(9.266)	(2.099)	1.001	(10.364)	14.534
Terrenos	–	5.676	50	–	5.726	–	(553)	–	(553)	5.173
Edificações	4	6.687	48	–	6.735	(2.669)	(120)	–	(2.789)	3.946
Móveis e utensílios e inst.	10	6.049	396	–	6.445	(2.602)	(578)	–	(3.180)	3.265
Equipamentos de informática e sistemas de processamento	20	3.593	364	(27)	3.930	(2.669)	(580)	23	(3.226)	704
Sistemas de transporte	20	2.153	221	(1.253)	1.121	(999)	(264)	978	(285)	836
Outras imobilizações	10	864	–	–	864	(327)	(4)	–	(331)	533
Imob. em andamento	–	–	77	–	77	–	–	–	–	77
Intangível	20	3.619	–	–	3.619	(3.619)	–	–	(3.619)	–
Total		28.641	1.156	(1.280)	28.517	(12.885)	(2.099)	1.001	(13.983)	14.534

	Consolidado									
	Taxas anuais de depre./ amort. %	Saldo no início do período	Aquisição	Baixa	Trans-fer. 31/12/2025	(a) Custo corrigido 31/12/2025	Depre/Amort no início do período	Depreciação/ Amortização	Baixa Depre/ Amort 31/12/2025	(b) Depre/ Amort 31/12/2025
Imobilizado de uso		116.451	4.030	(1.301)	–	119.180	(46.433)	(5.538)	1.001	(50.970)
Terrenos	–	12.143	50	–	–	12.193	–	(553)	–	(553)
Edificações	4	53.517	654	(21)	1.588	55.738	(16.490)	(1.136)	–	(17.626)
Móveis e utensílios e inst.	10	36.791	978	–	590	38.359	(23.659)	(2.734)	–	(26.393)
Equipamentos de informática e sistemas de processamento	20	5.871	512	(27)	–	6.356	(4.501)	(758)	23	(5.236)
Sistemas de transporte	20	2.185	221	(1.253)	–	1.153	(1.031)	(264)	978	(317)
Outras imobilizações	10	1.122	–	–	–	1.122	(752)	(93)	–	(845)
Imob. em andamento	–	4.822	1.615	–	(2.178)	4.259	–	–	–	–
Intangível	20	3.642	–	–	–	3.642	(3.642)	–	–	(3.642)
Total		120.093	4.030	(1.301)	–	122.822	(50.075)	(5.538)	1.001	(54.612)

14. Depósitos e captações no mercado aberto: Apresentamos, a seguir, os depósitos e captações por faixa de vencimento:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2025				31/12/2025			
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos	43.253.179	11.930.178	13.598.303	68.781.660	68.769.084			
Depósitos à vista	118.161	–	–	118.161	105.585			
Depósitos de poupança	34.279.912	–	–	34.279.912	34.279.912			
Depósitos interfinanceiros	714.826	11.886.295	13.456.128	26.057.249	26.057.249			
Depósitos a prazo	8.139.932	43.883	142.175	8.325.990	8.325.990			
Outros depósitos	348	–	–	348	348			
Captações no mercado aberto	21.263	–	27.761.475	27.782.738	27.782.738			
Carteira própria	21.263	–	27.761.475	27.782.738	27.782.738			
Total - 2025	43.274.442	11.930.178	41.359.778	96.564.398	96.551.822			
Total circulante				55.204.620	55.192.044			
Total não circulante				41.359.778	41.359.778			

15. Recursos de aceites e emissão de títulos:

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2025			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Recursos de letras de crédito do agronegócio	4.483.039	19.602.127	15.072.006	39.157.172
Obrigações por emissão de letras financeiras	1.167.195	1.593.148	4.603.157	7.363.500
Total - 2025	5.650.234	21.195.275	19.675.163	46.520.672
Total circulante				26.845.509
Total não circulante				19.675.163

16. Obrigações por empréstimos e repasses:

Obrigações por empréstimos	
Empréstimos no País - Instituições Oficiais	
Empréstimos no País	
Empréstimos no exterior (a)	
Obrigações por repasses no País - Instituições oficiais	
Tesouro Nacional	
Banco do Brasil	
BNDES	
FINAME	
FNO Banco da Amazônia	
FINEP	
Total - 2025	

Total circulante

Total não circulante

(a) Os empréstimos no exterior são representados por recursos captados em moeda estrangeira com vencimento até setembro de 2031. Alguns contratos de captação possuem cláusulas restritivas de dívida (*covenants*). Em 31 de dezembro de 2025, o Banco está em conformidade com as cláusulas dos referidos contratos.

As obrigações por repasses no País - Instituições oficiais, representam principalmente captações junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. As operações contratadas, observadas as características de cada programa, possuem vencimentos mensais, trimestrais, semestrais e anuais até o ano de 2035. Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. No terceiro trimestre de 2025 o Banco Sicredi realizou uma captação no exterior de até US\$ 250 milhões junto ao *International Finance Corporation* (IFC), membro do Grupo Banco Mundial, para ampliar o acesso ao financiamento para Micro e Pequenas Empresas (MPEs) no Brasil, com foco em negócios liderados por mulheres e comunidades desassistidas na Amazônia Legal. A operação incluiu um empréstimo direto de US\$ 100 milhões, sendo 80% do investimento alocados para MPEs lideradas por mulheres no Brasil e 20% para MPEs atuando especificamente na Amazônia Legal.

17. Outros passivos financeiros:

Recebimentos e pagamentos a liquidar	
Transações de pagamento (a)	
Negociação e intermediação de valores	
Transações com cartões (b)	
Carteira de câmbio	
Dívida subordinada	
Total circulante	
Instrumentos híbridos de capital e dívida	
Dívida subordinada	
Total não circulante	

Total

(a) Transações de pagamento referem-se aos pagamentos que serão realizados aos credenciadores, relativos à agenda financeira da emissão de cartões. (b) Transações com cartões referem-se aos pagamentos que serão realizados aos estabelecimentos comerciais e demais parceiros, relativos à agenda financeira da aquisição (líquido dos valores antecipados à pedido dos estabelecimentos), bem como eventuais saldos da agenda de emissão aguardando liquidação pela bandeira.

a) **Instrumentos híbridos de capital e dívida:** Em 03 de janeiro de 2014, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/13, revogada e substituída pela Resolução CMN nº 4.955/21, o Banco efetuou operação de captação junto às Cooperativas Centrais no montante de R\$ 134.539, através da emissão de Letras Financeiras Subordinadas Perpétuas (elegíveis a Capital Complementar Autorizado), com a finalidade de sua elegibilidade como "Instrumento Híbrido de Capital e Dívida", em substituição aos Recibos de Depósito Bancário - RDB emitidos em 2005. A operação foi contratada sem prazo de vencimento e com remuneração atrelada à 100% da Taxa DI expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela B3. Os recursos captados poderão ser usados para absorção de eventuais prejuízos. Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.955/21, o Banco Sicredi emitiu Letras Financeiras Subordinadas Perpétuas (elegíveis a Capital Complementar) e nas seguintes ocasiões: em 14 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 750.000, com remuneração atrelada à 100% do CDI + 3,6% ao ano e em 21 de agosto de 2024 no total de R\$ 600.000, com remuneração atrelada à 100% do CDI + 2,54% ao ano. Ao longo do ano de 2025, foi emitido o montante total de R\$ 875.000, com remuneração atrelada à 100% do CDI + 1,9% ao ano, o qual foi realizado em dois momentos: em 19 de fevereiro de 2025, no montante de R\$ 550.000, e em 20 de agosto de 2025 no montante de R\$ 325.000. Estas operações foram adquiridas pelas Cooperativas Centrais e não possuem prazo de vencimento. As captações totalizam o montante de R\$ 2.359.539 e encontram-se distribuídas entre as Centrais da seguinte forma:

	Controladora e Consolidado			
	Valor inicial da aplicação	Rendimentos/Juros Pagos	31/12/2025	
03/01/2014	134.539			
14/12/2023	750.000			
21/08/2024	600.000			
19/02/2025	550.000			
20/08/2025	325.000			
Total não circulante	2.359.539			

Data de emissão da operação

03/01/2014
14/12/2023
21/08/2024
19/02/2025
20/08/2025

Total não circulante

Central

Central Sicredi Sul/Sudeste	
Central Sicredi Nordeste	
Central Sicredi PR/SP/RJ	
Central Sicredi Centro Norte	
Central Sicredi Brasil Central	
Total não circulante	

b) **Dívida subordinada:** Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.955/2021, o Banco possui Letras Financeiras Subordinadas (LFSN) emitidas no valor de R\$ 979.700, com vencimento até 2035. Em janeiro de 2022, o Banco realizou a emissão de Green Bond Subordinado no valor de US\$ 100 milhões junto ao BID Invest, membro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinado em sua integralidade para o financiamento de projetos de energia renovável e eficiência energética junto aos associados do Sicredi. O valor captado em reais, equivalente a R\$ 549.780, possui vencimento até 2035 (principal) e pagamento de juros semestrais. Em 31 de dezembro de 2025, o valor total atualizado destes instrumentos de dívida subordinada é de R\$ 1.933.365.

Instrumentos de dívida subordinada

Total não circulante

18. **Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas:** O Banco é parte em processos judiciais dos quais seus assessores jurídicos classificam como risco de perda provável, sendo que os valores estimados e suas respectivas provisões estão registrados na rubrica "Provisão para riscos cíveis, tributário e trabalhistas" e demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Natureza		
Trabalhista	13.625	13.625
Cível	427	472
Total não circulante	14.052	14.097

Em 31 de dezembro de 2025, o Banco possuía também processos cíveis, trabalhistas e tributários cuja probabilidade de perda é possível na Controladora no montante de R\$ 70.025 e no Consolidado no montante de R\$ 83.127. Nas ações avaliadas como risco possível, destacamos a ação cível de indenização de danos morais no valor de R\$ 59.250 movida contra o Banco Sicredi referentes ao Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal. A movimentação da provisão para riscos cíveis e trabalhistas é como segue:

	Controladora			
	31/12/2024	Aumento	Provisão	31/12/2025
Natureza				
Trabalhista	15.682	2.342	(4.400)	13.624
Cível	10.935	2.897	(13.404)	428
Total não circulante	26.617	5.239	(17.804)	14.052

Em 31 de dezembro de 2025, os depósitos judiciais relacionados aos riscos supracitados contemplam o montante de R\$ 19.466 na Controladora e de R\$ 19.945 no Consolidado.

19. Provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros:

a) Composição da carteira:

Provisões para garantias financeiras prestadas	
Provisões para compromissos de Crédito	
Total	

b) Movimentação das provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros:

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2025			
Saldo Inicial em 01/01/2025				4.432
Ajuste de transição Res. 4.966 - Reversão de provisão				(2.896)
Subtotal				1.536
(Provisões) para perdas esperadas de garantias financeiras prestadas e outros compromissos				1.581
Total				3.117

20. Outros passivos:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados (a)	6.687	6.687
Obrigações com Operações no Exterior	179.966	178.887
Credores imobiliários	135.901	135.901
Dividendos a pagar	105.259	105.259
Fiscais e previdenciárias	29.817	51.265
Valores a regularizar	37.475	39.100
Provisão para incentivos promocionais	69.458	85.108
Obrigações por convênios oficiais (b)	56.487	56.487
Provisão para pagamentos a efetuar	112.379	112.380
Provisão folha de pagamento	51.744	52.823
Contas a pagar - empresas do grupo (c)	191.223	311.701
Receitas diferidas (d)	–	119.280
Carteira BNDES	793	793
Credores diversos	161.502	163.765
Demais fornecedores (e)	74.627	80.955
Total circulante	1.213.318	1.500.391
Receitas diferidas (d)	–	431.513
Total não circulante	–	431.513
Total	1.213.318	1.931.904

continua –★

→ continuação

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

29. Outras despesas operacionais:

Tarifa benefício INSS
Convênio - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Descontos concedidos em renegociações
Provisão para passivos contingentes
Ressarcimento - RCO
Perdas operacionais
Despesas com processos judiciais
Despesas com processos de transações de pagamento
Contribuições ao SFG (a)
Outras despesas operacionais
Total

(a) No segundo semestre de 2025, foi proposta e aprovada pelo Conselho de Administração (CAD) do Banco Sicredi uma contribuição extraordinária no valor de R\$ 77.460, destinada à recomposição do Fundo Garantidor Nacional (FGN), gerido pela Sicredi Fundos Garantidores (SFG), que tem o objetivo de fortalecer financeiramente as cooperativas do Sicredi.

30. Estrutura de gerenciamento de risco e de capital: O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. A estrutura centralizada conta com Comitê de Riscos e de Capital e Comitê de Auditoria Estatutário, com a participação de membros independentes nos mesmos, conforme exigências regulatórias e melhores práticas, os quais atuam como órgãos de assessoramento ao Conselho de Administração. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, o de Continuidade de Negócios, de Mercado, de Variações de Taxas de Juros, de Liquidez, de Crédito, Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos, Risco de Conformidade e Risco de Segurança da Informação, cujos principais aspectos são apresentados a seguir: **I - Estrutura de Gerenciamento de Capital:** Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de: • Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição; • Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a Instituição está sujeita; • Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. O gerenciamento de capital do Banco Cooperativo Sicredi é realizado através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Banco, sendo esta estrutura responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam na gestão do capital. Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes. Os processos para o gerenciamento de capital do Banco Cooperativo Sicredi incluem: • Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital; • Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente; • Plano de Capital consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos; • Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital; • Avaliação da adequação de capital realizada através do relatório ICAAP; • Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração; • Plano de contingência de capital estabelecendo estratégias e procedimentos, definidos e documentados, para enfrentar situações de estresse. **II - Risco Operacional:** O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades têm como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas: • Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados a toda instituição; • Identificação e análise, avaliação e resposta, monitoramento e reporte dos riscos operacionais; • Identificação, registro e tratamento de eventos de risco operacional; • Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional aos fóruns de governança; • Disseminação da cultura de gerenciamento de riscos a toda organização; • Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional; • Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade. • Gerenciamento do risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição. **III - Risco de Continuidade de Negócios:** Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é a capacidade da organização de continuar a entrega de produtos e/ou serviços em nível aceitável previamente definido, após incidentes de interrupção. O Sicredi possui uma estrutura para responder de forma adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os serviços mais críticos das entidades centralizadoras do Sistema, no caso de ocorrência de eventos que provoquem a interrupção dos seus serviços, preservando, assim, os interesses de todas as partes envolvidas. Através de uma Análise de Impacto ao Negócios (BIA) são identificados os serviços considerados críticos, bem como suas dependências na visão de Serviço de TI e Terceiros que suportam estes serviços. A partir desta análise é possível definir as estratégias e respectivos planos de contingência, principais processos de negócios da instituição bem como os serviços de TI que suportam esses processos e, assim, são definidas as estratégias de continuidade dos negócios adotadas. Estão previstos na Política de Gestão Integrada de Riscos e prevista na Norma de Continuidade de Negócios do Sicredi, os princípios básicos e a estrutura necessária para garantir a resposta adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os serviços e processos mais críticos das entidades. O sistema de Gestão de Continuidade de negócios estruturado no Sicredi contempla: • Norma de Gestão de Continuidade de negócios; • Análise de impacto de negócio - BIAs; • Estratégias de recuperação de desastre de TI na visão de negócio; • Planos de continuidade operacional; • Planos de substituição de empresas terceiras. Por fim, a estrutura centralizada do Sicredi disponibiliza, através da Norma Sistemática de Continuidade de Negócios, para todas as suas cooperativas algumas recomendações para aumento da resiliência de seus serviços, orientando a criação de Análises de Impacto ao Negócio e Planos de Continuidade. **IV - Risco de Mercado:** Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities). O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado. Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema. Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem: • Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações; • Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição; • Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital; • Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas; • Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema. **V - Risco de Variação das Taxas de Juros em Instrumentos Classificados na Carteira Bancária (IRRBB):** O IRRBB é o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros nos resultados ou no valor econômico da instituição, resultante dos instrumentos classificados na carteira bancária. O gerenciamento de risco de IRRBB das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de IRRBB. Para a mensuração e controle desse risco no Sicredi, utiliza-se as abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII). O Sistema Sicredi define as regras para o cálculo do risco de variação da taxa de juros das operações em linha com as práticas de mercado e com as exigências da regulamentação vigente. Os processos para o gerenciamento do risco de IRRBB do Sistema Sicredi incluem: • Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de IRRBB em níveis considerados aceitáveis pela Instituição; • Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de IRRBB da Instituição em relação ao seu capital; • Definição das metodologias de risco de IRRBB a serem aplicadas; • Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de IRRBB das instituições do Sistema. **VI - Risco de Liquidez:** O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como: • A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e • A possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez. Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema. Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem: • Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo; • O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição; • Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento; • Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez; • Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo. **VII - Risco de Crédito:** A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras. No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelos colegiados locais. Os processos e políticas de riscos de crédito são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado e ao apetite a risco do sistema, aprovadas pelas alçadas competentes do sistema. O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito de cada entidade do Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de contraparte de todas as empresas do Sicredi. As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites preestabelecidos sistemicamente. **VIII - Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos:** Os riscos sociais, ambientais e climáticos são definidos pela possibilidade de ocorrência de perdas para as instituições financeiras decorrentes de danos sociais, ambientais e climáticos. Além disso, está envolvido indiretamente com uma série de outros riscos, podendo gerar tanto impactos financeiros, como legais e de reputação. No Sicredi, o gerenciamento é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas para o gerenciamento dos riscos sociais, ambientais e climáticos são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do sistema. Os processos para o gerenciamento dos riscos sociais, ambientais e climáticos do sistema Sicredi incluem: • Normatização interna contendo regras, metodologias e responsabilidades quanto ao gerenciamento do tema; • Monitoramento de delimitações e vedações de exposições sujeitas aos riscos sociais, ambientais e climáticos, aderentes ao apetite a risco do sistema; • Coleta e utilização de dados para mensuração, classificação e avaliação dos riscos sociais, ambientais e climáticos nas operações; • Realização periódica de testes de estresse para cenário de riscos sociais, ambientais e climáticos; • Interlocução e reporte para órgãos ambientais, federações, parceiros de negócio e fóruns de governança; • Evolução constante da estratégia no tema, visando ao alinhamento com as técnicas e tecnologias de mercado, bem como as expectativas das partes interessadas.

IX - Risco de Conformidade: O risco de conformidade é definido como a possibilidade de ocorrência de sanções, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de normativos externos (leis e regulamentações), das recomendações dos órgãos reguladores, dos códigos de autorregulação aplicáveis assim como dos normativos oficiais internos. A gestão do risco de conformidade, no âmbito do Sicredi está sob responsabilidade da Superintendência de Compliance, estrutura integrante do Banco Cooperativo Sicredi S.A., que, para o acompanhamento sistêmico, oferece suporte e informações, tanto às áreas das empresas do Centro Administrativo quanto às Cooperativas Centrais e Singulares, no que tange ao processo de conformidade e o gerenciamento do risco de conformidade. A função de conformidade é desempenhada no desenvolvimento e execução do Programa de Compliance, estruturado nos pilares de: (i) Prevenção, (ii) Detecção e (iii) Correção. Os processos para gerenciamento do risco de conformidade incluem: • Identificação dos riscos de conformidade da instituição; • Comunicação, capacitação e treinamento de todos os níveis da Entidade para gerenciar adequadamente os riscos de conformidade e cumprir as exigências legais e (auto)regulatórias; • Acompanhamento e monitoramento de processos relevantes, das ações adotadas para mitigar os riscos de conformidade e corrigir deficiências, no intuito de promover a conformidade. • Reporte das adequações relevantes e novas medidas para mitigação de riscos, bem como não conformidades identificadas; • Identificação de ações e/ou processos associados aos principais riscos, que precisam ser revisados, atualizados ou implementados, buscando a efetividade do Programa de Compliance como um todo; • Tratamento para os não cumprimentos identificados bem como desenvolvimento de ações para conscientização, buscando evitar a reincidência. **X - Risco de Segurança da Informação:** O Risco de Segurança da Informação no Sicredi é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação. No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta entre Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a identificação e manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos para a mitigação, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio. **XI - Informações Adicionais:** A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do sítio www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Relatórios > Gestão de Riscos > Conglomerado Prudencial do Banco > Relatórios de Pilar 3. Já a Política de Gerenciamento dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos e o Relatório de Sustentabilidade, documentos com o detalhamento e números dos processos no tema, também podem ser acessados por meio do sítio www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Sustentabilidade > Políticas e Relatórios.

Cenários	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Item sensibilizado	Resultado da intermediação financeira		
Premissa	Redução de 5%	Redução de 10%	Redução de 15%
Efeito no resultado	99.591	199.183	298.774
Item sensibilizado	Carteira de crédito - aumento da provisão de perdas esperadas		
Premissa	Piora de 20%	Piora de 30%	Piora de 40%
Efeito no resultado	(10.880)	(16.320)	(21.760)
Item sensibilizado	Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas		
Premissa	Piora de 10%	Piora de 20%	Piora de 30%
Efeito no resultado	(1.405)	(2.810)	(4.216)
Item sensibilizado	Impacto nos créditos tributários		
Premissa	Aumento de 10%	Aumento de 20%	Aumento de 30%
Efeito no resultado	43.689	87.378	131.067

32. Índices de Basileia e de imobilização: As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 4.192/13 revogada e substituída pela Resolução CMN nº 4.955/21 e pela Resolução CMN nº 4.193/13 revogada e substituída pela Resolução CMN nº 4.958/21, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	Controladora e Consolidado
Patrimônio de Referência (PR)	31/12/2025
Nível I (NI)	7.730.714
Capital Principal (CP)	7.675.091
Capital Social	5.128.698
Reservas de Capital	5.220.987
Perdas não realizadas de ajustes de avaliação patrimonial	97.840
Ajustes Prudenciais	(4.952)
Ajuste Negativo Decorrente da Constituição de Perdas Esperadas	(185.177)
Capital Complementar (CC)	31
Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas	2.546.393
Nível II (NII)	2.546.393
Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas	55.623
Dedução de investimento em outras entidades	1.933.365
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	(1.877.742)
Risco de Crédito	38.323.770
Risco de Mercado	32.675.746
Risco de Serviços de Pagamento	835.049
Risco Operacional	1.441.824
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	3.371.150
Margem de Capital¹	236.667
Índice de Basileia (PR/RWA)	2.445.278
Capital Nível I (NI/RWA)	20,2%
Capital Principal (CP/RWA)	20,0%
Capital Complementar (CC/RWA)	13,4%
Capital Nível II (NII/RWA)	6,6%
Situação de Imobilização (Imob)	0,1%
Índice de Imobilização (Imob/PR)	109.957
	1,4%

¹ Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

33. Acordo de Compensação (ACO) - Bancos Correspondentes: Conforme permitido pela Resolução CMN nº 3.263/05, o Banco realizou acordos para a compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Os valores a receber e a pagar estão demonstrados no balanço patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo, respectivamente, sem compensação.

34. Cobertura de seguros: O Banco e as suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e operações, por montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas com sinistros. A suficiência da cobertura de seguros foi determinada pela administração do Banco, que considera suficiente para cobrir eventuais riscos. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

35. Outros assuntos: a) Alteração nas normas tributárias: No dia 17 de novembro de 2022 foi publicada a Lei nº 14.467, conversão da Medida Provisória nº 1.128/22, que estabelece um novo tratamento tributário referente às perdas sofridas em função do não recebimento de créditos por parte de bancos e outras entidades que têm autorização do Banco Central do Brasil para operar. O objetivo da alteração é alinhar as normas tributárias e contábeis, visando reduzir as vulnerabilidades associadas aos ativos fiscais diferidos registrados nos balanços das instituições financeiras. A nova lei altera completamente a lógica de dedutibilidade das perdas. Regra geral, uma vez que o crédito é caracterizado como inadimplido deduz-se o resultado da multiplicação do crédito inadimplido pelo Fator A, e nos meses subsequentes à dedução se dá pela multiplicação do crédito pelo Fator B. Quanto ao estoque de perdas, em síntese, as perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025 relativas aos créditos que se encontraram inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas até essa data e que não tenham sido recuperadas deverão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026. Caso o prazo seja insuficiente, permite a dedução em até 120 meses, se optado até 31 de dezembro de 2025. **b) Reforma Tributária:** Em dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, com o objetivo de simplificar e modernizar o sistema tributário brasileiro. A primeira regulamentação ocorreu em janeiro de 2025, por meio da Lei Complementar nº 214/25. Essa reforma representa a maior transformação do sistema tributário em décadas, trazendo simplificação, transparência e previsibilidade para a sociedade e os setores econômicos. O novo modelo substitui cinco tributos (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) por três: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e o Imposto Seletivo (IS), aplicado a produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. A vigência começa em 2026, com transição até 2033, permitindo adaptação gradual. Para o Sicredi, as operações mais relevantes estarão enquadradas em regimes específicos para cooperativas e serviços financeiros, mantendo alíquota zero para IBS e CBS, mas exigindo novas obrigações acessórias, como ampliação da emissão de notas fiscais, a Declaração dos Regimes Financeiros (DERE) e atualização cadastral dos associados. Em 2025, o Sicredi iniciou uma preparação estruturada, envolvendo tecnologia, processos, governança e gestão da mudança. Foram criados grupos de trabalho para ajustar sistemas, revisar contratos, realizar simulações e orientar as cooperativas por meio das Pessoas de Referência da Reforma Tributária. Essa atuação integrada reforça o compromisso do Sistema com uma transição responsável, planejada e alinhada aos princípios de transparência, sustentabilidade e cuidado com os associados. Como ainda existem regulamentações pendentes, o Sicredi segue acompanhando nas discussões e avaliando os impactos das normas já publicadas e das futuras regulamentações para garantir análises precisas sobre seus produtos e serviços. **c) Adoção de novas normas:** As normas e interpretações relacionadas abaixo, aplicáveis ao Banco e suas controladas, entrarão em vigor a partir de ou após 1º de janeiro de 2026. **Contabilidade de Hedge:** Em novembro de 2023, o Banco Central do Brasil publicou a Resolução BCB nº 352, que consolida e atualiza diversas regras aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, incluindo disposições específicas sobre contabilidade de hedge. As novas orientações substituem as regras anteriormente previstas na Circular nº 3.082/2002, baseada em conceitos do IAS 39, passando a adotar princípios convergentes com o IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, em linha também com a Resolução CMN nº 4.966/2021. No que se refere à contabilidade de hedge, a norma revisa critérios de designação, documentação, mensuração e divulgação das relações de proteção, ampliando a possibilidade de utilização de componentes de risco, definindo instrumentos e itens elegíveis e estabelecendo requisitos de efetividade compatíveis com práticas de gerenciamento de risco econômico. Espera-se, entre outros efeitos, maior alinhamento entre as estratégias de gestão de riscos das instituições e a forma como essas relações são refletidas nas demonstrações financeiras, além do reforço aos processos de monitoramento, reavaliação e eventual reequilíbrio das designações. A adoção obrigatória da nova regulamentação ocorrerá em 1º de janeiro de 2027. Até lá, o Sicredi está realizando análises técnicas, revisões sistêmicas, aprimoramentos de processos e adequações documentais necessárias para implementação dos novos requisitos. Até a data de encerramento destas demonstrações financeiras de 2025, não foram identificados impactos relevantes a serem reconhecidos antecipadamente.

Diretoria					
César Gioda Bochi Diretor Presidente	Alexandre Engliert Barbosa Diretor Vice-Presidente e Executivo de Estratégia, Adm. Finanças e Portfólio	Gustavo de Castro Freitas Diretor de Segmentos, Crédito, CRM e Dados	Ricardo Green Sommer Diretor de Investimentos, Previdência e Gestão de Recursos de Terceiros	Marcus Vinicius Franca Barboza Diretor Executivo de Riscos	Thiago Rossoni Diretor Executivo de Produtos e Negócios
Contador					
Eduardo Netto Sarubbi - CRC-RS 060899/O-8					

PUBLICIDADE LEGAL

**1º Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária
Associação Brasil das Pistas de Competição (ABPC) – Ases do Grid
CNPJ:11.505.547/0001-65**

O Presidente da Associação Brasil das Pistas de Competição – Ases do Grid, Sr. Adriano Machado da Costa no exercício dos seus poderes que lhe são conferidos pelo Estatuto Social, comunica que estão abertas as inscrições para a composição de chapas para concorrer às eleições, que ocorrerão no dia 05 de março de 2026 às 19.00, na Rua Correa Lima, 715/402, Menino Deus, Porto Alegre – RS - Cep: 90.850.250. A nominata das chapas, poderão ser entregues na Sede da Associação até três dias antes das eleições. Lembramos que poderão votar e ser votados todos os sócios em dia com suas obrigações, financeiras e sociais. – Pauta: - Eleição e Posse do novo Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. Porto Alegre, 20 de fevereiro de 2026.

Adriano Machado da Costa
Presidente

Jornal do Comércio

O jornal de economia e negócios do RS

Mantenha o foco
na informação e
decida com confiança.



ENTRE EM CONTATO E ASSINE

Telefone: (51) 3213.1300 | WhatsApp: (51) 3213.1397 | E-mail: vendas.assinaturas@jornaldocomercio.com.br